

Relatório Anual 2006



ANATEL

*Agência Nacional
de Telecomunicações*

Mensagem do presidente	2
Perfil institucional	5
Telefonia Fixa	11
Serviços Móveis, Multimídia e Satélites.....	21
Comunicação de Massa	39
Universalização	45
Radiofrequência e Fiscalização	53
Interação com a Sociedade	65
Atuação Institucional	73
Administração-Geral	85
Série Histórica	91

Sumário Executivo

Mensagem do presidente

Temos a satisfação de oferecer à avaliação da sociedade e das autoridades brasileiras o Relatório Anual das atividades da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), ao mesmo tempo em que atendemos o preceito regulamentar de total divulgação dos resultados diretos e indiretos da atuação da Agência nos cenários nacional e internacional. Essa satisfação cresce quando, como no exercício de 2006, os resultados positivos podem ser percebidos desde o primeiro dia do ano, fato sinalizador de que a Agência cumpriu, em mais esse período, suas múltiplas atribuições e responsabilidades.

De fato, a entrada em vigor, em 1º de janeiro de 2006, dos contratos de concessão, prorrogados no ano anterior, de regulamentos e de planos, além da adoção de conceitos relevantes, inaugurou um novo tempo para as telecomunicações e para os brasileiros de todos os estratos sociais. Um forte exemplo disso está no Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado, que definiu as regras gerais para o serviço de telefonia fixa, os deveres das prestadoras, e consolidou os direitos dos usuários ao incorporar mais de uma dezena de dispositivos do Código de Defesa do Consumidor.

Com relação ao quadro de servidores, uma excelente novidade: a realização, nesse exercício, do segundo concurso público, que, a partir de 2007, somará 374 novos servidores aos quadros da Anatel. Esse foi um dos muitos ganhos registrados no âmbito da Administração-Geral, que, em 2006, no esforço para modernizar e dinamizar os serviços, deu início à implementação dos processos operacionais e à elaboração de seu planejamento estratégico, à modelagem e à definição de indicadores de desempenho e à implementação da Gerência de Projetos – abrangendo o desenvolvimento do modelo de sistemas –, assim como ao treinamento de seu corpo gerencial e técnico.

Por ter a Agência dado curso, com eficácia, às suas atribuições de outorgar e de regular no período sob enfoque, ao final de 2006 todos os 5.564 municípios brasileiros dispunham de telefonia fixa com acesso individual (residencial ou tronco) e coletivo – Telefone de Uso Público. Ademais, a telefonia fixa ampliou sua abrangência a outros pequenos núcleos habitacionais, como aldeias indígenas, assentamentos e localidades isoladas e de fronteiras, conforme adiante se relata. Mais: em dezembro de 2006, operavam no País 2.302 emissoras comunitárias; do total de 5.564 municípios, apenas três, recentemente emancipados, ainda não estavam contemplados pelo Plano de Referência de Distribuição de Canais do Serviço de Radiodifusão Comunitária, outro forte indicador da permanente preocupação da Anatel em dotar núcleos populacionais com esse instrumento de comunicação social.

Os avanços durante esse exercício foram mais longe. O ano foi encerrado com o aumento de 153 municípios na cobertura do Serviço Móvel Pessoal, que registrou mais um expressivo crescimento. Ao final de 2006, o serviço estava disponível em 3.264 municípios (58,66% da totalidade de municípios brasileiros) – significando que o

acesso à telefonia móvel estava disponível para mais de 167 milhões de habitantes, correspondendo a 89,42% da população nacional; essa cobertura abrangia 3.111 municípios ao final de 2005. O fato de boa parte da população ainda não contar com a cobertura desse serviço sinaliza que devemos avançar mais. Em dois outros capítulos deste Relatório, há mais e boas novidades: o crescimento do número de usuários da TV por Assinatura, comentado em meio a registros importantes sobre a TV Digital e a Radiodifusão, e os ganhos e a atuação exitosa na área de Fiscalização.

Não obstante a expressiva expansão dos serviços experimentada pelo setor, esse avanço trouxe, como efeito colateral, o comprometimento episódico dos índices de qualidade, razão do acentuado aumento das reclamações nos órgãos de defesa do consumidor. A redução de tais índices a níveis aceitáveis, assim como a continuidade da universalização e o incremento da competição em todos os segmentos, foram outros desafios enfrentados pela Anatel em 2006. Esses esforços terão sequência no próximo exercício, na contínua busca empreendida pela Agência para oferecer ao consumidor oferta ampla dos serviços, com qualidade e a preços módicos.

Vale registrar que essa linha de atuação, que a Anatel segue à risca ao implementar as políticas governamentais, como se lê no capítulo Universalização, levou sempre em conta também a necessidade de atendimento de pessoas com deficiência, instituições de caráter público ou social, áreas rurais, áreas de urbanização precária e regiões remotas. Todos esses aspectos igualmente registram avanços, como se demonstra por números e índices sinalizadores da abertura de caminhos para a inclusão digital, uma das preocupações sociais da atual Administração brasileira.

Em síntese, ao exercer suas atribuições de outorgar, de regular e de fiscalizar, a Anatel garantiu, em 2006, as condições indispensáveis para que o setor brasileiro de telecomunicações, além de cumprir relevante função social, aumentasse sua significação econômica e ampliasse seu peso específico na Balança Comercial, no cômputo do Produto Interno Bruto e na evolução do setor como componente vital de infra-estrutura. Exemplo forte da participação econômica está nos serviços multimídia, pelo impacto da geração de rendas, nem sempre percebido: R\$ 15,1 bilhões em 2006, R\$ 5,2 bilhões a mais que no ano anterior.

Por fim, e por justiça, devemos registrar que todas as atividades destacadas nas páginas seguintes – e são múltiplos os enfoques que demonstram a positiva atuação da Agência em 2006 – só foram possíveis graças ao trabalho dedicado de meus pares e de uma qualificada e formidável equipe de servidores. A todos cumprimos, agradecemos e, também em seus nomes, oferecemos este trabalho à avaliação pública.

Brasília, 31 de dezembro de 2006

Plínio de Aguiar Júnior

Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações



Perfil Institucional

Sob os princípios da universalização e da competição, a Anatel tem como objetivo corresponder aos anseios da sociedade



Destaque

Segunda agência reguladora a ser criada no País, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) foi a primeira a ser instalada, em 5 de novembro de 1997. Concebida para viabilizar o atual modelo das telecomunicações brasileiras e para exercer as atribuições de outorgar, de regulamentar e de fiscalizar esse importante setor de infra-estrutura, a Anatel foi dotada de inovadora personalidade institucional.

Conforme a Lei Geral de Telecomunicações (LGT), Lei nº 9.472/1997, a Anatel é uma autarquia vinculada ao Ministério das Comunicações, mas administrativa-mente independente e financeiramente autônoma. Seu processo decisório caracteriza-se como última instância administrativa e suas decisões só podem ser contestadas judicialmente. A composição colegiada da direção superior da instituição favorece a transparência, a tomada de decisões por seus membros e evita personalismos.

Essas características institucionais conferiram à Anatel condições de liberdade, de agilidade, de autonomia e de dinamismo no cumprimento de suas atribuições, ao mesmo tempo em que lhe permitiram dar respostas rápidas a questões operacionais, estruturais e administrativas. Coube à Anatel preparar todos os regulamentos que balizaram a privatização das empresas estatais do Sistema Telebrás, ocorrida em julho de 1998, e desenvolver o esforço de regulação que preparou nosso País para receber os investimentos e a tecnologia que elevaram as telecomunicações brasileiras, nos anos recentes, a patamares comparáveis aos experimentados por países mais desenvolvidos.

Ao longo de seus nove anos de existência e como comprovam fatos e números desta prestação de contas à sociedade, desenvolveu a Agência, com a dedicação de seus servidores, amplo trabalho com foco em sua missão de:

Promover o desenvolvimento das telecomunicações do País de modo a dotá-lo de uma moderna e eficiente infra-estrutura de telecomunicações, capaz de oferecer à sociedade serviços adequados, diversificados e a preços justos, em todo o território nacional."

Ao apoiar suas atividades nos princípios da universalização e da competição, dois dos pilares de sustentação do atual modelo das telecomunicações brasileiras, a Agência tem como objetivo finalístico corresponder às necessidades e aos direitos dos consumidores, em todos os estratos sociais, mesmo nos pontos mais isolados do território nacional. Afinal, é dever do Poder Público favorecer o desenvolvimento social e econômico, contexto em que as telecomunicações desempenham relevante papel como componente de infra-estrutura.

Estrutura Organizacional

Conselho Diretor

Trata-se do órgão superior da Agência. Seus cinco membros, escolhidos pelo presidente da República e aprovados pelo Senado Federal, formam o colegiado responsável pelas decisões da instituição, tomadas em sessões, em reuniões ou em circuitos deliberativos – este, um procedimento de coleta de votos independentemente de reunião ou de sessão, que dinamiza os trabalhos do Conselho. Aos conselheiros é proibido o exercício de qualquer outra atividade profissional, empresarial, sindical ou de direção político-partidária, com exceção da de professor universitário, em tempo compatível. Não lhes é permitido também ter interesse significativo, direto ou indireto, em empresa relacionada com telecomunicações, bem como, até um ano após deixar o cargo, representar qualquer pessoa ou interesse perante a Agência.

Em 2006, o Conselho Diretor da Anatel teve a seguinte composição:

- ❶ Plínio de Aguiar Júnior – presidente substituto (até 9/6/2006); presidente (desde 7/7/2006);
- ❷ José Leite Pereira Filho
- ❸ Pedro Jaime Ziller de Araújo
- ❹ Luiz Alberto da Silva (até 4/11/2006)

O presidente do Conselho Diretor acumula o cargo de presidente-executivo da Agência e conta, no exercício de suas atribuições, com um *staff* composto por um chefe de gabinete e várias assessorias especiais. Em 2006, esses órgãos foram ocupados pelos seguintes servidores:

Chefia de Gabinete

- ❶ Nilberto Diniz Miranda – interino (até 13/7/2006)
- ❷ Marilda Moreira (desde 14/7/2006)

Procuradoria

- ❶ Antônio Domingos Teixeira Bedran

Corregedoria

- ❶ Maury Caetano de Oliveira

Auditoria

- ❶ Maria Zulene Farias Timbó

Assessoria Internacional

- ❶ Luis Fernando de Andrade Serra (até 14/7/2006)
- ❷ João Carlos Fagundes Albernaz (desde 17/7/2006)

Assessoria Técnica

- ❶ João Carlos Fagundes Albernaz (até 16/7/2006)
- ❷ Regina Maria de Felice Souza (desde 27/7/2006)

Assessoria de Relações com os Usuários

- 🕒 Rúbia Marize de Araújo

Assessoria Parlamentar e de Comunicação Social

- 🕒 Moema Barbosa Pimentel (até 13/7/2006)
- 🕒 Jorge Luiz Stark Filho (desde 14/7/2006)

Conselho Consultivo

Composto de doze membros designados pela Presidência da República, o Conselho Consultivo é o órgão de participação institucionalizada da sociedade nas atividades e nas decisões da Anatel, ampliando o controle externo sobre a Agência. Os integrantes do Conselho são indicados pelo Senado Federal, pela Câmara dos Deputados, pelo Poder Executivo, por entidades de classe das prestadoras de serviços de telecomunicações e por entidades representativas dos usuários e da sociedade; cada conselheiro é indicado para cumprir mandato de três anos.

Em 2006, esta foi a composição do Conselho Consultivo da Anatel:

- 🕒 Luiz Fernando Concon Liñares (presidente desde 25/4/2006)
- 🕒 Emília Maria Silva Ribeiro (conselheira desde 17/2/2006 e vice-presidente desde 25/4/2006)
- 🕒 Luís John Cuza
- 🕒 Francisco Sávio Couto Pinheiro
- 🕒 Paulo de Tarso Lustosa da Costa
- 🕒 João Carlos Rodrigues Peres
- 🕒 Flávia Lefèvre Guimarães (desde 17/2/2006)
- 🕒 Vilson Vedana (desde 19/5/2006)
- 🕒 Marcelo Bechara de Souza Hobaika (desde 17/2/2006)
- 🕒 Walter de Freitas Pinheiro (de 17/2 até 31/3/2006)
- 🕒 Eustáquio Juvêncio de Lacerda (até 16/2/2006)
- 🕒 Edilson Soares da Silva (até 16/2/2006)
- 🕒 Robson Tuma (até 16/2/2006)
- 🕒 Marcos Dantas Loureiro (até 16/2/2006)

Ouvidoria

A Ouvidoria tem como principal atribuição a elaboração de documentos de apreciação técnica sobre a atuação da Agência, aportando sugestões e comentários vindos de dentro e de fora da instituição, com vistas à melhoria de seu funcionamento. Em síntese, cabe ao ouvidor produzir apreciações críticas sobre a atuação da Agência, encaminhando-as ao Conselho Diretor, ao Conselho Consultivo, ao Ministério das Comunicações, a outros órgãos do Executivo e ao Congresso Nacional, além de publicá-las no Diário Oficial da União. O ouvidor é um servidor independente,

sem subordinação hierárquica, nomeado pelo presidente da República para mandato de dois anos. Em 2006, o posto foi ocupado por:

- ☛ Aristóteles dos Santos

Superintendências

A Anatel conta com seis superintendências, entre as quais se dividem as diversas atribuições da Agência. Cabe ao superintendente-executivo orientar e coordenar o alinhamento das ações e das atividades desenvolvidas por aquelas seis áreas para o atendimento aos objetivos e à missão da Anatel. Em 2006, os seguintes servidores estiveram à frente das superintendências.

Superintendente-executivo

- ☛ Roberto de Mello Ramos (até 13/7/2006)
- ☛ Nilberto Diniz Miranda (desde 14/7/2006)

Superintendência de Serviços Públicos

- ☛ Marcos Bafutto (até 1º/3/2006)
- ☛ Gilberto Alves (substituto de 2/3 a 25/5/2006; interino desde 26/5/2006)

Superintendência de Serviços Privados

- ☛ Jarbas José Valente

Superintendência de Serviços de Comunicação de Massa

- ☛ Ara Apkar Minassian

Superintendência de Radiofrequência e Fiscalização

- ☛ Edílson Ribeiro dos Santos

Superintendência de Administração-Geral

- ☛ Hamilton Alvadia Martins (até 21/6/2006)
- ☛ Marcelo Andrade Pimenta (desde 14/7/2006)

Superintendência de Universalização

- ☛ Enilce Nara Versiani (substituta até 21/2/2005 e titular desde 2/3/2006)

A estrutura da Anatel é composta ainda por 27 unidades descentralizadas, uma em cada capital brasileira e no Distrito Federal. São os escritórios regionais e as unidades operacionais que realizam as atividades de fiscalização e são responsáveis pelo contato mais próximo da Agência com a sociedade, em todo o País. Nas próximas páginas, são apresentadas as principais realizações da Agência Nacional de Telecomunicações ao longo do exercício 2006.

Telefonia Fixa

Com quase 40 milhões de acessos em serviço, a telefonia fixa está presente em pequenos núcleos habitacionais, como aldeias indígenas, assentamentos e localidades isoladas de fronteira



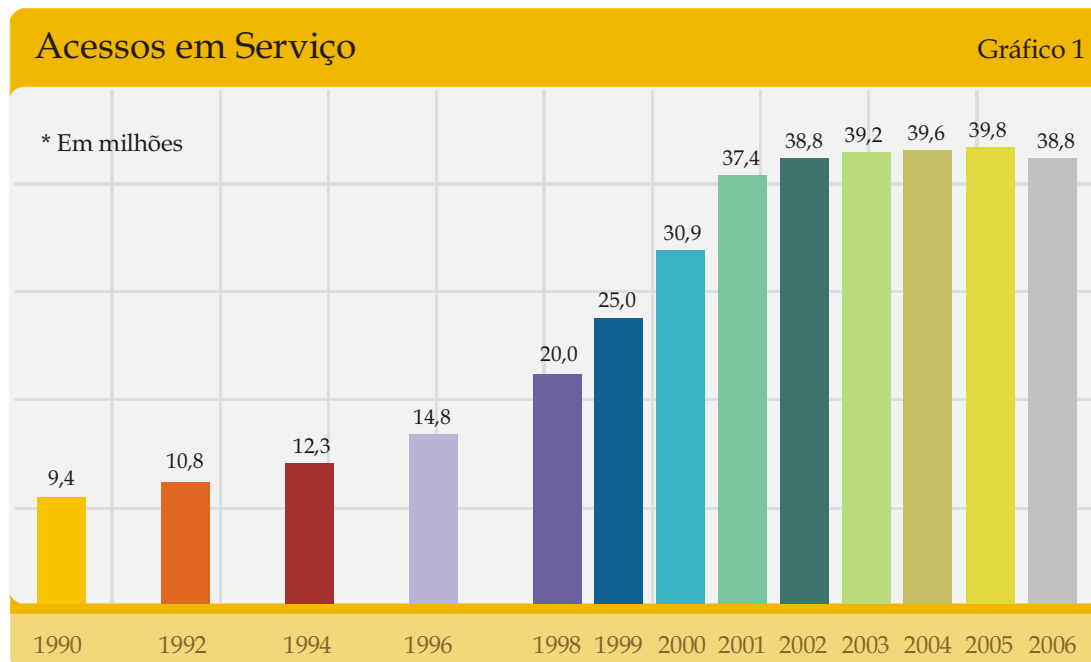
Destaque

Telefonia Fixa

A planta brasileira do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), que desde 2002 mantinha crescimento estável, declinou de 39,8 milhões de acessos em serviço, em 2005, para 38,8 milhões no final de 2006 (gráfico 1). Contrastando com as importâncias econômica, social e estratégica dessa modalidade de telecomunicação, o declínio já era esperado. A queda de um milhão de acessos (2,5%) fixos no Brasil, no exercício de 2006, veio na esteira de uma tendência mundial que, já na virada de 2002 para 2003, apontava decréscimos que variaram de 2%, em Portugal, a 6%, na Espanha.

No fluxo desse movimento, outros países também registraram declínios em suas plantas fixas nos anos de 2002 e 2003: Japão (5%), Estados Unidos (4%) e Itália (3%), conforme indicadores da União Internacional de Telecomunicações (UIT). As razões apontadas para essa queda em escala mundial são o crescimento da telefonia celular, o crescimento da banda larga – que possibilita provimento de VoIP – e a substituição de troncos por linhas dedicadas de banda larga no mercado corporativo. No Brasil, juntam-se a esses fatores a baixa condição socioeconômica de parcela da população e o diferencial entre o valor de aquisição do telefone móvel pré-pago e o valor da assinatura básica da telefonia fixa.

Não obstante o contraste dessa situação com o pós-privatização do Sistema Telebrás (1998), período em que a planta de telefonia fixa registrou saltos gigantescos de crescimento (gráfico 1), todos os 5.564 municípios brasileiros dispõem de telefonia fixa com acesso individual (residencial ou tronco) e coletivo – Telefone de Uso Público (TUP). Ademais, a telefonia fixa chega a pequenos núcleos habitacionais, como aldeias indígenas, assentamentos, localidades isoladas de fronteiras, como se relata, adiante, no capítulo Universalização.

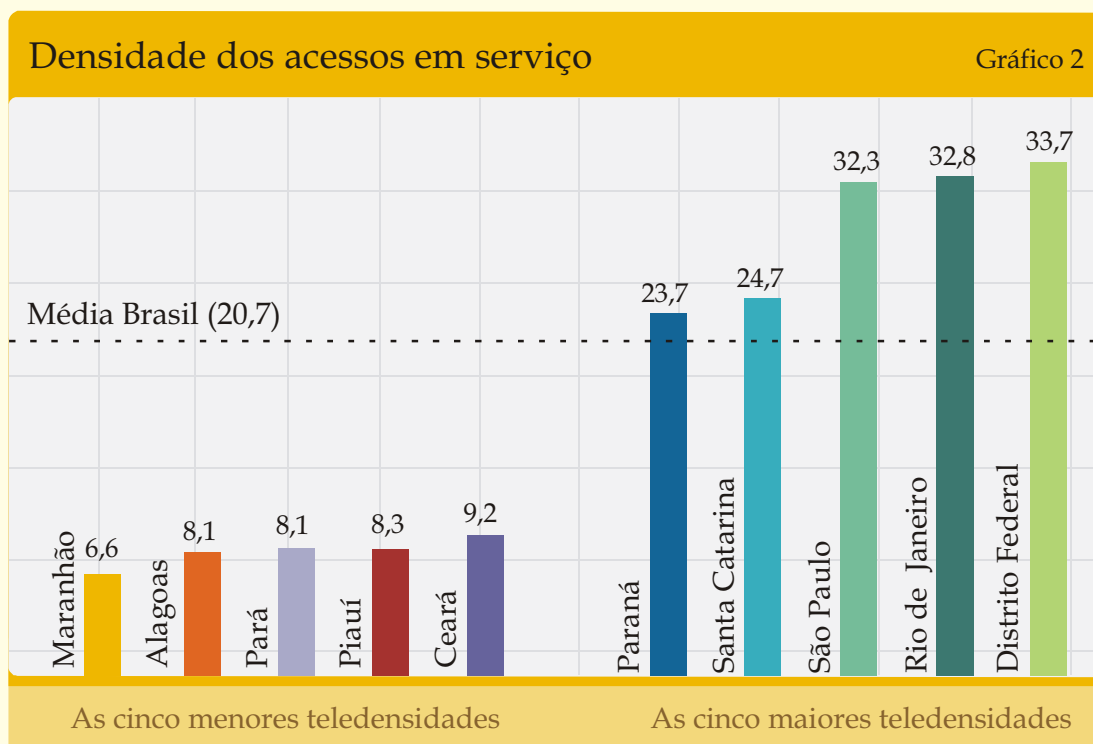


Teledensidade

Os fatores apontados explicam, de outra parte, o declínio da teledensidade – número de acessos individuais por grupos de 100 habitantes – registrado no exercício: 20,7 (2006), contra 21,5 em 2005. Essa tendência de queda, percebida desde 2002,

decorre não só dos fatores antes apontados, mas também do fato de a população ter crescido, em 2006, mais que a planta, em termos percentuais (1,4%), e, ainda, da hipossuficiência econômica como outro fator determinante de queda. Entre 2005 e 2006, o Brasil foi ultrapassado pela Argentina e ficou apenas ligeiramente à frente da teledensidade fixa mexicana.

O gráfico 2 mostra, em comparação com a teledensidade média nacional (20,7/100), quais as cinco unidades da Federação com maiores e as cinco com menores índices de teledensidade nos acessos em serviço.



TUP

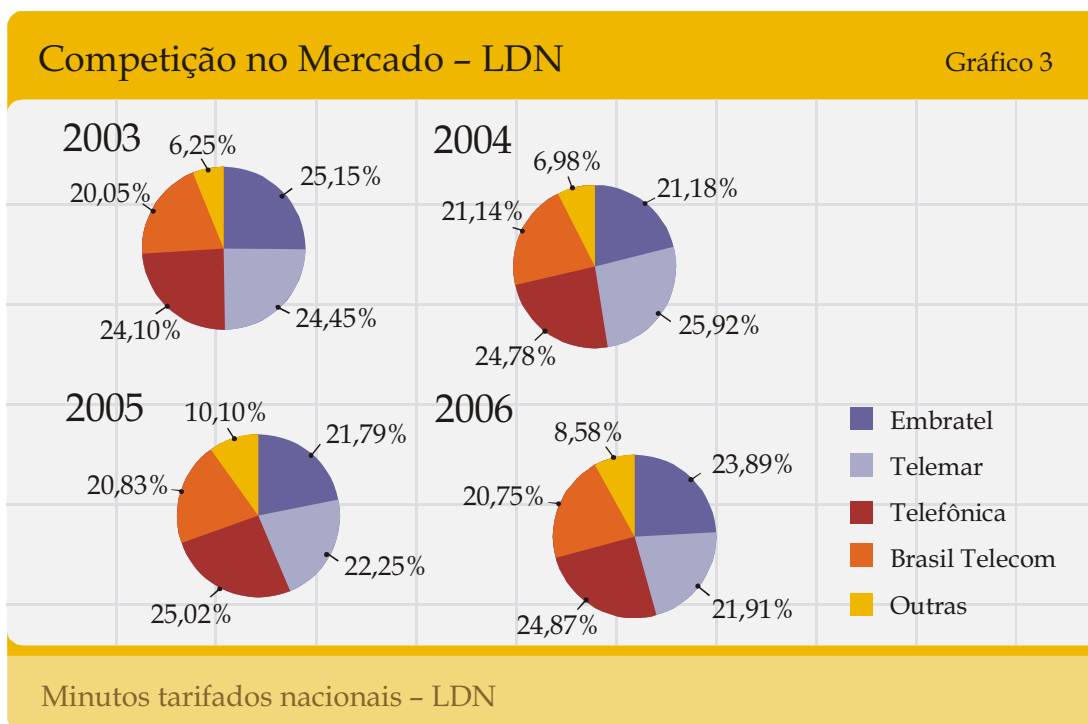
A rede de Telefone de Uso Público (TUP) – ou orelhão, como é mais conhecido –, que vinha mantendo a estabilidade de 1,3 milhão de acessos em serviço, desde 2003, caiu para 1,1 milhão de acessos em 2006, com a conseqüente queda da teledensidade – de 6,9/1.000 (2005) para 6,0/1.000 em 2006.

Acessos instalados

Os acessos instalados (aptos a serem postos em serviço), que sinalizam a capacidade de oferta das operadoras, somaram estoque de 51,2 milhões, em 2006, 12,4 milhões a mais que os acessos em serviço. No exercício de 2005, essa diferença era de 10,7 milhões, e de 9,4 milhões em 2001. Entre as razões para o crescimento desse estoque sem demanda, nos anos recentes, estão, além dos fatores apontados, o baixo poder aquisitivo de alguns estratos sociais. Vistos pela vertente da teledensidade, os acessos instalados vêm mantendo índice de 27/100 desde 2004.

Competição

A competição entre operadoras de telefonia fixa seguiu acirrada durante o ano de 2006, no segmento das chamadas de Longa Distância Nacional (LDN). No final do exercício, o volume de tráfego acumulado apontava pequena variação na participação das operadoras no mercado de LDN, evidenciando saudável equilíbrio entre as competidoras desse segmento. O gráfico 3 retrata esse quadro mercadológico, em 2006, e permite visualizar sua evolução desde 2003.



Com relação às chamadas de Longa Distância Internacional (LDI), registrou-se, no exercício, a continuidade da competição entre as mais expressivas operadoras dessa modalidade. A parcela de participação no mercado da concessionária Embratel, em 2006, foi de 56,73%, registrando crescimento em relação a 2005 (54,09%). Em segundo lugar ficou a Telefônica, com participação de 16,52%, contra 16,35% em 2005; a Telemar alcançou participação de 10,26% em 2006, menor que a de 2005 (13,21%). Outra participação em declínio foi a da Intelig, que de 8,15% em 2005, caiu para 5,30% em 2006; o grupo de 'outras operadoras', que junta empresas de menor porte, saltou de uma participação de 8,20% do mercado em 2005, para 11,19%, em 2006. Nesse cenário, as duas mais relevantes mudanças ocorreram na participação da Embratel, que detinha fatia de 76,48% do mercado em 2003, e no final de 2006 registrava participação de 56,73%; e na da Intelig, que de 21,22% de participação em 2003, declinou para 5,30% em 2006. Essas ocorrências se deram em um mercado que ganhou certo equilíbrio competitivo desde 2004, quando dele começaram a participar as operadoras Telemar e Telefônica, principalmente.

A competição nos segmentos LDN e LDI, tal qual previa o novo modelo das telecomunicações brasileiras, pode ser medida também pelos registros do Sistema de Informações sobre Preços e Tarifas (SIPT), serviço disponibilizado pela Anatel em seu portal na internet para permitir a pesquisa de preços entre operadoras. Por ele,

vem-se percebendo diferenças de preços para uma mesma chamada, em determinados horários, com variações que apontam para índices ainda elevados – tanto nas chamadas de LDN quanto nas de LDI –, sinalizadoras de saudável concorrência entre as operadoras, em benefício do usuário.

Tarifas e preços

Em conformidade com os Contratos de Concessão assinados pela Anatel, em nome da União, com as concessionárias do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), em dezembro de 2005, e que começaram a vigorar em 1º de janeiro de 2006; em conformidade também com a regulamentação correlata, a Agência homologou, em julho de 2006, o reajuste de tarifas do STFC para as chamadas entre terminais fixos. Esse procedimento levou em conta a variação de 0,7458% do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) entre junho e dezembro de 2005, e a variação de 1,3735% do Índice de Serviços de Telecomunicações (IST) entre janeiro e maio de 2006.

Com a aplicação das cláusulas contratuais, a Cesta da modalidade Local, composta pelos valores de assinatura (valor médio ponderado) e pulso (valor de tarifa), foi reajustada para baixo, em média, pelo percentual de -0,5%; a Cesta da modalidade Longa Distância Nacional, composta da tarifa do minuto do Plano Básico em razão do horário e do dia da semana, em média pelo percentual também negativo de -2,8%; e a Cesta da Longa Distância Internacional, composta da tarifa do minuto no Plano Básico em razão do destino – grupo ou região, do horário e do dia de semana, em -9,97%.

A tarifa do crédito utilizado no Telefone de Uso Público registrou, em 2006, fato inédito na história dessa modalidade de telefonia: a primeira redução que, embora pequena (0,43%), passou de R\$ 0,1165, para R\$ 0,116. Uma Unidade de Telefonia Pública permite ao usuário do TUP dois minutos de conversação.

No ano de 2006, foram efetivados também os reajustes das tarifas de comunicação fixo-móvel de Longa Distância Nacional (VC-2 e VC-3) das concessionárias do STFC. O reajuste que, considerada a variação do IGP-DI entre os meses de dezembro de 2004 e dezembro de 2003, seria de 12,14%, foi de 7,99% e embutiu um Fator de Transferência de 3,7%. Por sua vez, as tarifas de comunicação fixo-móvel de âmbito local (VC-1) não sofreram reajuste em 2006. Prevaleceu o reajuste de 7,99%, de meados de 2005, que embutiu amortecimento do IGP-DI por um Fator de Transferência também da ordem de 3,7%.

Por fim, destaca-se na tabela a seguir a evolução da cesta de serviços do Serviço Telefônico Fixo Comutado na modalidade Local, desde 1998, evidenciando-se cada um de seus componentes. Os valores tomados como exemplo são de uma das cinco prestadoras de telefonia fixa em operação no País e refletem o atual contexto tarifário.

Evolução dos valores da cesta de serviços

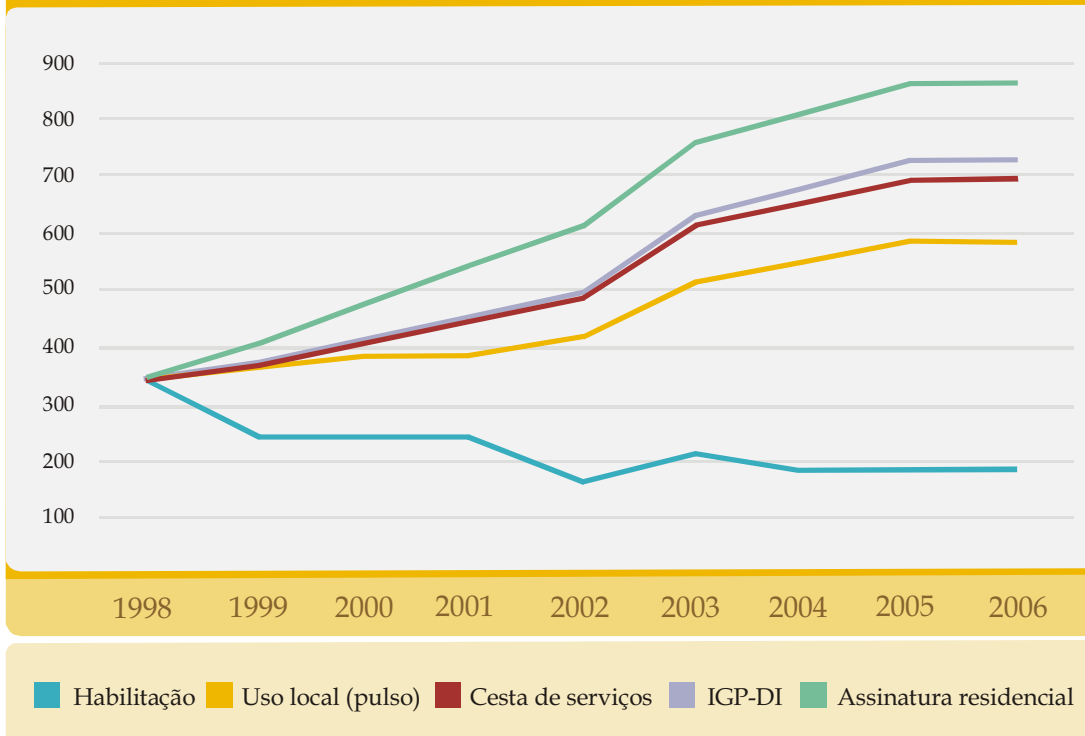
Tabela 1

Ano	IGP-DI (número índice)	Cesta de serviços (número índice)	Habilitação (em R\$ e isento de tributos)	Assinatura residencial (em R\$ e isento de tributos)	Uso local - pulso (em R\$ e isento de tributos)
1998	146,408	1	80,00	10,00	0,058
1999	158,100	1,07986	50,00	11,77	0,06183
2000	180,563	1,23329	50,00	14,11	0,06606
2001	200,251	1,36206	50,00	16,64	0,06606
2002	219,070	1,47516	30,00	18,97	0,07249
2003	284,900	1,89926	42,52	23,77	0,0909
2004	307,616	2,03019	33,93	25,53	0,09765
2005	333,321	2,17784	36,39	27,38	0,10475
2006	335,379	2,16893	36,20	27,23	0,10421

O gráfico 4 mostra a evolução dos índices de correção contratual da cesta de serviços e das tarifas de prestação do STFC, desde 1998, com base nos valores da tabela acima. Para facilitar a visualização e a interpretação, cada componente daquela tabela parte de base comum, permitindo que cada item seja observado de modo comparativo.

Evolução dos valores da cesta de serviços

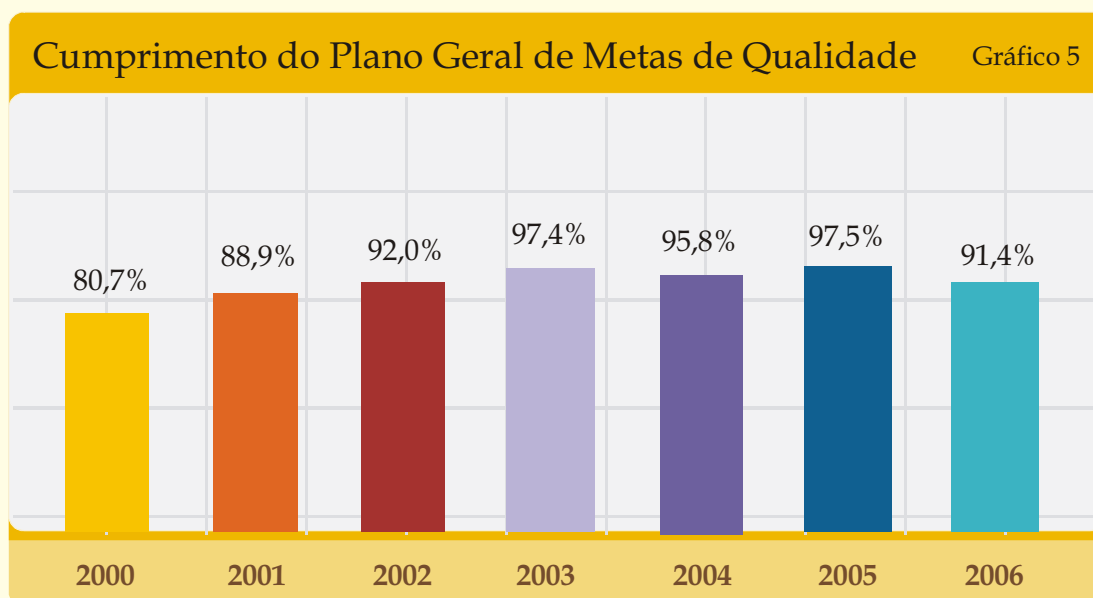
Gráfico 4



Qualidade

A entrada em vigor, em 1º de janeiro de 2006, do novo Plano Geral de Metas de Qualidade (PGMQ) do Serviço Telefônico Fixo Comutado aprimorou e tornou mais rígido o sistema de verificação, acrescentando ganhos para a qualidade da telefonia fixa. Para se avaliar corretamente essa evolução, cita-se que, em 2000, 19,3% das metas fixadas no antigo PGMQ não eram cumpridas pelas operadoras; no final de 2005, quando expirou aquele PGMQ, o descumprimento havia caído para 2,5% (gráfico 5), evidenciando considerável melhoria na qualidade dos serviços oferecidos à sociedade naquele período.

Observou-se, no exercício de 2006, que a entrada em vigor do novo PGMQ e do Regulamento de Indicadores de Qualidade do STFC não só assegurou os avanços tecnológicos alcançados pelas prestadoras no período anterior, como acrescentou ganhos. A visibilidade de ocorrências, que anteriormente permaneciam ocultas sob resultados



Metas

Ano	Total	Cumpridas	Não Cumpridas
2000	11.619	9.380	2.239
2001	15.855	14.096	1.759
2002	15.852	14.588	1.264
2003	15.912	15.493	419
2004	15.912	15.243	669
2005	15.912	15.512	400
2006	63.888	58.359	5.529

* Nota: Até 2005, concessionárias e “espelhos”. A partir de 2006, todas as prestadoras.

consolidados por setor, por região ou por área de atuação das prestadoras, foi ampliada. A introdução da mensuração em cada uma das 67 áreas de numeração do País, em substituição às mensurações usadas no Plano anterior, elevou a quantidade de itens de qualidade diretamente monitorados de 15.912, em 2005, para 63.888, em 2006 (quadro que acompanha o gráfico 5).

A eficácia do novo controle de qualidade, com benefícios para os usuários, pode ser medida também por estes registros: em 2005, eram visíveis quatrocentas metas não cumpridas (2,5% das obrigações). Caso esse mesmo desempenho fosse avaliado em 2006, pelos novos critérios, as metas não cumpridas somariam 3.752 (5,05%). No exercício de 2006, o novo método tornou visíveis 5.529 metas não cumpridas, correspondentes a 8,6% das obrigações. Ademais, indicadores de manutenção de Telefone de Uso Público que anteriormente não eram obrigatórios no cômputo dos indicadores, tornaram visíveis remoções de defeitos observados por meio de equipamentos de tele-supervisão das concessionárias.

Digitalização

O percentual de 99,9% de digitalização da rede local expressa a modernidade da planta instalada, como assinala o Plano Geral de Metas de Qualidade, entre outros motivos, por permitir oferta de maior gama de serviços não possíveis com a tecnologia analógica. Entre os novos serviços destacam-se: a portabilidade numérica, a identificação ou não do número do assinante que origina a chamada, chamada em espera, caixa de mensagem, teleconferência, siga-me. Permite também a utilização de sistemas de supervisão e de ferramentas de análise das ocorrências, que simplificam a detecção de falhas e de diagnósticos de problemas sistêmicos.

Outorgas

No ano de 2006, foram concedidas autorizações para prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado a 18 empresas, mesmo número alcançado em 2005. A maioria dessas concessões correspondeu a todo o território nacional – regiões I, II e III do Plano Geral de Outorga (PGO), nas modalidades Local, Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional.

Quanto aos benefícios gerados, alinham-se os seguintes: as novas outorgas contribuíram para um ambiente mais competitivo no mercado de telefonia fixa; favoreceram a introdução de novas tecnologias, melhorando a qualidade do serviço prestado, gerando mais empregos e incremento na demanda por produtos de telecomunicações, além da diminuição das tarifas telefônicas. Em dezembro de 2006, 68 empresas possuíam autorização para prestar o STFC, totalizando 304 termos de autorização vigentes nas modalidades Local, Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional. No ano de 2006, foram também emitidas 28.962 Licenças de Estação de Comutação e 43.900 Licenças de Estação de Radiocomunicação vinculadas à prestação do STFC, números expressivos, estimulados pela prorrogação dos Contratos de Concessão.

Em face dos avanços tecnológicos, foi identificada a necessidade de adequação do Regulamento para Expedição de Autorização para Prestação do STFC, de 2001, que trata dos procedimentos para obtenção de outorga. Esse regulamento estava em Consulta Interna, ao final do exercício, a fim de receber contribuições das áreas da Agência com envolvimento direto e indireto na questão. Entre as modificações propostas por esse

regulamento, destacam-se: Projeto de Viabilidade Econômico-Financeira, a ser aplicado quando não atingido o Índice de Solvência; declaração de compromisso de manutenção das características de prestação do STFC; exclusões dos compromissos de abrangência, de atendimento e da concomitância; e a extensão da obrigatoriedade de prestar o STFC, nas modalidades LDN e LDI, em toda a área de prestação equivalente à área numérica definida no Plano Geral de Códigos Nacionais (PGCN).

Em decorrência da acentuada utilização da tecnologia VoIP pelas prestadoras de telefonia fixa, surgiu a necessidade de atualização da Norma de Procedimento para Cadastro, Licenciamento e Recolhimento das Taxas de Fiscalização de Estação de Comutação do STFC, de 2001. Entre as atualizações proporcionadas por essa Norma destacam-se a inclusão do conceito Estágio Remoto (ER) e a possibilidade de instalação de Estágio de Linha Remoto (ELR) em área Local distinta da estação à qual está vinculada.

Regulamentos

Deu sequência a Anatel, no exercício de 2006, à preparação de novos documentos correlatos à prorrogação dos Contratos de Concessão, assinados entre a Agência e as concessionárias do Serviço Telefônico Fixo Comutado em dezembro de 2005. Ressalta-se que alguns desses documentos foram iniciados em 2005; outros, neste exercício, como previsto. Embora relacionados com os Contratos de Concessão, essa distância no tempo em nada afetou o acordo assinado, da mesma forma que não significou risco ou prejuízo algum para qualquer das partes e nem para os usuários ou para os consumidores finais dos serviços de telecomunicações.

Assim, a preparação dos regulamentos complementares aos Contratos de Concessão apresentava, em síntese, ao final do exercício de 2006, o seguinte quadro:

❶ **Regulamento de Controle de Bens Reversíveis** – Dispõe sobre os procedimentos relacionados a inventário, Relação de Bens Reversíveis (RBR), registro, desvinculação, alienação, oneração ou substituição de bens reversíveis utilizados na prestação de serviço de telecomunicações no regime público. *Status:* aprovado em outubro de 2006;

❷ **Plano Alternativo de Serviço de Oferta Obrigatória (Pasoo)** – Conclui a etapa de regulamentação do processo de conversão pulso-minuto, relativo às chamadas Locais das concessionárias de telefonia fixa. Será implementado entre março e julho de 2007, pós-pago de oferta obrigatória. *Status:* aprovado em dezembro de 2006;

❸ **Regulamento do Conselho de Usuários do STFC** – Define regras para a criação, funcionamento e manutenção desse colegiado nas empresas com Poder de Mercado Significativo. Esse órgão é voltado para a orientação, a análise e a avaliação dos serviços e da qualidade do atendimento pela prestadora, assim como formular sugestões e propostas de melhoria dos serviços. *Status:* em dezembro de 2006 foi iniciada a análise das contribuições recebidas da sociedade em resposta à Consulta Pública;

❹ **Regulamento de Preço Público Relativo à Administração de Recursos de Numeração** – Estabelece os parâmetros e disciplina a cobrança de preço público relativo à administração dos recursos de numeração, vinculados aos diversos planos de numeração dos serviços de telecomunicações de interesse coletivo. *Status:* aprovado em dezembro de 2006;

❺ **Alteração do texto do artigo 18 do Regulamento sobre as Condições de**

Acesso e Fruição dos Serviços de Utilidade Pública e de Apoio ao Serviço Telefônico Fixo Comutado – Aprovado em junho de 2006, permite a Prestação dos Serviços de Informação de forma gratuita, em substituição à lista telefônica tradicional. *Status:* aprovado em junho de 2006;

⑤ **Regulamento sobre Remuneração pelo Uso das Redes das Prestadoras do STFC, com Fixação de Novas Tarifas de Remuneração** – Estabelece os critérios tarifários para remuneração das redes de telecomunicações do Serviço Telefônico Fixo Comutado. *Status:* encaminhado ao Conselho Diretor da Anatel;

⑤ **Conversão da Tarificação de Pulso para Minuto** – Muda os prazos constantes do item 8 da Norma para Alteração da Tarificação do Plano Básico do Serviço Telefônico Fixo Comutado na Modalidade Local, Prestado em Regime Público, de dezembro de 2005. *Status:* Resolução aprovada pelo Conselho Diretor em fevereiro de 2006.

Estudos

⑤ **Custo Médio Ponderado de Capital** – Visa estabelecer a metodologia de cálculo para a apuração dos Custos Médios Ponderados do Capital (CMPC/WACC), aplicáveis na apuração dos custos de capital das concessionárias do STFC e das autorizadas do SMP. *Status:* no ano 2006, foram concluídos três produtos dos cinco previstos pelo Estudo;

⑤ **Modelo de Custos para Tarifas de Uso de Redes** – Tem como proposta implementar o modelo de custo de longo prazo para o STFC e para o SMP, a ser aplicado às tarifas de interconexão e aos valores de uso da rede móvel. *Status:* ao final do exercício estava na dependência da liberação do projeto de modelo de custo.

Consultas Públicas

No constante esforço para interagir com a sociedade na preparação de regulamentos e de normas relevantes, a Anatel deu seqüência, em 2006, à utilização do instrumento Consulta Pública, com vistas a colher comentários, críticas e sugestões sobre importantes instrumentos de regulação do segmento da telefonia fixa, assim resumidas:

⑤ **Consulta 678**, de 22/2/2006 – sobre a Proposta de Revisão das Situações de Tratamento Local, relacionadas no Anexo II do Regulamento sobre Áreas Locais, nos termos previstos no Regulamento sobre Áreas Locais para o Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral;

⑤ **Consulta 691**, de 19/4/2006 – sobre a Proposta de Plano Alternativo de Serviço para Implementação pelas Concessionárias do STFC na Modalidade Local;

⑤ **Consulta 751**, de 6/11/2006 – sobre o regulamento do Conselho de Usuários do Serviço Telefônico Fixo Comutado.

Serviços Móveis, Multimídia e Satélite

Quase 100 milhões de telefones móveis, seis milhões de acessos à internet por banda larga e 40 direitos de exploração de satélites, brasileiros e estrangeiros; estes são alguns dos resultados alcançados pela Anatel



Destaque

Serviços Móveis

A comunicação móvel celular no Brasil completou, em 2006, 16 anos. Teve início em 1990, no Rio de Janeiro, e, como passo seguinte de sua expansão, começou a operar em Brasília, em 1991, com a designação de Serviço de Radiocomunicação Móvel Terrestre Público-Restrito Celular. Por preceito legal, esse serviço foi transformado, em 1996, em concessão, com a designação de Serviço Móvel Celular (SMC), sendo posteriormente, em 2002, substituído pelo Serviço Móvel Pessoal (SMP), serviço de telecomunicação móvel terrestre de interesse coletivo e prestado no regime privado. O SMP, além de representar considerável evolução regulatória, incrementou a expansão da telefonia móvel, marcada por expressivos avanços, como mais uma vez ficou evidenciado no exercício de 2006.

Essa evolução, a seguir retratada por números e por indicadores, reflete também o sucesso de um processo regulatório que revelou o potencial do mercado, criou o regime privado de prestação de serviços de telefonia, liberou os preços, estabeleceu novas faixas de radiofrequências e realizou licitações na busca do modelo de competição em infra-estrutura com compartilhamento de rede por área geográfica, de modo a permitir maior número de opções aos usuários e, assim, promover a melhoria da qualidade. A estabilidade e a clareza regulatória atraíram investidores, que aportaram novos recursos e contribuíram para a implementação de redes com tecnologias no estado da arte.

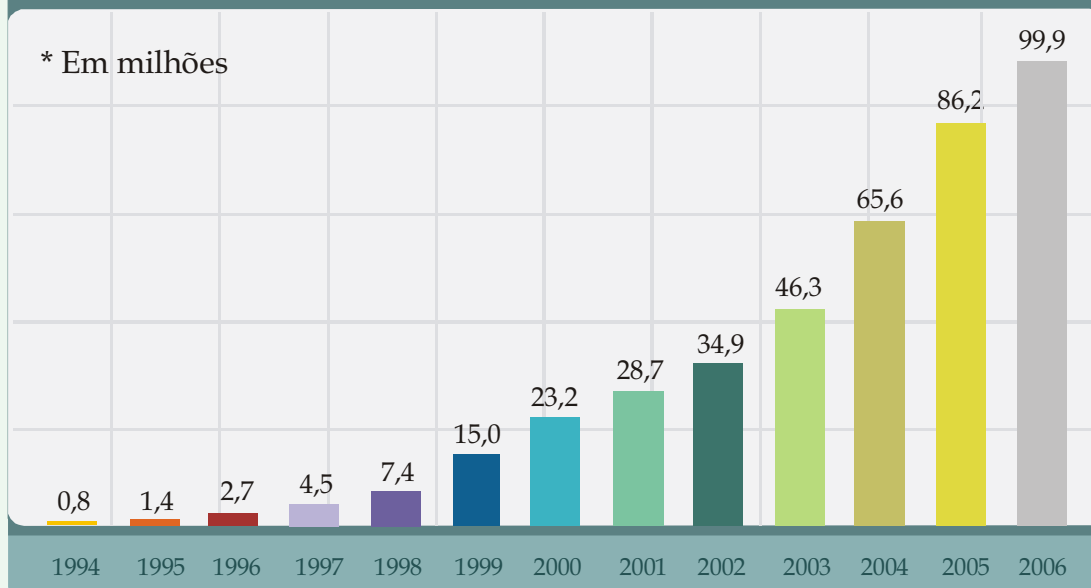
Acessos

Na sequência do crescimento registrado desde a introdução da comunicação móvel celular no País, essa planta mostrou, mais uma vez, no exercício sob enfoque, evolução expressiva. Desde a privatização das empresas do Sistema Telebrás, o número de acessos em serviço cresceu de 7,4 milhões, em 1998, para 99,9 milhões de acessos ao final de 2006, crescimento de 1.350%, que pode ser avaliado, por período, no gráfico 1, que também inclui números anteriores à privatização. Em 2006, foram habilitados 13,7 milhões de acessos e, ao final do exercício, a planta do SMP (99,9 milhões de acessos) tinha esta distribuição: região Sudeste com 47,4 milhões de acessos; região Nordeste com 20,4 milhões de acessos; região Sul com 17,0 milhões de acessos; região Centro-Oeste com 9,4 milhões de acessos habilitados; e região Norte com 5,7 milhões de acessos.

Acessos Móveis

Gráfico 1

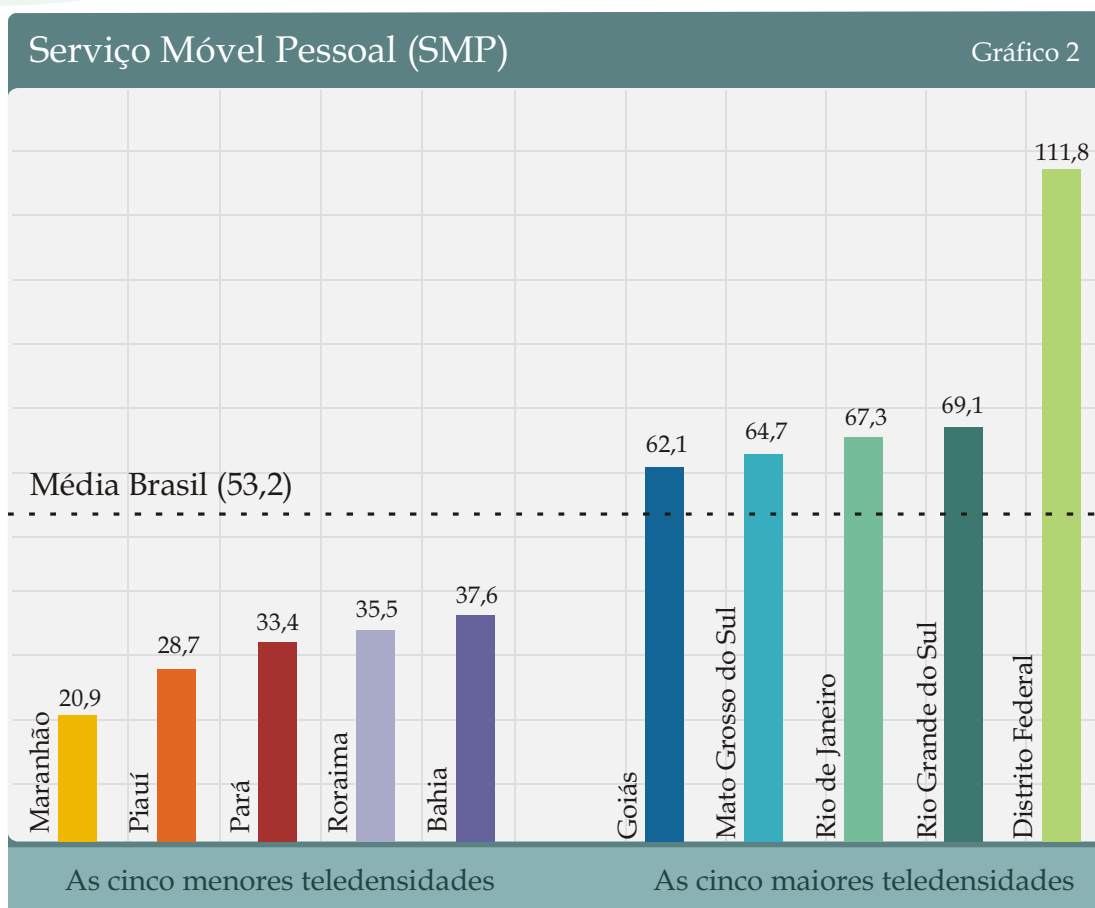
* Em milhões



Teledensidade

No mesmo período, a teledensidade (número de acessos por grupo de 100 habitantes) também teve crescimento expressivo. Passou de 4,5, em 1998, para 53,2, em 2006. O Distrito Federal (DF) continuou liderando, com larga vantagem, a teledensidade móvel entre as unidades da Federação, com índice de 111,81 – ou 1,11 telefone celular em serviço para cada habitante. No final do exercício, outros onze estados sustentaram índice acima de cinquenta, sinalizadores de que todos eles têm, pelo menos, um celular para cada dois habitantes.

Na outra ponta, embora seja o penúltimo colocado no ranking de teledensidade, com um índice de 28,7, o Piauí foi o estado que, pelo segundo ano consecutivo, registrou o maior crescimento (32,7%) nesse indicador. O gráfico 2 mostra os cinco estados que apresentam as maiores e os cinco de menores teledensidades ao final de 2006.



Cobertura

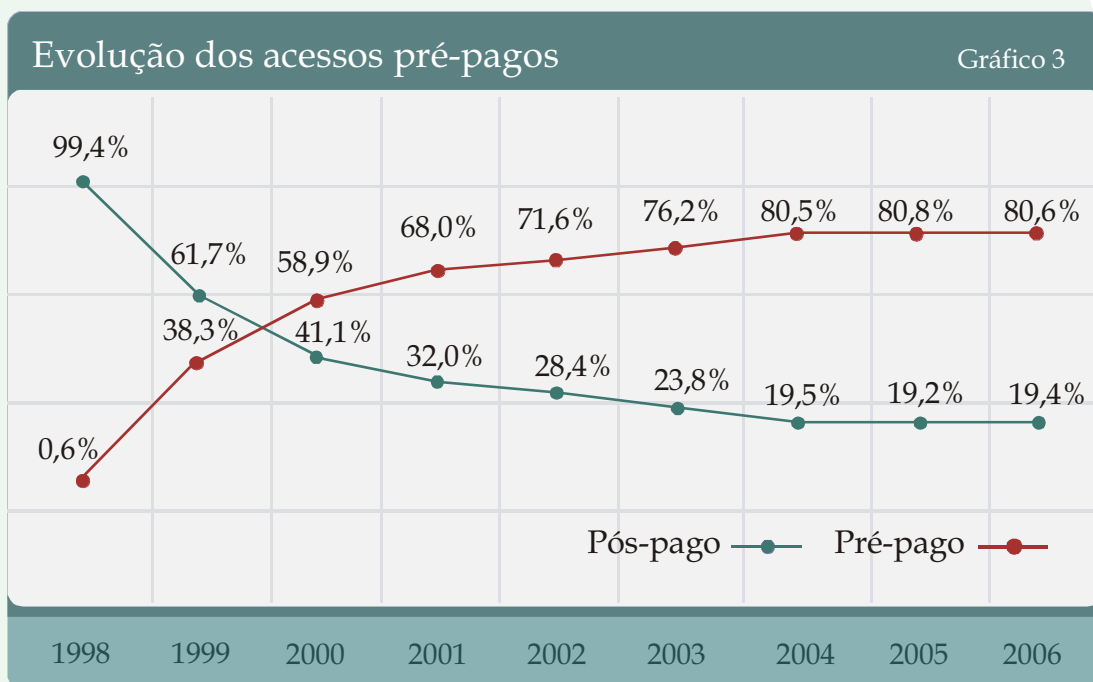
O ano de 2006 foi encerrado com o aumento de 153 municípios na cobertura do Serviço Móvel Pessoal (SMP). Dos 5.564 municípios brasileiros, o serviço estava disponível em 3.264 deles (58,66%) – a cobertura abrangia 3.111 municípios ao final de 2005 –, significando que o acesso à telefonia móvel estava disponível para mais de 167 milhões de habitantes (89,42% da população). Para viabilizar a expansão e garantir a qualidade dos serviços, as Estações Radiobase (ERBs) somaram 34 mil, em 2006, 1,7 mil a mais que no ano anterior.

Pré e pós-pago

O serviço móvel pré-pago, introduzido no Brasil em 1998, teve contribuição acentuada nesse cenário evolutivo pois, seguindo tendência mundial, o número de usuários continuou crescendo a taxas mais elevadas que o número de usuários do serviço pós-pago. No Brasil, a possibilidade de realização de chamadas locais a cobrar automáticas, a gratuidade no recebimento de chamadas e a facilidade do controle de gastos são fatores que vêm contribuindo de modo intensivo para a democratização do serviço pré-pago por todos os estratos sociais. Nesse contexto, cabe destacar que o Brasil é o único país que tem em plena escala e em operação o sistema de chamadas automáticas a cobrar, mesmo para chamadas locais.

Assinala-se também que a instalação de plataformas pré-pagas de última geração permitiu o lançamento de planos de serviços alternativos pós-pagos, facultando ao

usuário optar pela facilidade de controle de gastos. São os chamados planos de controle, nos quais é estabelecido um limite de gastos pelo cliente, acima do qual o serviço pode ser bloqueado ou se transformar em pré-pago. Desde sua adoção, em 1998, o plano de serviço pré-pago deu um grande salto de crescimento. Ao final daquele ano, representava 0,6% da planta de acessos móveis, que evoluiu para 80,6% do total de acessos do SMP, índice estabilizado desde 2004 (gráfico 3). Com esta participação, os telefones pré-pagos representavam, ao final do exercício de 2006, 80,6 milhões de acessos.

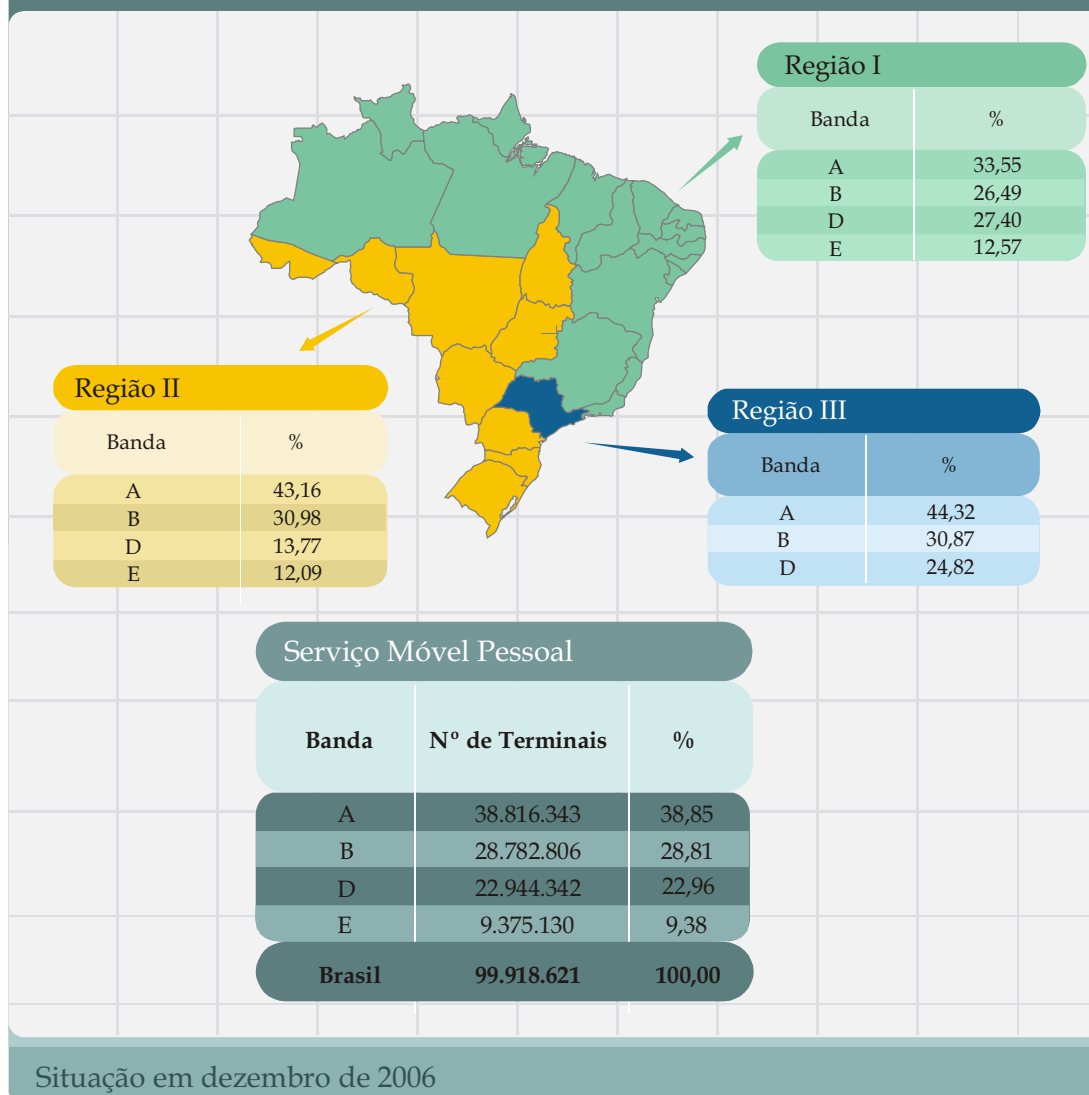


Competição

A competição no Serviço Móvel Pessoal (SMP) seguiu significativa, com a atuação de até quatro operadoras por área de prestação nas bandas A, B, D e E. A ilustração (mapa e quadros da próxima página) mostra a exploração do SMP por região, apontando o percentual de participação e também o número de terminais por banda em todo o território nacional.

Competição - Participação no Mercado

Gráfico 4

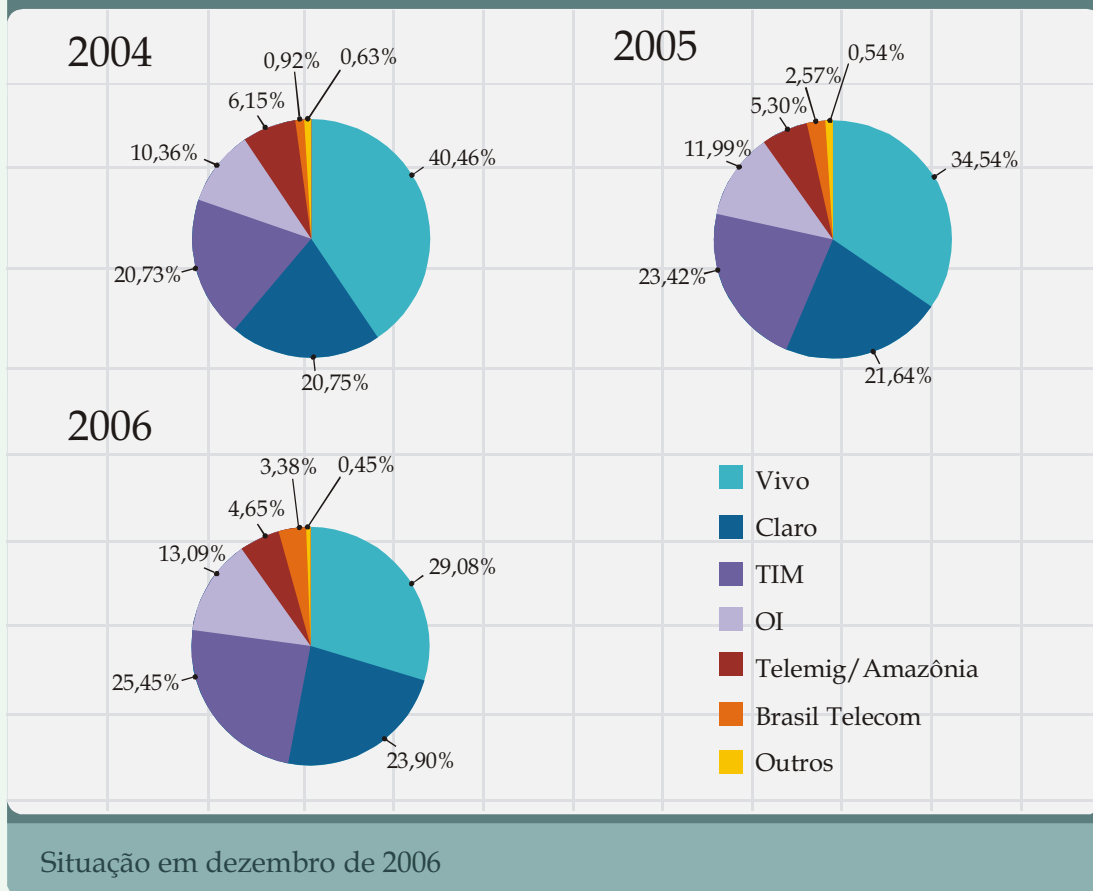


Com a aprovação, em dezembro de 2006, do Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências nas Faixas de 800 MHz, 900 MHz, 1.800 MHz, 1.900 MHz e 2.100 MHz (Resolução nº 454, de 11/12/2006), novas faixas foram destinadas ao Serviço Móvel Pessoal. Estas faixas permitirão mais espectro para as atuais prestadoras ou o ingresso de novos competidores no mercado nacional, com a possibilidade de aumento na oferta de novos serviços e de novas facilidades adicionais.

A participação da operadora Vivo no mercado continuou em queda – terminou o exercício com 29,08% (detinha 34,54% em dezembro de 2005), seguida da TIM com 25,45% (23,42% em dezembro de 2005). De 2005 para 2006, a diferença entre as duas maiores competidoras caiu de 11,12% para 3,63%. O gráfico 5 mostra a evolução de 2004 a 2006, com a participação de cada empresa no mercado. **Nota:** a designação 'outros', nos gráficos, engloba a participação no mercado das operadoras Sercomtel Celular S.A. e CTBC Celular S.A.

Competição no Mercado – LDN

Gráfico 5

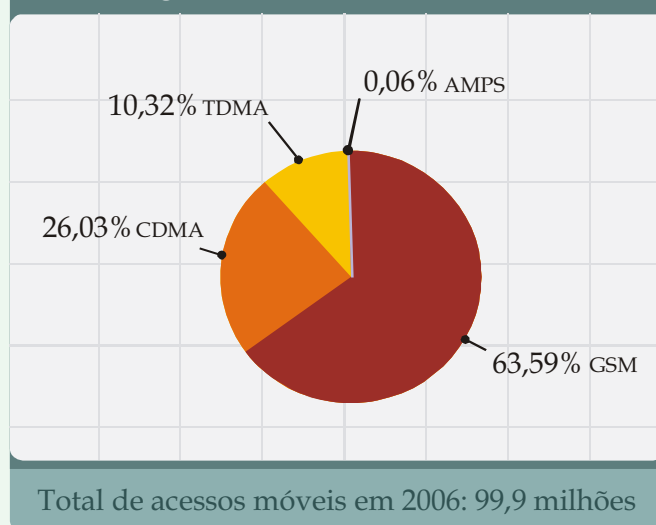


Tecnologia

Vista a planta do Serviço Móvel Pessoal pelo ângulo tecnológico, percebe-se extraordinária evolução também por essa vertente. Os sistemas adotados pelas empresas foram quase que totalmente substituídos por tecnologias digitais – *Time Division Multiple Access* (TDMA), *Code Division Multiple Access* (CDMA) e *Global System for Mobile Communications* (GSM), que ao final de 2006 representavam 99,94% da planta do SMP, como mostra o gráfico 6. A tecnologia *Advanced Mobile Phone System* (AMPS) é um padrão de telefonia móvel analó-

Tecnologias

Gráfico 6



gico, que será extinto até 30 de junho de 2008. A tecnologia TDMA, que chegou a deter mais de 20% do mercado nacional e que, pela descontinuidade de sua produção, vem decrescendo rapidamente, representava, em 2006, 10,36% do mercado.

A tecnologia GSM permanece em expansão e na liderança do mercado, com 63.544.574 acessos, ou 63,60% do total. A tecnologia CDMA tem 26.004.137 acessos em serviço, ou 26,03% do total, e a TDMA, 10.308.448 acessos ou 10,32%. A tecnologia analógica AMPS possui, apenas, 61.462 acessos (0,06% do total).

Regulamentação

Foram aprovados, em 2006, os seguintes instrumentos normativos:

❶ **Norma de Informações sobre a Prestação do Serviço Móvel Pessoal (SMP)**, que dispõe sobre as formas e prazos para apresentação de informações por prestadoras do SMP;

❷ **Regulamento de Remuneração pelo Uso de Redes de Prestadoras do Serviço Móvel Pessoal**, que define os critérios aplicáveis à remuneração pelo uso de redes do Serviço Móvel Pessoal quando interconectadas a redes de outras prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo;

❸ **Norma sobre Processo de Aferição do Grau de Satisfação da Sociedade com Relação ao Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), ao Serviço Móvel Pessoal e aos serviços de TV por Assinatura**, que estabelece o processo de aferição do grau de satisfação da sociedade com relação a esses serviços de modo contínuo, e que no futuro poderá agregar outros serviços de telecomunicações.

A Anatel também atuou ao longo do exercício na análise das contribuições recebidas e na consolidação de minutas a serem apresentadas ao Conselho Diretor, para apreciação, e relacionadas com as seguintes consultas públicas:

❶ nº 642, sobre a proposta de alteração no Regulamento do Serviço Móvel Pessoal, no Plano Geral de Autorizações do Serviço Móvel Pessoal e no Regulamento de Numeração do Serviço Móvel Pessoal;

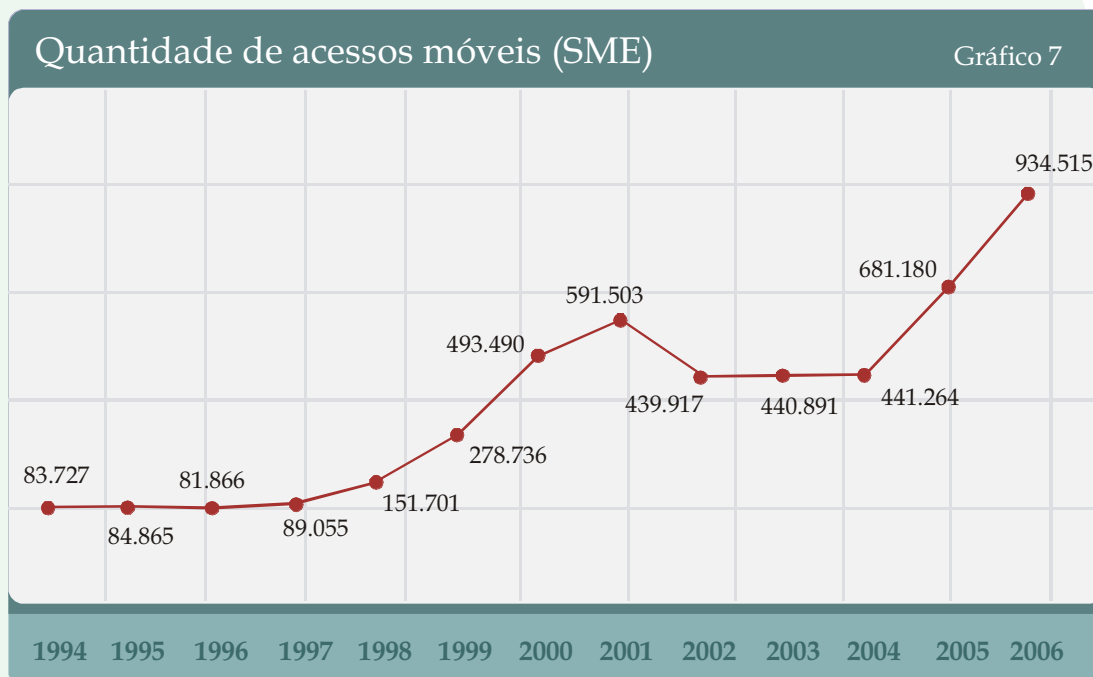
❷ nº 734, sobre a proposta do Regulamento Geral de Portabilidade, que permitirá ao usuário trocar de prestadora de serviço – fixo ou móvel – e manter seu número de telefone.

No término do exercício de 2006, aguardavam incorporação ao ordenamento jurídico nacional as resoluções aprovadas em 2006 no âmbito do Subgrupo de Trabalho nº 1 - Comunicações, do Mercosul, referentes aos seguintes instrumentos: Manual de Procedimentos de Coordenação de Radiofrequências na Faixa de 1.710 MHz a 1.990 MHz e de 2.100 MHz a 2.200 MHz e Manual de Procedimentos de Coordenação de Frequências para Estações do Serviço Fixo (Ponto-a-Ponto) em Radiofrequências Superiores a 1.000 MHz, ambos documentos comentados adiante, no capítulo Atuação Institucional.

Serviço Móvel Especializado

Serviço de telecomunicações terrestres de interesse coletivo, o Serviço Móvel Especializado (SME) utiliza sistema de radiocomunicação para a realização de operações do tipo despacho (controle de frotas de veículos, por exemplo) entre outros mo-

dos de telecomunicações. Em 2006, houve aumento da ordem de 37,2% na planta do SME, explorado no regime privado e de interesse coletivo, atingindo a marca de 934.515 acessos móveis (gráfico 7). Esse aumento significativo em relação aos anos anteriores teve origem nos chamamentos públicos de novas autorizações para a prestação do SME e/ou de outorgas de autorização de uso de blocos de radiofrequência, realizados em 2004, no final de 2005 e em julho de 2006.



Outorgas

Em 2006, foram emitidas 33 outorgas de serviço no âmbito da comunicação móvel. Além disso, foram licenciadas, no período, 2,6 mil Estações Radiobase (ERBs) nos segmentos Serviço Móvel Pessoal (SMP), Serviço Móvel Especializado (SME), Serviço Limitado Privado (SLMP), Serviço Especial de Radiochamada (SER) e Serviço Limitado Privado de Radiochamada (SLPR), perfazendo total acumulado de 37,3 mil ERBs licenciadas até dezembro de 2006. Esse total de ERBs acumula as estações do SMP (34 mil), antes mencionadas.

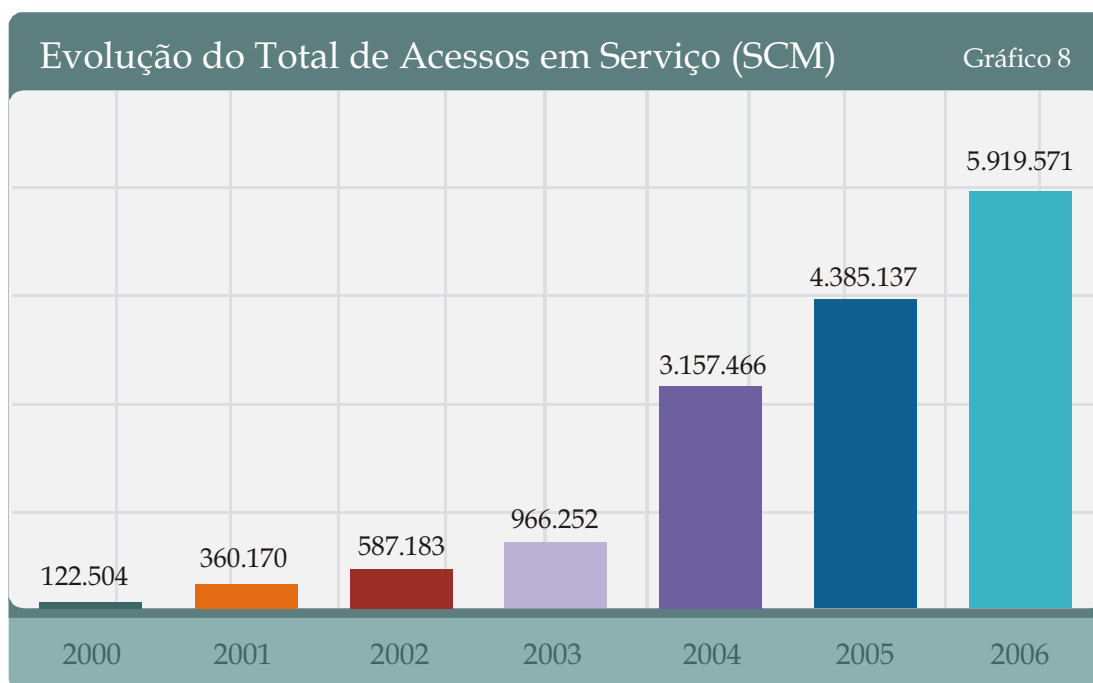
Multimídia

O Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), definido como um serviço fixo de telecomunicações de interesse coletivo, prestado em âmbitos nacional e internacional no regime privado, possibilita a oferta de capacidade de transmissão a assinantes dentro de uma área de prestação de serviço, a emissão e a recepção de informações multimídia (sinais de áudio, vídeo, dados, voz e outros sons, imagens e textos de qualquer natureza), utilizando quaisquer meios. O SCM não se confunde com

Serviços Móveis, Multimídia e Satélites

o Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), com os serviços de Comunicação Eletrônica de Massa, com o Serviço de Radiodifusão, com o Serviço de TV a Cabo, com o Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal (MMDS) ou com o Serviço de Distribuição de Sinais de Televisão e de Áudio por Assinatura via Satélite (DTH).

Criado em agosto de 2001, para viabilizar a convergência de serviços, o SCM tem como um de seus objetivos acompanhar o contínuo desenvolvimento tecnológico do setor de telecomunicações. Ao término do exercício de 2006, somava 5,9 milhões de acessos fixos em banda larga – 1,5 milhão a mais que no final de 2005. Esses números sinalizam duas fortes expansões: a registrada em todas as faixas de velocidade e a de acessos, devidas principalmente à estabilização econômica experimentada pelo País, combinada com as políticas governamentais de flexibilização do crédito e a desoneração tributária dos computadores pessoais, implementadas para acelerar o processo de inclusão digital. O gráfico 8 mostra a evolução dos acessos em banda larga em serviço desde 2000.



Além de proporcionar eficiente, moderno e ágil meio de comunicação, tem aumentado, a cada ano, o peso específico dos serviços multimídia também no âmbito da economia, pelo impacto da geração de rendas. Em 2006, esse segmento gerou resultados brutos da ordem de R\$ 15,1 bilhões – R\$ 5,2 bi-

SCM - Receita Operacional Bruta		Quadro 1
2000	R\$ 3.611.860.168,59	
2001	R\$ 4.292.252.136,74	
2002	R\$ 5.212.111.806,89	
2003	R\$ 6.161.015.745,58	
2004	R\$ 7.559.214.166,77	
2005	R\$ 9.910.387.508,29	
2006	R\$ 15.147.111.459,34	

lhões a mais que em 2005, como se vê no quadro 1, que mostra a evolução da receita operacional bruta desde o ano 2000. Por outras palavras, o segmento de serviços multimídia já é expressivo gerador de negócios, de impostos e de empregos. Não é demais repetir, portanto, o acerto da estratégia da Anatel no tratamento regulamentar, incentivando a competição no mercado de telecomunicações e ampliando a oferta de serviços à sociedade.

Autorizadas

Embora as operadoras de telecomunicações mais expressivas detenham a maior parte do mercado do Serviço de Comunicação Multimídia, os números do exercício mostraram, mais uma vez, a tendência de desconcentração operacional, puxada pela grande quantidade de oportunidades surgidas com os avanços tecnológicos. Em 2006, a Anatel concedeu 174 novas autorizações para a exploração de 16 serviços de telecomunicações do segmento multimídia, acumulando um total de 827.

Outorgas

Ao longo do exercício, foram expedidas autorizações para outros serviços privados de telecomunicações a 13.769 entidades, que resultaram em 108.508 estações licenciadas. Desses totais, destacam-se como os mais expressivos estes segmentos: 3.906 outorgas (71.506 estações licenciadas) expedidas para entidades que exploram o Serviço Limitado Privado; 1.915 outorgas (3.116 estações licenciadas) para o Serviço Radioamador; 7.948 outorgas (7.130 estações licenciadas) para o serviço Rádio do Cidadão. Esses números sinalizam que, mesmo com o crescimento dos serviços de telecomunicações para prestação a terceiros, a sociedade continua necessitando de serviços de telecomunicações para uso próprio.

O número de estações licenciadas dos demais serviços privados de telecomunicações, em 2006, foi de 111.400, 232% a mais que em 2005. Este crescimento significativo demonstra, de outra parte, a evolução gerencial e os ganhos em agilidade da Agência no atendimento às demandas da sociedade.

Regulamentação

Em 2006 foram aprovados os seguintes atos normativos relacionados com os serviços de comunicação multimídia:

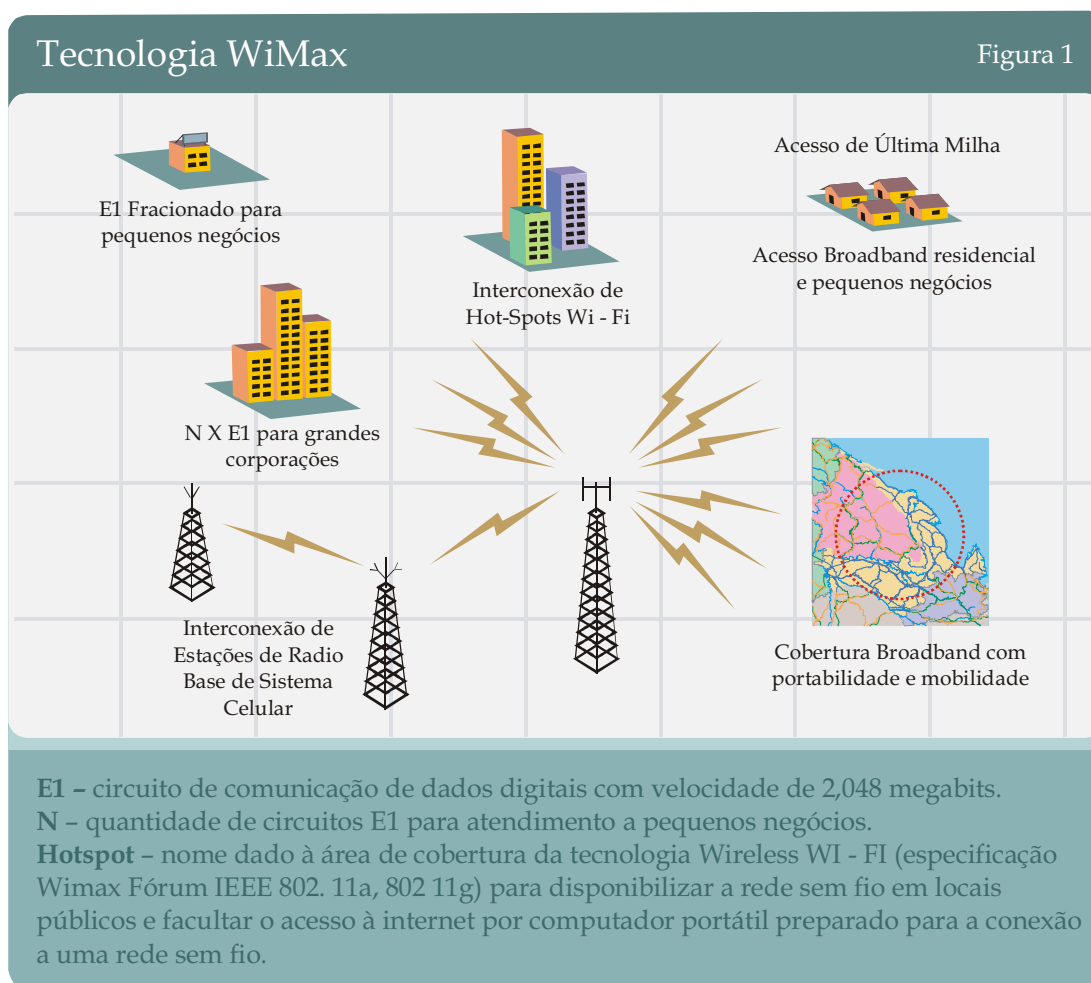
🕒 **Grupos Detentores de Poder de Mercado Significativo (PMS) na oferta de Exploração Industrial de Linha Dedicada (EILD)** – Faz parte do projeto que envolve a implementação da regulação assimétrica, baseada em poder de mercado e na precificação de valores e de tarifas fundamentadas em custos. Representa elemento fundamental na otimização de uso da capacidade excedente da infra-estrutura das prestadoras de telecomunicações e deverá estimular a ampliação da oferta de serviços por empresas que não detêm PMS. *Status:* aprovado em junho de 2006;

🕒 **Serviço de Radioamador** – Esse regulamento substitui o anterior, editado antes da Lei Geral de Telecomunicações (LGT), e disciplina as condições para a execução do Serviço de Radioamador e a obtenção do certificado de operador de estação de Radioamador. *Status:* aprovado em novembro de 2006.

Licitação

Por decisão do Conselho Diretor da Anatel, em julho de 2006, foi autorizada a abertura de procedimento licitatório na modalidade Concorrência Pública, para outorga de autorização de uso de blocos de radiofrequência nas faixas de 3,5 GHz e de 10,5 GHz. O certame foi suspenso em setembro de 2006, na data de realização da Etapa I, por determinação do Tribunal de Contas da União (TCU). **Status:** no final do exercício, a Anatel caminhava para a finalização do Estudo para Determinação dos Preços Mínimos, para demonstrar ao TCU a viabilidade econômica contestada.

Há que se destacar, nesse contexto, que o mercado de telecomunicações é amplamente favorável, neste momento, à obtenção de outorga de uso de blocos de radiofrequências nas faixas de 3,5 GHz e 10,5 GHz, graças à tecnologia WiMax, a seguir ilustrada.



Chamamento Público

No ano de 2006, a Anatel anunciou sua intenção de expedir autorizações para exploração dos Serviços Limitado Especializado ou Privado, nas submodalidades Serviços de Radiotáxi Especializado ou Privado, e de outorgar autorizações de uso de radiofrequências associadas por meio de chamamentos públicos.

Nos procedimentos, foi identificada, nas regiões metropolitanas de São Paulo

e do Rio de Janeiro, a necessidade de certame licitatório, tendo em vista o fato de o número de interessados em outorga da radiofrequência ser superior ao quantitativo de canais disponibilizados em cada região. Assim, e visando o estabelecimento dos preços mínimos, foi encaminhado ao Tribunal de Contas da União, para devida análise e aprovação, estudo elaborado ao longo do primeiro semestre do ano. Em seguida foi realizada, na primeira quinzena de dezembro de 2006, Consulta Interna do edital que disciplina todo o processo licitatório.

Satélites

No âmbito da Exploração de Satélites, foram concluídos com sucesso, em 2006, vários processos de coordenação internacional de frequências envolvendo redes brasileiras. Entre esses processos, destacaram-se como os de maior complexidade e relevância os referentes às redes de satélites Simon Bolívar 2, Inmarsat e Skynet.

A coordenação envolvendo redes de satélites brasileiros planejadas e em operação e a rede de satélite Simon Bolívar 2, da Comunidade Andina, se estendeu por vários anos. Esse demorado andamento, que exigiu permanente atuação da Anatel nas discussões e proposições, foi concluído, no exercício, com a revisão das propostas finais do acordo envolvendo redes brasileiras de satélites nas posições orbitais 61°W, 63°W, 65°W e 70°W, e a rede de satélite Simon Bolívar 2 (67°W) na banda Ku. Os acordos de coordenação foram assinados e devolvidos à Anatel, em setembro de 2006, pela Comisión Nacional de Telecomunicaciones (Conatel), órgão regulador das telecomunicações da Venezuela, responsável pela coordenação da rede Simon Bolívar 2 em nome da Comunidade Andina.

A coordenação com as redes de satélite da série Inmarsat na banda C, iniciada em 2003, envolveu discussões bastante complexas, especialmente nos casos em que a separação orbital existente entre as redes envolvidas é pequena. A definição de uma solução técnica garantiu o convívio das redes brasileiras com as redes da Inmarsat, graças ao estabelecimento de níveis de potência máximos de transmissão e ao conjunto de condições objetivas. Os operadores de satélites brasileiros envolvidos no processo assinaram o acordo de coordenação no final de 2006, marcando a conclusão dessa coordenação com sucesso.

A coordenação com a série de redes Skynet, do Reino Unido, envolveu discussões de propostas relativas a sistemas terrestres brasileiros em UHF, sistemas de satélites brasileiros planejados em banda Ka, e sistemas de satélites brasileiros planejados e em operação em banda X. A coordenação da banda X, faixa de frequências de uso militar e, por isso, de importância estratégica para o Brasil, foi a que exigiu maior tempo e esforço por parte da Anatel. Esse processo foi concluído com sucesso quando, em cooperação com o Ministério da Defesa, chegou-se a uma solução técnica satisfatória para ambos os países.

Licitação

Em outubro, por dois atos do Conselho Diretor da Agência, foram aprovados a autorização para abertura do procedimento licitatório e o edital de licitação para

Serviços Móveis, Multimídia e Satélites

conferir Direito de Exploração de Satélite Brasileiro para Transporte de Sinais de Telecomunicações. Três exploradoras de satélites – Hispamar Satélites S/A, Loral Skynet do Brasil Ltda. e Star One S/A – participaram da 1ª etapa da licitação realizada em novembro, e vencida pela Star One S/A., com proposta no valor de R\$ 6,1 milhões. Homologada a adjudicação em dezembro, prevê-se a assinatura do Termo de Direito de Exploração com a empresa vencedora em fevereiro de 2007, após o que será dada continuidade à segunda e terceira etapas da licitação.

Regulamentação

No exercício, foram analisadas as contribuições recebidas e feita a consolidação de minutas relacionadas com a Consulta Pública nº 737, realizada em setembro, e que trata da Proposta de Alteração do Regulamento de Cobrança de Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviços de Telecomunicações e pelo Direito de Exploração de Satélite. Esse conjunto de documentos será levado à apreciação do Conselho Diretor da Agência em 2007.

Satélites brasileiros

A fim de se permitir correta avaliação do cenário atual de ocupação do arco orbital brasileiro, ao final de 2006, registra-se, pela tabela 1, a evolução da conferência de Direitos de Exploração de Satélites Brasileiros, desde 1994. Destaca-se que, desde o ano 2000, os Direitos conferidos à Embratel foram transferidos à Star One e, desde 2004, a Hispamar Satélites ficou responsável pelos Direitos conferidos à Hispamar S/A e à Telamazon.

Direitos de Exploração de Satélites Brasileiros

Tabela 1

Operadoras	Até 1994	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Embratel	3	5	0	0	0	0	0	0	0
Star One*	0	0	5	5	5	7	7	7	7
Telamazon	1	1	1	1	1	1	0	0	0
Hispamar SA	0	0	1	1	1	1	0	0	0
Hispamar Satélites**	0	0	0	0	0	0	2	2	2
Loral do Brasil	0	0	1	1	1	1	1	1	1
Total	4	6	8	8	8	10	10	10	10

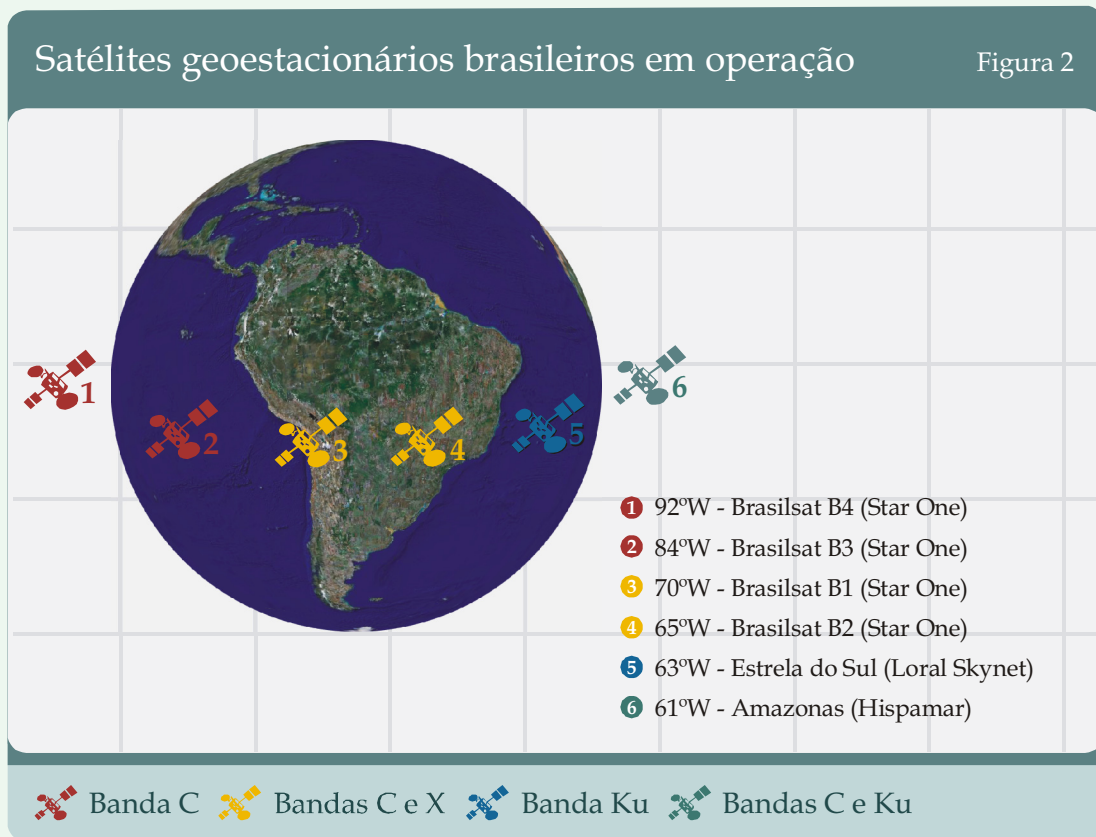
* A partir de 2000, os Direitos de Exploração de Satélites Brasileiros da Embratel foram transferidos à Star One.

** A partir de 2004, a Hispamar Satélites ficou responsável pelos direitos concedidos à Hispamar SA e à Telamazon.

A tabela 2 mostra a evolução do uso de satélites geoestacionários por empresas brasileiras, desde 1994, com o lançamento da segunda geração de satélites em banda C, da Embratel.

Operadoras	Até 1994	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Embratel	3	5	0	0	0	0	0	0	0
Star One	0	0	5	5	5	5	4	4	4
Hisparmar Satélites	0	0	0	0	0	0	1	1	1
Loral do Brasil	0	0	0	0	0	0	1	1	1
Total	3	5	5	5	5	5	6	6	6

A figura 2 ilustra graficamente o atual cenário de ocupação do arco orbital com relação aos satélites brasileiros em operação nas bandas C, X e Ku. Cabe ressaltar que existem ainda três Direitos de Exploração de Satélite Brasileiro a serem implementados: um em banda Ku, na posição orbital 70°W; um em banda Ku, na posição 65°W e um em banda C, na posição orbital 63°W.



Satélites estrangeiros

Em 2006, a Anatel deu sequência ao esforço iniciado pelo Ministério das Comunicações, em 1996, para estimular a competição no setor de Exploração de Satélites. Essa filosofia de trabalho explica porque além dos seis satélites brasileiros em operação, outros 29 com Direitos de Exploração de Satélite Estrangeiro, conferidos até o final de 2006, podem comercializar suas capacidades sobre o território brasileiro. A tabela 3 mostra, desde 1994, as empresas e as quantidades de satélites estrangeiros cujos Direitos de Exploração foram conferidos pela Anatel. Além desses sistemas de satélites geoestacionários, existem três outros não-geoestacionários autorizados a operar no Brasil: Globalstar, Iridium Satellite e Telespazio.

Direitos de Exploração de Satélites Estrangeiros

Tabela 3

Operadoras	Até 1994	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Astrolink	0	0	0	1	1	1	1	0	0
Columbia Comm Corporation	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Eutelsat	0	0	0	1	3	4	4	4	4
Hispasat	0	0	1	1	1	2	2	2	2
Inmarsat Limited*	0	0	2	2	2	2	2	2	2
Intelsat LLC	4	10	10	11	8	9	9	7	8
Loral Skynet	0	0	1	1	1	1	1	1	1
Nahuelsat	0	1	1	1	1	1	1	1	1
New Skies	0	2	2	2	2	3	3	2	2
PanAmSat	2	6	6	7	8	8	8	5	5
Satmex	0	3	4	3	2	2	2	1	1
SES Americom	0	0	1	1	1	1	1	1	1
Telesat Canada	0	1	2	1	1	1	1	1	1
Total	6	23	30	32	31	35	35	28	29

* Conferido o Direito de Exploração parcial dos satélites INMARSAT-3 AOR EAST e INMARSAT - 3 AOR WEST-2 às empresas: Embratel; Xantic Holding BV; France Telecom Mobile Satellite Comm; Telenor Satellite Services AS; Stratos Wireless, Inc; Morsviazspuutnik.

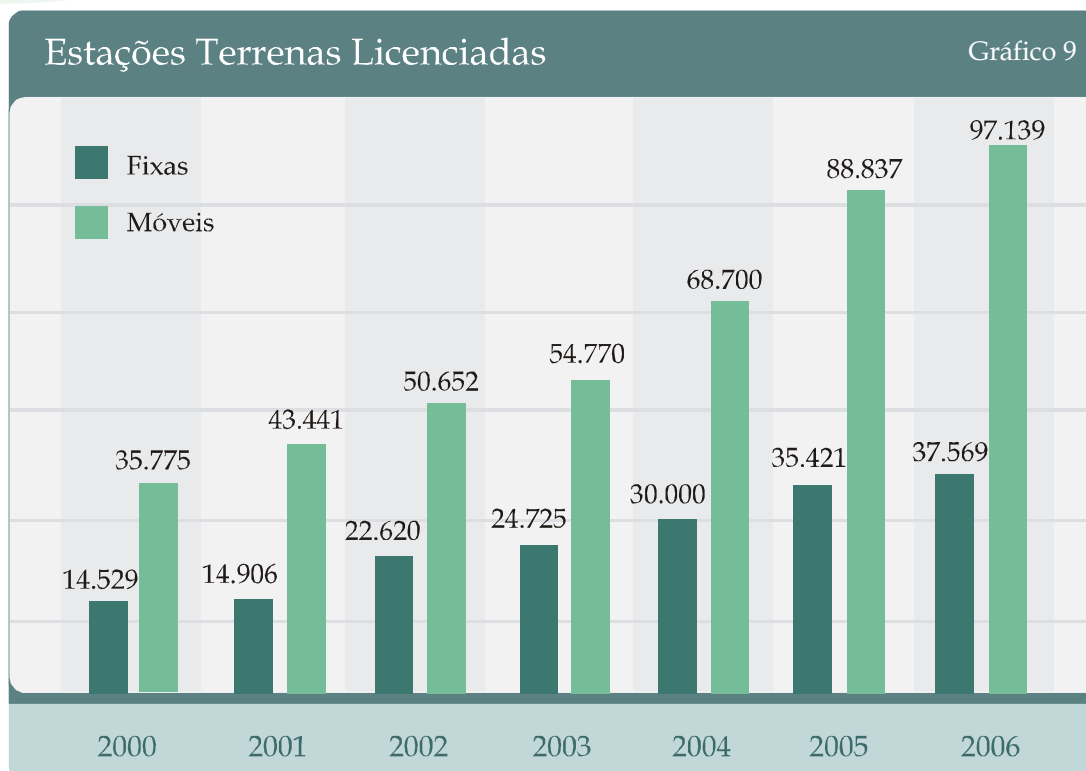
A figura 3 mostra o atual cenário de ocupação do arco orbital por satélites estrangeiros, autorizados a prover capacidade para as prestadoras de serviços de te-

lecomunicações no território brasileiro.



Estações terrenas

O crescimento da oferta de capacidade espacial no Brasil pode ser observado pelo aumento do número de estações terrenas fixas e móveis licenciadas, como demonstra o gráfico 9.



Com relação ao licenciamento, cabe registrar ainda a elaboração, em 2006, do Manual de Exemplos para Licenciamento de Estações Terrenas, que apresenta exercícios de cálculos para verificação do atendimento aos limites de densidade de Potência Efetiva Isotrópica Radiada (EIRP, na sigla em inglês). Esses limites estão previstos na Norma de Condições de Operação de Satélites Geoestacionários em Banda Ku com Cobertura sobre o Território Brasileiro (Norma de 2 graus). O Manual é também instrumento auxiliar no cadastramento das informações referentes às estações terrenas para fins de licenciamento; apresenta o detalhamento dos critérios para formação da designação de emissão, em conformidade com o Apêndice 1 do Regulamento de Radiocomunicações da União Internacional de Telecomunicações, e está disponível no portal da Anatel na internet para consulta pelas entidades responsáveis pelo licenciamento de estações terrenas.

Comunicação de Massa

Entre os marcos de 2006 estão os avanços relacionados à TV e ao rádio digitais



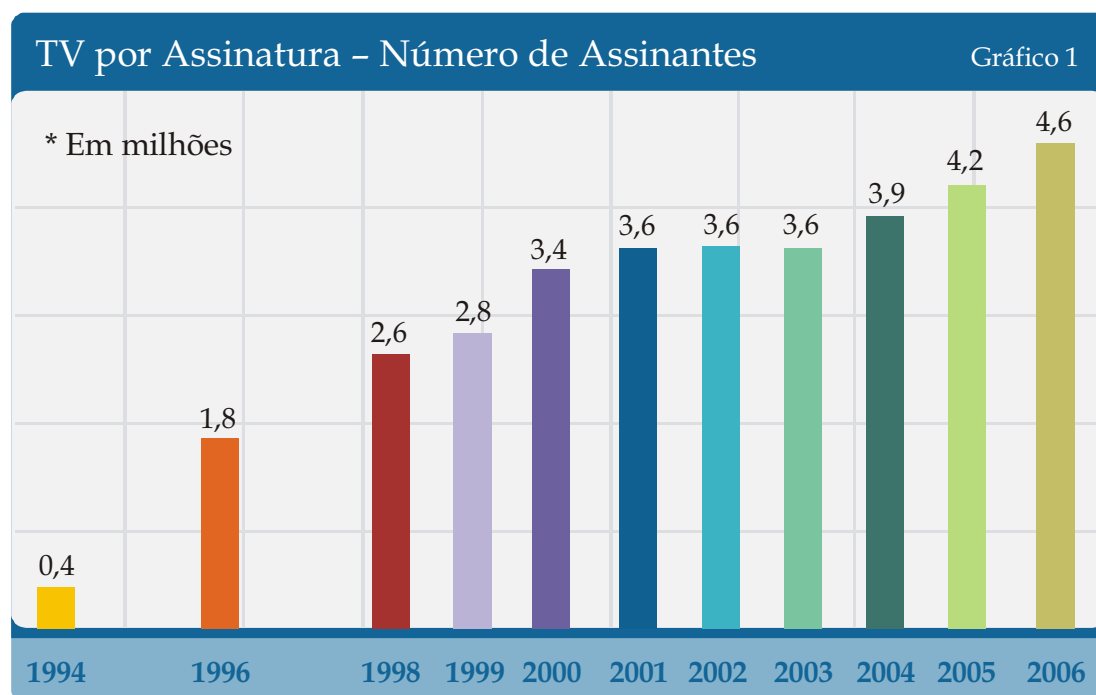
Destaque

Comunicação de Massa

Neste capítulo são destacados os principais fatos do exercício de 2006 no âmbito dos serviços de comunicação eletrônica de massa de interesse coletivo. Este segmento abrange os serviços prestados em regime privado, que incluem as diferentes modalidades de TV por Assinatura e os diversos aspectos relacionados com a radio-difusão – neste caso, exceto a concessão de outorgas, atribuição exclusiva do Ministério das Comunicações, como preceitua a Lei Geral de Telecomunicações (LGT).

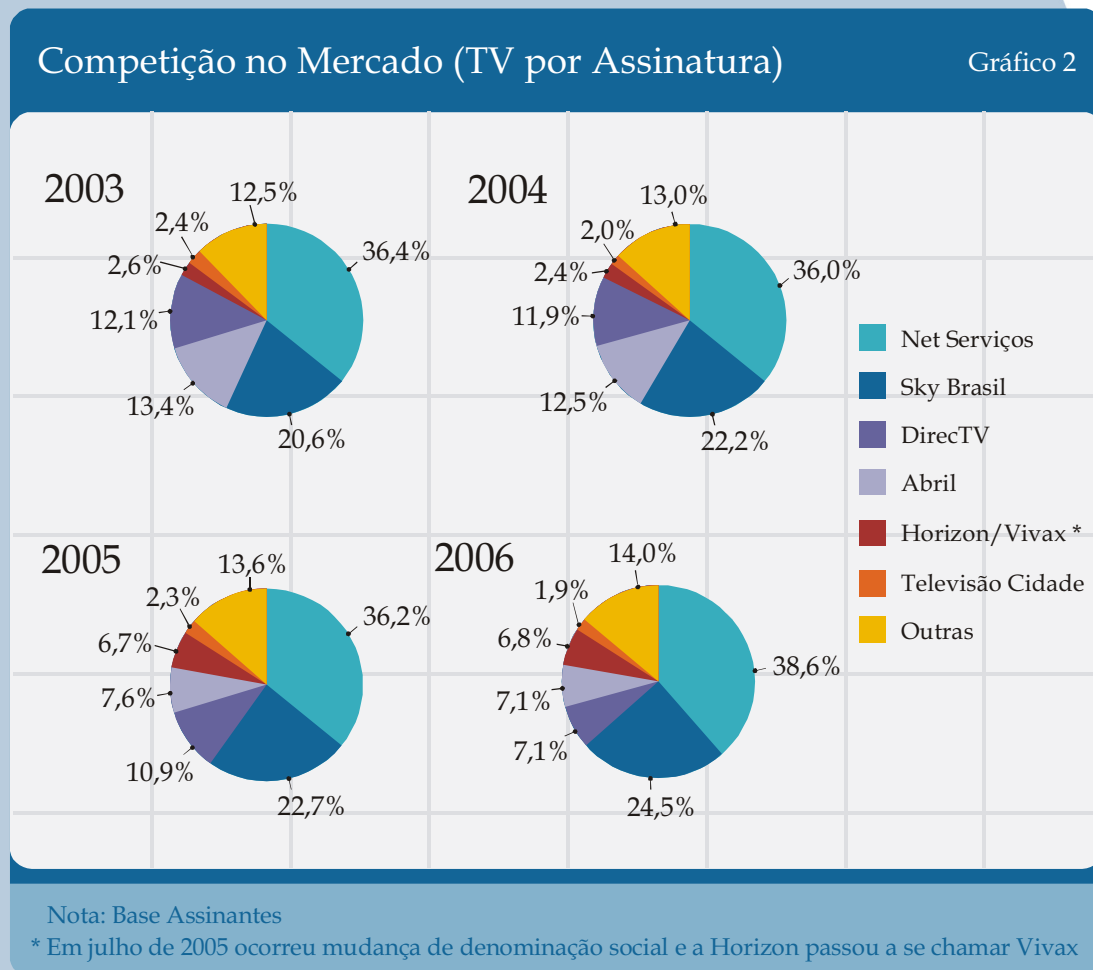
TV por Assinatura

O volume de usuários de TV por Assinatura, que apresentou crescimento significativo nos três anos anteriores, manteve essa tendência em 2006, quando registrou aumento de 403 mil novos usuários, alcançando o total de 4,6 milhões de assinantes – crescimento de 9,6% em relação a 2005 (gráfico 1). Esse aumento pode ser atribuído à permanência de fatores econômicos favoráveis, à ampliação da oferta de pacotes de programação a preços mais acessíveis às classes B e C, ao início da oferta de serviços de voz pelas principais empresas do setor, e, principalmente, à ampliação da oferta de acesso à internet em alta velocidade por meio das redes de TV por Assinatura.



No decorrer de 2006, iniciaram operações 23 prestadoras de TV por Assinatura, perfazendo, no final do exercício, 341 empresas ofertantes desse serviço em várias regiões do País. Por meio do Serviço de TV a Cabo, 232; por meio do Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal (MMDS, na sigla em inglês), 75; nove pelo Serviço de Distribuição de Sinais de Televisão e de Áudio por Assinatura via Satélite (DTH), que tem cobertura nacional, e 25 por meio do Serviço Especial de Televi-

são por Assinatura (TVA). A população com possibilidade de atendimento por TV a Cabo e por MMDS, que era de 84,3 milhões de pessoas em 2000, chegou a 91,5 milhões em dezembro de 2006. Com relação à competição no mercado, que tem como referência a base de assinantes, o gráfico 2 permite a visualização da posição das empresas, em 2006, e a evolução registrada pelo setor nos anos recentes.



A densidade média nacional dos serviços de TV por Assinatura – número de assinantes por grupo de cem domicílios – alcançou 8,9% em 2006, sinalizando crescimento em relação ao ano anterior (8,2%) e confirmando a tendência evolutiva iniciada em 2003. Em 2006, as maiores densidades registradas foram: Distrito Federal, 18,6%; São Paulo, 15,6%; Rio de Janeiro, 14,9%; Santa Catarina, 10,8%; e Rio Grande do Sul, 10,3%.

Outros destaques no segmento de TV por Assinatura foram os avanços no controle da qualidade na prestação do serviço e na proteção e defesa dos direitos dos assinantes. Em 2006, a Anatel passou a exigir das prestadoras o efetivo cumprimento das metas definidas no Plano Geral de Metas de Qualidade para os serviços de televisão por assinatura (PGMQ – Televisão por Assinatura), instrumento que deu à Agência condições de monitorar a prestação de todos os serviços de TV por Assinatura. Os indicadores de qualidade criados e agrupados por assunto compreendem a qualidade do serviço, o atendimento ao usuário, a emissão de documento de co-

brança e a continuidade da prestação do serviço. O descumprimento de obrigações pelos prestadores do serviço de TV por Assinatura levaram a Anatel a aplicar, em 2006, sanções – multas já publicadas – no total de R\$ 866,3 mil, montante bem inferior ao volume de R\$ 1,2 milhão de multas aplicadas em 2005, fato sinalizador da eficácia das metas de qualidade estabelecidas.

Do PGMQ – Televisão por Assinatura destacam-se duas outras metas importantes: a que obriga as empresas prestadoras do serviço a solucionarem 90% das reclamações e pedidos de informações no prazo máximo de sete dias úteis, contados de seu recebimento, e a que determina que 90% dos casos de interrupção do serviço deverão ser solucionados em até 24 horas. O Plano estabelece também que as prestadoras deverão conceder abatimento, crédito ou ressarcimento ao assinante que teve o serviço interrompido.

Na mesma linha de preocupação com o usuário, ao final de 2006 encontrava-se em estágio avançado de elaboração o Regulamento de Proteção e Defesa dos Direitos dos Assinantes dos Serviços de Televisão por Assinatura, que tem como objetivo ampliar a proteção e sistematizar a defesa dos assinantes. A proposta de regulamento, que já foi objeto de Consulta Pública, apresenta garantias básicas relativas à contratação e à rescisão da prestação do serviço, atendimento ao assinante, cobrança de débitos, interrupção e suspensão do serviço, entre outras.

Serviços de Radiodifusão

Para que as emissoras do serviço de Radiodifusão Comunitária (RadCom) possam usar com exclusividade, em todo o Brasil, os canais 198, 199 e 200, teve continuidade durante o ano de 2006 a reconfiguração do Plano Básico de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada. A iniciativa significou a mudança de 170 canais designados para RadCom e 40 para FM. Além disso, três canais de TV e 13 de Retransmissão de TV que poderiam gerar ou sofrer interferências dos canais de RadCom, também foram alterados.

Dos 5.564 municípios brasileiros, no final do período sob enfoque apenas três, recentemente emancipados, ainda não estavam contemplados pelo Plano de Referência para Distribuição de Canais do Serviço de Radiodifusão Comunitária. Em dezembro de 2006, operavam no País 2.302 estações comunitárias. O quadro 1 ilustra a distribuição, por modalidade, dos canais de serviços de radiodifusão, ao final do exercício.

Planos de Distribuições de Canais

Quadro 1

Serviços de Radiodifusão						
Serviços Canais	TV ⁽¹⁾	RTV ⁽²⁾	FM ⁽³⁾	OM	OC	OT
Ativados	302	5.950	1.445	1.569	66	73
Em fase de ativação	176	3.697	1.154	141	0	2
Vagos	3.187	3.020	4.370	451	5	547
Total	3.665	12.667	6.969	2.161	71	622

Obs: (1) Inclui canais classe "c" aprovados pela Resolução nº 291, de 13 de fevereiro de 2002

(2) Inclui canais autorizados em caráter secundário.

(3) Inclui canais do serviço de Radiodifusão Comunitária.

Para tornar mais rápida e eficiente a análise dos processos relativos à alteração nos planos básicos, principalmente quando se leva em conta que alterações na canalização de um serviço têm reflexos nos planos de outros serviços, a Agência desenvolveu um novo software para o cálculo de viabilidade de canais de TV, de TV digital e de FM. Esse programa, que é parte integrante do Sistema de Informações Geográficas da Anatel (SIGAnatel), foi disponibilizado para acesso do público em setembro, pelo portal da Agência na internet. Ele permite o cruzamento das informações inseridas pelos pretendentes com os mais de 21 mil canais dos planos básicos de TV e de FM, além de reduzir em até 70% o tempo de trabalho dos engenheiros encarregados dos estudos de viabilidade.

Com relação ao uso de radiofrequência, durante o ano de 2006 foram emitidos 726 atos de autorização: Serviços Auxiliares de Radiodifusão e Correlatos (77); Serviço Especial de Circuito Fechado de Televisão (três); Televisão (nove); Retransmissão de Televisão (34); Radiodifusão Sonora em Onda Média (sete); Frequência Modulada (75); e Radiodifusão Comunitária (521).

TV Digital

A proximidade da implantação da TV Digital foi um dos fatores que mais marcaram a atuação da Anatel, ao longo de 2006, na área de radiodifusão. Responsável pelo gerenciamento dos Planos Básicos para a Radiodifusão – distribuição dos canais para a prestação de serviços sem que ocorram interferências e com a melhor qualidade possível para o usuário –, a Agência deu continuidade, no período, aos estudos de revisão do Plano Básico de Distribuição de Canais de Televisão Digital (PBTVD) nas capitais.

O principal objetivo dos estudos é permitir que os sistemas analógicos, hoje

em operação, possam coexistir sem potenciais interferências mútuas com as transmissões digitais, que têm início previsto para 2007. De acordo com o Decreto 5.820/2006 e com a Portaria MC 652/2006 – instrumentos que definem o padrão e estabelecem a transição brasileira para a TV Digital –, as transmissões analógicas e digitais deverão ocorrer de modo simultâneo até 2016. Por causa dessa circunstância, a Agência busca, de um lado, garantir que os sinais analógicos – que tendem a continuar sendo por alguns anos a opção prioritária para grande parte da população brasileira, em especial nos segmentos de menor renda – não tenham a sua qualidade degradada com a introdução dos novos sinais. Por outro lado, o PBTVD deve assegurar que não ocorram interferências indesejadas nos canais digitais, o que poderia levar a atrasos na introdução do novo sistema.

Em conformidade com o planejamento da transição para o novo sistema, a Anatel também iniciou os estudos para viabilizar tecnicamente a consignação, pelo Ministério das Comunicações, de um canal digital para cada canal analógico outorgado. No final de 2006, esses trabalhos já estavam concluídos na cidade de São Paulo e no Distrito Federal, com as correspondentes publicações dos atos de efetivação. Por força da transmissão simultânea dos sinais analógicos e digitais, prosseguiram as atividades de reconfiguração dos planos Básico de Distribuição de Canais de Televisão, de Retransmissão de Televisão, referentes aos serviços analógicos prestados atualmente, assim como o processo de atualização do Regulamento Técnico para Prestação do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens e do Serviço de Retransmissão de Televisão.

Rádio Digital

A implementação do Rádio Digital no Brasil, tão importante quanto à da TV Digital, teve seqüência dinâmica ao longo do exercício de 2006. Até dezembro, a Anatel concedeu oito autorizações para realização de testes em Frequência Modulada (FM), e sete para Onda Média (OM). As informações referentes aos testes do Rádio Digital são constantemente atualizadas no portal da Anatel na internet (www.anatel.gov.br).

A realização de testes visa atender à sinalização do segmento brasileiro de radiodifusão. Em síntese, pleitearam os radiodifusores que a digitalização seja feita na mesma frequência do serviço analógico, levando a uma transição suave e economicamente viável. Os testes autorizados pela Anatel têm como objetivo avaliar o desempenho dos sistemas (qualidade do áudio, área de cobertura e robustez do sinal) e também a compatibilidade do sinal digital com os sinais analógicos existentes.

Para subsidiar os testes das emissoras, a Agência firmou acordo de cooperação técnico-científica com a Universidade de Brasília (UnB), para o desenvolvimento de metodologia para testes de sistemas de radiodifusão sonora digital. Desse acordo resultou a Proposta de Critérios e Procedimentos para Avaliação de Sistema de Rádio Digital.

Aumentou, em 2006, o número de telefones públicos adaptados para pessoas com deficiências auditivas, da fala e de locomoção



Destaque

Assegurar o direito de acesso de toda pessoa ou instituição ao Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), independente de sua localização ou condição socioeconômica, é um dever do Poder Público. Uma responsabilidade constitucional e legal que a União deve assegurar, por intermédio da Anatel, sempre levando em conta a necessidade de atendimento de pessoas com deficiência, instituições de caráter público ou social, áreas rurais, áreas de urbanização precária e regiões remotas.

As políticas governamentais e as ações da Agência orientadas por esse norte constitucional têm possibilitado a universalização dos serviços de telecomunicações e contribuído com os esforços da Administração brasileira para a inclusão digital. As obrigações de universalização referentes à ampliação do acesso ao serviço em regime público e definidas no Plano Geral de Metas de Universalização (PGMU), aprovado pelo presidente da República, integram os contratos de concessão firmados entre a Anatel e as seis concessionárias de telefonia fixa em operação no País.

Resultados

Os resultados do exercício de 2006, como registrado no capítulo Telefonia Fixa, assinalam uma queda dos acessos em serviço, que declinaram de 39,8 milhões, em 2005, para 38,8 milhões ao final de 2006. Entre as justificativas para o fato, destaca-se uma nova realidade: a popularização do telefone celular pré-pago.

A teledensidade na telefonia fixa – número de acessos por grupo de cem habitantes – declinou de 21,5, em 2005, para 20,7, em 2006. A quantidade de Telefones de Uso Público (TUP) também sofreu queda: de 1,274 milhão de terminais, em 2005, para 1,132 milhão, ao final de 2006, em decorrência do estabelecimento de novas metas do PGMU 2006-2011, que reduziu a exigência de 7,5 acessos por grupo de mil habitantes para 6/1.000, explicando-se, assim, a queda da teledensidade dos TUPs de 6,9, em 2005, para 6,0 ao final de 2006.

Nesse contexto, é importante ressaltar que o novo PGMU, em que pese o preceito redutivo da densidade de TUPs, amplia a sua disponibilidade ao prever o atendimento de estabelecimentos de segurança pública, bibliotecas e museus públicos, além do Ministério Público, de órgãos do Judiciário e de defesa do consumidor. O PGMU é também sensível a uma mudança de demanda por parte do usuário no tocante à inclusão digital, ao adotar as figuras do Posto de Serviço de Telecomunicações (PST) e do Terminal de Acesso Público (TAP), a seguir enfocados.

PST e TAP

Em vigor desde janeiro de 2006, o PGMU do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) estabeleceu a data de 1º de janeiro de 2007 para as concessionárias ativarem os Postos de Serviços de Telecomunicações nos municípios, de acordo com metas progressivas. Esse prazo foi modificado, alterando o início da implantação de metas para os PSTs para 1º de agosto de 2007.

O Posto de Serviços de Telecomunicações, como se recorda, é um centro multifunções e de inclusão digital criado para disponibilizar e compartilhar ferramentas e serviços de utilidade pública que as novas tecnologias de informação proporcionam ao cidadão. O Posto segue módulo padrão, que inclui quatro Telefones de Uso Público (TUPs), quatro Terminais de Acesso Público (TAPs), um fax e atendimento pessoal. Pelo TAP abrir-se-á outro modo de acesso coletivo para permitir a

qualquer pessoa utilizar a telefonia fixa, independente de ser assinante ou não. Inclui ainda funções complementares que possibilitarão o uso da telefonia fixa para conexão a provedores de acesso à internet, o envio e o recebimento de textos e imagens pelo meio eletrônico.

Para atendimento da população rural, o PGMU prevê a instalação de um PST para cada Unidade de Atendimento de Cooperativa (UAC), de qualquer segmento, localizada em área rural. O PST de área rural possui um Telefone de Uso Público (TUP), um Terminal de Acesso Público (TAP), um fax e atendimento pessoal. Pela ampla rede de cooperativas rurais operantes no País, a instalação dos PSTs nessas unidades ou em suas cercanias – mas abertas a todos os cidadãos e não apenas aos cooperados – levará para a população rural acesso não só à telefonia fixa, como também à internet, contribuindo de modo altamente positivo para os esforços governamentais de inclusão digital das faixas populacionais de baixa renda e para impulsionar os negócios nas cooperativas.

Abrangência

Em 2006, a Anatel deu seqüência à sua atribuição de conduzir as ações de alcance social no sentido de garantir a prestação dos serviços de telecomunicações e de assegurar a expansão da rede de telefonia fixa, abrindo caminhos para a inclusão digital. Os números apontam resultados positivos e estimuladores. Ao final do exercício, 34.186 localidades (centros urbanos, núcleos habitacionais, aldeias indígenas, arquipélagos, assentamentos rurais) estavam atendidas pela telefonia fixa. No final de 2005 eram 33.432 as localidades atendidas.

Outros números permitem mais ampla avaliação do alcance social dos programas de universalização realizados pelas operadoras em regime público e fiscalizados pela Anatel. No final de 2006, a telefonia fixa já atendia:

- ☛ com 199 Telefones de Uso Público (TUPs) e nove acessos individuais, a 166 aldeias indígenas, beneficiando contingente de 52.068 pessoas;
- ☛ com 504 TUPs e 830 acessos individuais, a 386 assentamentos rurais, contemplando população de 290.193 pessoas;
- ☛ com quatro TUPs, a quatro arquipélagos nos territórios do Espírito Santo, Pará, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul, atendendo 520 pessoas;
- ☛ com 77 TUPs, a 77 núcleos habitacionais localizados em áreas remotas nos estados do Acre, Amazonas, Bahia, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins, beneficiando 8.893 habitantes;
- ☛ com 144 TUPs, a 122 localidades situadas em zonas fronteiriças dos estados de Rondônia, Roraima, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Acre, Amazonas, Amapá e Mato Grosso, beneficiando contingente de 166.815 pessoas.

Acessos adaptados

Deu seqüência a Agência, em 2006, ao esforço para a ampliação da rede de Telefones de Uso Público adaptados para uso de deficientes auditivos, da fala e por usuários de cadeiras de rodas. Do total de 1.132.797 TUPs em operação no País, no final de 2006, registra-se que 21.652 eram adaptados para deficientes físicos (cadeiran-

tes) além de 2.343 para deficientes auditivos e da fala. Em relação ao ano anterior, houve um crescimento de 681 e de 1.074 telefones adaptados, respectivamente.

O novo Plano Geral de Metas para a Universalização entrou em vigor em 1º de janeiro de 2006, e nele foram incluídos outros benefícios sociais para esse importante segmento da população, tais como a garantia de que pelo menos 2% dos telefones públicos sejam adaptados para cada tipo de portador de necessidades especiais, mediante demanda dos interessados ou de seus representantes; a disponibilidade de centrais de atendimento para intermediação da comunicação telefônica, para uso de pessoas portadoras de deficiências auditiva e da fala.

Aice

Criado em dezembro de 2005 e como preceituado em seu regulamento, o Acesso Individual Classe Especial (Aice) começou a ser ofertado no exercício de 2006 pelas concessionárias, que o instalaram até 30 de junho nas localidades com mais de 500 mil habitantes e, até 31 de dezembro, nas localidades com mais de 300 mil habitantes. Classe especial do plano básico, destinada a atender somente domicílios ainda não servidos por acesso individualizado, o Aice é um dos instrumentos do novo PGMU para promover, em condições diferenciadas, a crescente universalização do acesso individualizado ao Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) – a telefonia fixa.

Declaração de metas

Conforme preceitua a legislação, as concessionárias do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) apresentaram, até 31 de março de 2006, a Declaração de Cumprimento de Obrigações de Universalização. Na sequência, a Anatel realizou suas atribuições de verificar a documentação, colocando o processo de declaração de metas em consulta pública, além de aferir, em campo, as conformidades e as não-conformidades, segundo metodologia de seleção de amostra e fiscalização. Ao todo, foram fiscalizadas 3.879 localidades, das quais resultaram a instauração de 57 Procedimentos para Apuração de Descumprimento de Obrigações.

Fust

Criado pela Lei nº 9.998/2000 com o objetivo de promover a universalização de serviços de telecomunicações nas situações em que os investimentos não obtenham remuneração pela exploração eficiente do serviço, o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) tem a arrecadação de seus recursos gerenciada pela Anatel. A Lei do Fust, como ficou conhecida, é marco normativo norteador da política de universalização de telecomunicações pretendida pela Administração brasileira.

No exercício de 2006, o Fust arrecadou R\$ 628,8 milhões, registrando o montante acumulado de R\$ 4,3 bilhões, provenientes das seguintes origens: 50% da arrecadação do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel) e de receitas decorrentes de outorgas – concessões, permissões e autorizações –, direito de uso de radiofrequência, multas e indenizações. As outras fontes de receita do Fust vieram da cobrança do preço público de concessão ou de uso de radiofrequência e da contribuição de 1% da Receita Operacional Bruta das operadoras de serviços de telecomunicações.

O quadro 1 permite acompanhar as receitas do Fust e suas origens no período de 2004 a 2006; o gráfico 1 dá idéia da evolução da receita por fonte.

Receitas do Fust (R\$)

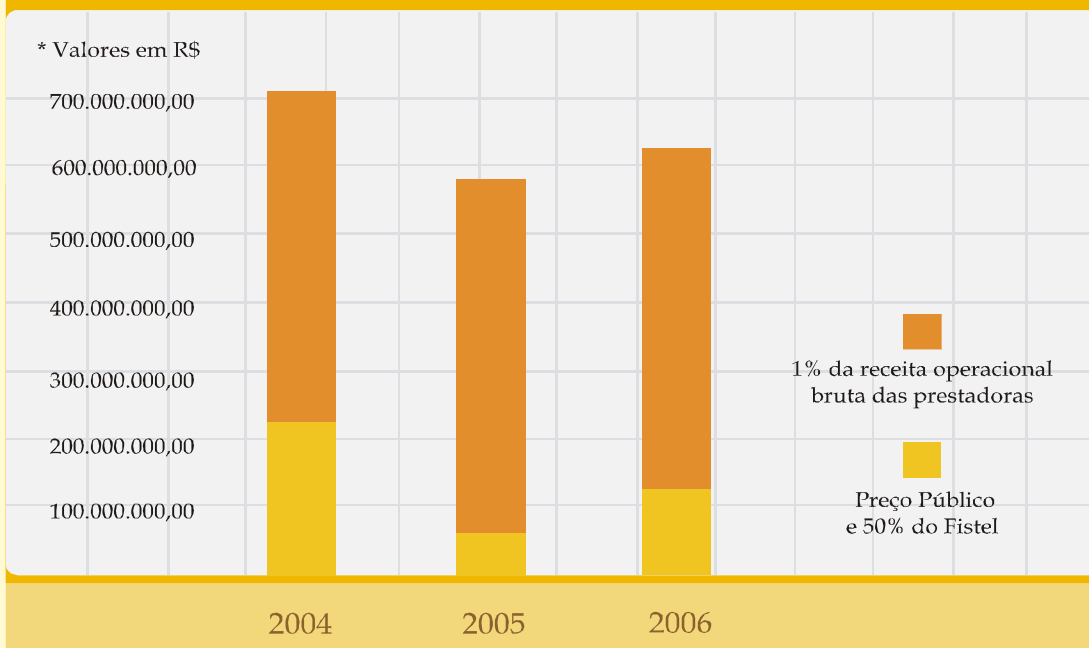
Quadro 1

Origens dos recursos (Art. 6 da Lei n.º 9.998/2000)	2004	2005	2006
Dotações por lei orçamentária (inciso I)	-	-	-
Preço Público e 50% do Fistel (incisos II e III)	225.390.687,84	58.752.871,50	126.607.479,12
Contribuição de 1% da rec. op. bruta das prestadoras de serv. de telecom. (Inciso IV)	489.216.232,35	523.084.853,70	501.867.474,72
Doações (inciso V)	-	-	-
Certificação e homolog. de prod. de telecom	259.228,30	363.040,00	406.366,43
Total bruto	714.886.148,49	582.201.125,20	628.881.320,27
(-) Desvinculação das Rec. da União - DRU	(89.791.399,79)	(104.607.825,38)	(100.375.384,18)
Total	625.074.748,70	477.593.299,82	528.505.936,09
Total acumulado	3.300.374.439,40	3.777.967.739,22	4.306.473.675,31

Fonte: SIAFI

Evolução das Receitas do Fust

Gráfico 1



Desde que iniciou a arrecadação, em 2001, até o final de 2006, nenhuma parcela do Fust foi aplicada, explicando-se, assim, o montante acumulado de R\$ 4,3 bilhões.

Ao longo de 2006, a Anatel e o Ministério das Comunicações (MC) realizaram ações conjuntas e estudos com vistas à utilização dos recursos do Fundo. O primeiro passo desse esforço foi o mapeamento das necessidades de universalização em todo o País, sob a óptica dos projetos passíveis de implementação em conformidade com a Lei do Fust. Destaca-se que, entre os vários programas avaliados, o MC optou pelo **Programa de Atendimento às Pessoas com Deficiência**, aprovado pela Portaria do MC n.º 263/2006, para a implementação do **Projeto de Atendimento às Instituições de Assistência às Pessoas com Deficiência**.

Para viabilizar a iniciativa, a Anatel elaborou o Plano de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado em Instituições de Assistência às Pessoas Portadoras de Deficiência Auditiva (PMU I). Após ser submetido a Consulta Pública, o Plano foi aprovado pelo Conselho Diretor da Agência, em julho de 2006, e encaminhado para o Ministério das Comunicações para submetê-lo ao presidente da República. Assim que o Plano for aprovado e tão logo seja finalizada a elaboração dos instrumentos necessários à operação da aplicação do Fust, a Anatel dará início ao processo de contratação para a implementação do Plano.

Interação

Desenvolveu a Anatel, ao longo do exercício, um cronograma de reuniões com o Ministério Público Federal e com os ministérios públicos estaduais, com órgãos de defesa do consumidor, com associações e com entidades de defesa do direito das pessoas portadoras de necessidades especiais; manteve encontros também com organizações ligadas ao cooperativismo, em intenso esforço para divulgar e esclarecer dispositivos do novo PGMU 2006-2011.

Outra iniciativa a ser registrada refere-se à busca de interação da Agência com as prefeituras municipais, ação desencadeada a partir do plano de reformulação dos processos de fiscalização das obrigações de universalização. O objetivo desse esforço é mapear o universo de localidades brasileiras (núcleos habitacionais, bairros de cada município) e formar uma base de dados desses agrupamentos. Para facilitar a tarefa das prefeituras, a Anatel disponibilizou mecanismo em seu portal na internet para o cadastramento, também possível por formulário em papel.

A preocupação da Anatel em abrir canais de comunicação e de interação com os elos da cadeia de valor das telecomunicações, especialmente com o representado pelo usuário, levou a Agência a fazer profundas modificações e aprimoramentos no Sistema de Gestão das Obrigações de Universalização (SGOU). Trabalho iniciado no exercício anterior, esse bem-sucedido esforço adequou o Sistema às demandas internas e externas, com ganhos para todas as partes. O conjunto de informações agrupadas no SGOU e consolidadas por setor do Plano Geral de Outorgas (PGO), por unidade da Federação ou por empresa prestadora, abriram novos e amplos campos de consultas para usuários, para profissionais liberais e para instituições. Contribuíram também com a postura da Agência de dar transparência às suas ações.

Demandas pontuais

A Anatel alcançou pleno êxito, em 2006, no atendimento às demandas pontuais relacionadas com o Plano Geral de Metas de Universalização (PGMU), formadas por reclamações/denúncias relacionadas ao cumprimento das obrigações de universalização. Nesse esforço, tiveram peso específico: primeiro, a criação de uma força tarefa, e, depois, de junho em diante, um novo modo de tratamento dos procedimentos, que ganharam celeridade graças às facilidades criadas pelo sistema Suporte de Atendimento ao Usuário (Focus), pela agilidade na comunicação – sem burocracia – com as partes envolvidas e à economia de tempo e de recursos materiais, reduzindo significativamente o trâmite de documentos referentes às demandas pontuais.

Radiofrequência e Fiscalização

As atividades fiscalizadoras foram preferencialmente direcionadas para os serviços prestados em regime público e privado de interesse coletivo, por terem maior impacto sobre os interesses da sociedade



Destaque

Radiofrequência e Fiscalização

Esta área da Agência tem entre suas principais atribuições outorgar, regulamentar, controlar o espectro radioelétrico, certificar produtos e fiscalizar o cumprimento das obrigações legais, normativas e regulamentares, assumidas pelas prestadoras, por radiodifusores e por entidades outorgadas e licenciadas, usuários de radiofrequências. Esse conjunto de atividades é desenvolvido, em parte – especialmente a atribuição de fiscalizar – por intermédio dos 11 escritórios regionais e das 16 unidades operacionais da Agência, localizadas no Distrito Federal e nas capitais de todos os estados brasileiros.

As atividades de fiscalização obedeceram, em 2006, às diretrizes traçadas pelo Conselho Diretor da Agência, que levaram em conta as orientações estratégicas daquele colegiado, as necessidades das superintendências da Anatel e do Ministério das Comunicações, as recomendações de órgãos de controle externo, além do histórico das atividades fiscalizadoras. Em decorrência da necessidade de compatibilizar as demandas de fiscalização com os recursos disponíveis e em atendimento às prioridades estabelecidas nas diretrizes, as atividades fiscalizadoras foram preferencialmente direcionadas para os serviços prestados em regime público e privado de interesse coletivo, por terem maior impacto sobre os interesses da sociedade.

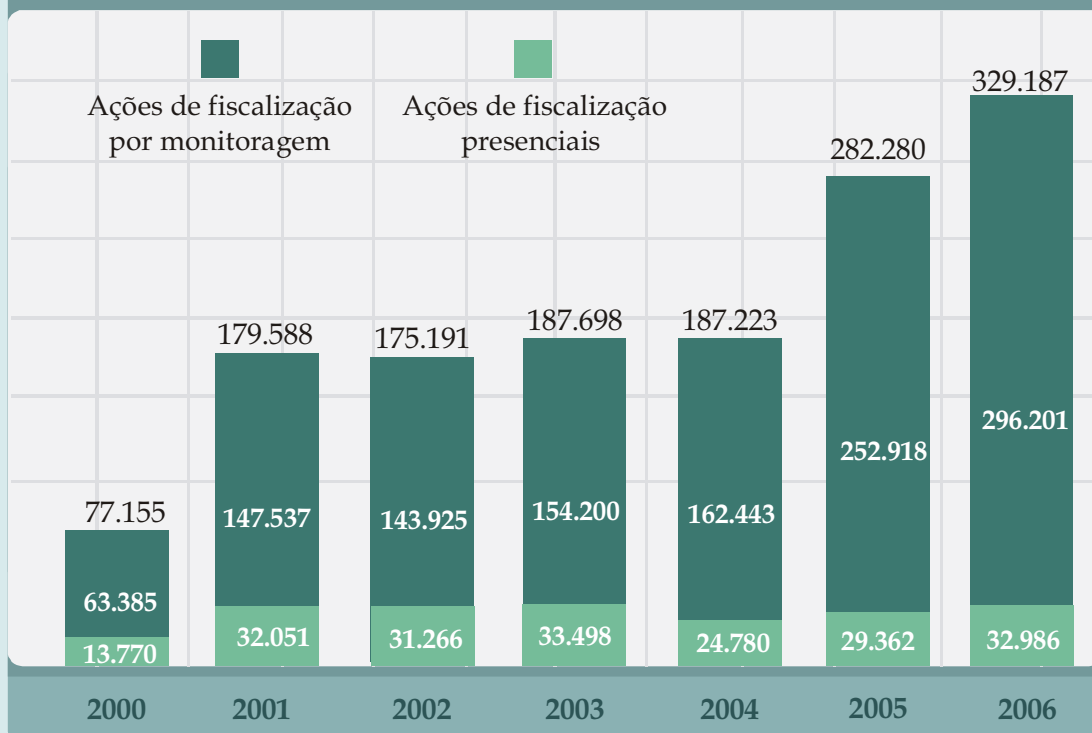
Fiscalização

Em conformidade com esses parâmetros, em 2006 foram realizadas 565,8 mil horas de fiscalização, das quais 479,9 mil (84,8%) foram direcionadas para ações no âmbito dos serviços de interesse coletivo. De janeiro a dezembro foram demandadas 320.213 ações de fiscalização, originárias das superintendências da Anatel, de órgãos governamentais (Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, Polícia Federal, Ministério Público e órgãos de controle externo) e da sociedade.

O planejamento da Anatel previu, para 2006, o desenvolvimento de 266,8 mil ações de fiscalização, mas atingiu 329.187, volume que representa aumento de 14,2% em relação ao mesmo período do exercício anterior e de 18,9% em relação à previsão para 2006. O gráfico 1 mostra a evolução das ações de fiscalização. Na impossibilidade de realizar as ações presenciais (feitas *in loco*) planejadas para o período, devido à insuficiência de recursos orçamentários, inclusive para contratação de apoio à fiscalização para coleta de dados e de informações, os esforços da fiscalização foram direcionados para ações remotas (feitas a distância, com recursos tecnológicos avançados). Essa alternativa permitiu que a meta de ações de fiscalização previstas para o Ministério das Comunicações fosse superada em 22,3%.

Histórico de Ações de Fiscalização

Gráfico 1



Em outro segmento, a Anatel concluiu, em 2006, as ações de fiscalização das lojas de atendimento do Serviço Telefônico Fixo Comutado, trabalho iniciado no exercício anterior em conformidade com o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TCAC), assinado entre a Agência e as prestadoras de telefonia fixa em 2004. As ações compreenderam, em 2006, a fiscalização de 1.736 lojas, das quais 698 na região da Brasil Telecom, 788 na região da Telemar e 250 na região da Telefônica. No ano anterior foram fiscalizadas outras 4.230 lojas.

Com relação ao Plano Geral de Metas de Universalização (PGMU), a Anatel procedeu, em 2006, à verificação de cumprimento de metas até 31/12/2005, declaradas pelas concessionárias. Foram fiscalizadas 3.923 localidades, das quais 2.577 na região da Telemar, 963 na região da Brasil Telecom, 245 na região da Telefônica, 74 na região da Companhia Telefônica do Brasil Central (CTBC), 57 na região da Embratel e sete na área de operação da Sercomtel S.A. – Telecomunicações.

Fust e Funttel

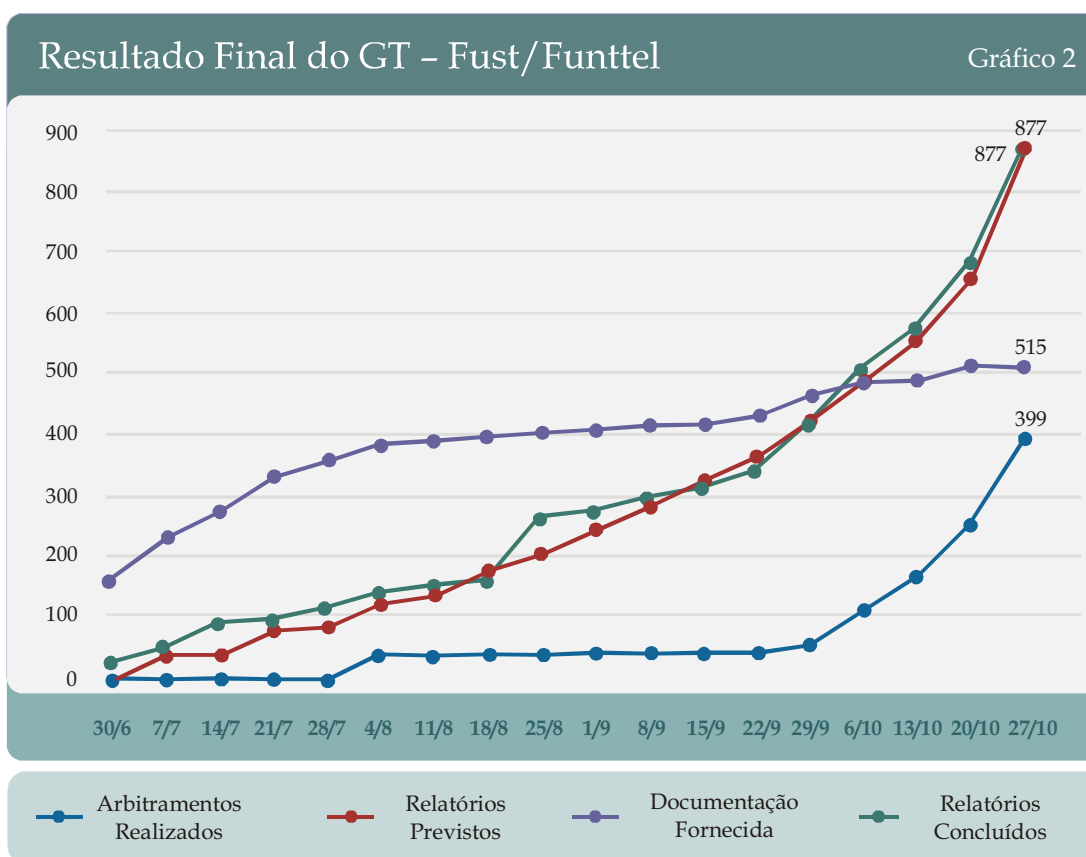
Ao longo de 2006, a Anatel realizou ampla e profunda fiscalização no universo das prestadoras de serviços de telecomunicações, com vistas a verificar a conformidade dos recolhimentos das contribuições, relativas a exercícios anteriores, a que estão obrigadas aquelas empresas para o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel) e para o Fundo de Universalização das Telecomunicações (Fust). Até o exercício anterior, essa fiscalização era realizada por amostragem, no universo das empresas maiores contribuintes, procedimento alterado por decisão do Conselho Diretor da Anatel.

Em decorrência dessa decisão e diante da possibilidade de se instaurar, em 1º

Radiofrequência e Fiscalização

de janeiro de 2007, o instituto da decadência dos créditos relativos ao exercício de 2001, a Agência realizou exaustiva fiscalização complementar dos recolhimentos relativos àquele exercício em todas as empresas prestadoras dos serviços de telecomunicações. Esse esforço de fiscalização tributária e financeira, que previa ações verificatórias em 488 empresas, alcançou 877, como mostra o gráfico 2.

Os resultados dessa empreitada, executada por um Grupo de Trabalho formado por 42 servidores de diversas áreas da Anatel, foram altamente satisfatórios, como também destaca o gráfico 2. Com relação ao Fust, apurou-se recolhimento a menor de R\$ 267,8 milhões; com relação ao Funttel, recolhimento a menor de R\$ 104,8 milhões, valores que, atualizados em 2006 e aplicada multa de 2% e juros de 1% a.m., se elevaram para R\$ 750 milhões e R\$ 293,6 milhões, respectivamente, um montante de R\$ 1,043 bilhão. Registra-se também que esses montantes poderão sofrer alteração após as análises das impugnações impetradas pelas empresas, principalmente com relação aos valores arbitrados para 399 delas, por não terem atendido aos requerimentos de informações da fiscalização. Para 2007, e conforme decisão do Conselho Diretor, o Grupo de Trabalho incumbido da fiscalização dos recolhimentos das contribuições do Fust, do Funttel e do Fistel estará ampliado para 72 servidores, com a incumbência de realizarem a fiscalização nos exercícios de 2002 e 2003.



Pados

A Anatel deu seqüência, no exercício de 2006, à severa vigilância do não-cumprimento de obrigações por parte das operadoras de telecomunicações. Esse permanente estado de atenção demandou milhares de ações fiscalizadoras e resultou na instauração de 6,5 mil Procedimentos para Apuração de Descumprimento de Obrigações (Pados), 2,2 mil a menos que no exercício de 2005 e 4,9 mil a menos que em 2001, fortes sinalizadores de que, graças à permanente vigilância da Anatel, segue evoluindo a atenção das empresas com relação às suas obrigações legais e regulamentares.

Dos 6,5 mil Pados instaurados, a maior parte (5,5 mil) teve origem nas ações fiscalizadoras programadas e o restante na demanda dos seguintes setores da Agência: Serviço Telefônico Fixo Comutado, Serviços Móveis, Comunicação de Massa e Universalização. No final do exercício, era a seguinte a situação dos Pados instaurados: 37,3 mil vindos de 2005; 6,5 mil instaurados e 3,2 mil encerrados no período, totalizando 40,6 mil em dezembro de 2006, dos quais 26,7 mil julgados em primeira instância e aguardando trânsito em julgado ou a apreciação de recursos interpostos.

Com relação às multas, destaca-se que ao longo de 2006 foram aplicadas e publicadas o correspondente à soma de R\$ 220,9 milhões, dos quais foram arrecadados R\$ 78,9 milhões. No ano anterior, foram aplicadas/publicadas multas no montante de R\$ 175,8 milhões e arrecadados R\$ 43,5 milhões; em 2001, foram aplicadas/publicadas R\$ 2,1 milhões em multas e arrecadados R\$ 1,2 milhão.

Radiomonitoragem

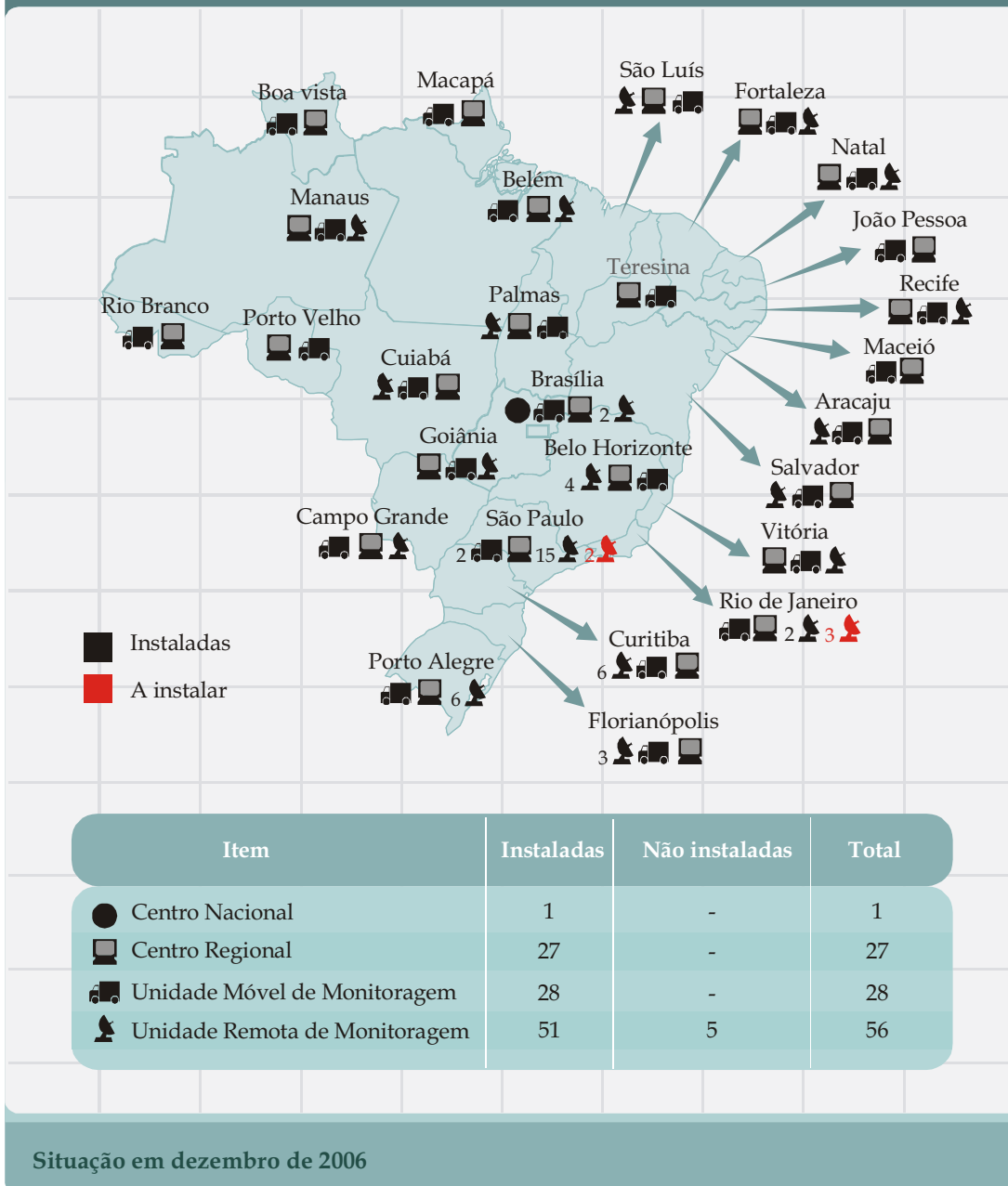
O Sistema de Gestão e Monitoragem do Espectro (SGME) – ferramenta que permite a monitoragem remota das emissões radioelétricas e possibilita não apenas identificar o uso de frequências, como também obter a exata localização da fonte emissora do sinal – permite localizar as emissões com precisão e, no caso de irregularidades, acionar as equipes de fiscalização para a adoção das medidas cabíveis. A iniciativa de gerenciar remotamente está relacionada, entre outros motivos, ao crescimento do uso de radiofrequências, o que tem exigido acompanhamento e monitoragem através de sistemas automatizados. Apenas em 2006, os agentes de fiscalização da Anatel realizaram, com o uso dos recursos do SGME, 43.132 ações de fiscalização.

O SGME é apenas parte do complexo de fiscalização, montado sobre o lastro de avançadas tecnologias. Está integrado com o Sistema de Informações Técnicas para Administração das Radiocomunicações (Sitar-web), onde estão cadastradas todas as entidades do País autorizadas a usar sinais de radiofrequência. No exercício, foram implantadas mais quatro estações fixas do SGME, que, ao final de 2006, contava com 51 das 56 estações fixas previstas e com 28 móveis. Ao longo de 2007, o Sistema será complementado com a instalação das cinco estações fixas faltantes. Do total já implantando, 47 estações fixas estão interligadas ao Centro Nacional de Controle, que funciona na sede da Anatel, em Brasília.

O mapa 1 mostra a localização das Estações Remotas de Monitoragem (ERM) e das Unidades Móveis de Radiomonitoragem (UMR) em funcionamento.

SGME – Projeto Técnico

Mapa 1



Radiovideometria

A Rede Nacional de Radiovideometria (RNR) da Anatel opera, desde 2004, com 27 plataformas de coleta – uma em cada capital de Estado –, com um Centro de Controle em Brasília e com uma plataforma portátil. Com a aquisição, no final de 2006, de 27 placas portáteis para captação e gravação de sinais de FM e de TV – que serão acopladas a notebooks e permitirão a coleta de sinais fora do escritório regional ou da unidade operacional –, será ampliada a capacidade de fiscalização da Anatel por meio dos recursos da RNR.

Essa rede, além de atender a demandas sobre conteúdo vindas do Ministério

das Comunicações, auxilia também no controle de obrigações dos serviços de radio-difusão e de telecomunicações. Mantém atualizada a base de dados de cadastro de entidades, inclusive registrando o uso indevido do espectro nas diversas capitais. Para o processamento e o armazenamento das informações coletadas, as estações de trabalho estão equipadas com servidores de vídeo, de rádio, de aplicações e de base de dados. Em 2006, os agentes de fiscalização realizaram, com o uso dos recursos da Rede Nacional de Radiovideometria, 251.560 ações de fiscalização.

Os recursos técnicos e tecnológicos da RNR dão suporte e auxiliam não apenas as atividades da Anatel; estendem seus benefícios também a outros segmentos da sociedade. Por convênios, a Agência permite que outras instituições usem esses modernos recursos. Exemplos desse procedimento são os acordos firmados pela Anatel com a Agência Nacional de Cinema (Ancine) e com a Secretaria Nacional de Justiça (SNJ) – órgão do Ministério da Justiça – que acessam, diretamente de suas sedes e por terminais disponibilizados pela Anatel, as plataformas da RNR.

Certificação de Produtos

Por sua Superintendência de Radiofrequência e Fiscalização, a Anatel desenvolveu, ao longo de 2006, trabalhos de reestruturação, de concepção e de atualização da base regulatória para a certificação e a homologação de produtos para telecomunicações. Na elaboração desses dispositivos regulamentares, foram levados em conta princípios que visam proporcionar, à indústria e aos usuários, garantia de adequação tecnológica dos produtos utilizados no Brasil aos padrões adotados em países desenvolvidos. Entre os princípios considerados, destacaram-se:

- ❶ atendimento a requisitos mínimos de qualidade;
- ❷ adequação dos produtos aos serviços ou aplicações a que se destinam;
- ❸ atendimento a requisitos de segurança e de não-agressão ao ambiente;
- ❹ inserção de produtos brasileiros nos mercados internacionais;
- ❺ racionalização e uniformização de requisitos e de procedimentos de ensaio aplicáveis à certificação.

A Anatel expediu, em 2006, 1.623 certificados de homologação, abrangendo 2.450 novos modelos de produtos nas três categorias existentes. Com esse desempenho, superou em 14,21% os resultados de 2005 e a previsão feita (que era de 1.400 homologações) para o exercício. Esses resultados, que evidenciam ganhos consideráveis, são atribuídos a três fatores com ocorrência conjunta: a ação de fiscalização no comércio e nas operadoras de serviços de telecomunicações; o acréscimo de novos produtos à lista de equipamentos passíveis de certificação compulsória; e o crescimento da demanda por produtos certificados.

A propósito das atribuições da Agência, relacionadas à atividade de regulamentação técnica – e, especificamente, no caso da certificação –, um dos objetivos sustentados no ano foi manter a base regulamentar atualizada de acordo com a evolução da tecnologia e com a demanda da sociedade. Essa visão leva, com frequência, à substituição de normas que se tornaram obsoletas. Ao mesmo tempo, exige a concep-

Radiofrequência e Fiscalização

ção contínua de novos requisitos técnicos e de procedimentos de ensaio que garantam a confiabilidade da avaliação de novos produtos distribuídos no mercado.

Com relação à regulamentação técnica, no segmento da Certificação, em 2006 foram aprovados: o Regulamento para a Certificação de Equipamentos de Telecomunicação Quanto aos Aspectos de Compatibilidade Eletromagnética, que introduz inovações relativas à aplicação de requisitos técnicos aos equipamentos que produzem emissões intencionais; a Norma para Certificação e Homologação de Transmissores e Transceptores de Estações Radiobase e de Estações Repetidoras do STFC; e a Norma para Certificação e homologação de Terminais Móveis de Acesso aos Serviços de Telecomunicações por Satélite. Além desses três regulamentos aprovados, outros nove foram postos em Consulta Pública; desses, oito estavam em fase de aprovação no final do exercício.

Neste enfoque sobre Certificação de produtos, merece registro ainda o fato de, ao longo de 2006, a Anatel ter atuado na elaboração de mais de duas dezenas de regulamentos técnicos de interesse de vários segmentos da sociedade, assim resumidos:

- ❶ Terminais Móveis de Acesso aos Serviços de Telecomunicações por Satélite;
- ❷ Transmissores e Transceptores de Estações Rádibase e de Estações Repetidoras do STFC;
- ❸ Compatibilidade eletromagnética para produtos de telecomunicações;
- ❹ Baterias de lítio utilizadas em telefones celulares;
- ❺ Acumuladores de energia;
- ❻ Cabos coaxiais;
- ❼ Telefone de Uso Público (TUP), com vistas à incorporação da sinalização sonora de créditos para deficientes visuais;
- ❽ Cartão indutivo;
- ❾ Terminal de Acesso Público (TAP), a ser incorporado aos Postos de Serviços de Telecomunicações (PST);
- ❿ Interface Usuário-Rede e de Terminais do STFC;
- ⓫ Terminais de telecomunicações para deficientes auditivos;
- ⓬ Elementos de rede IP;
- ⓭ Modems xDSL;
- ⓮ Procedimentos de ensaios para a verificação da taxa de absorção específica (SAR) de equipamentos terminais móveis;
- ⓯ Transceptores de rádio digitais para acesso em banda larga;
- ⓰ Produtos que realizam radiocomunicação por radiação restrita;
- ⓱ Medidor de velocidade automotivo (Radar);
- ⓲ Sistemas Retificadores;
- ⓳ Unidades Retificadoras;
- ⓴ Elementos de rede interna; e
- ⓵ Torres para telecomunicações.

No esforço continuado pela expansão e pelo aprimoramento da infra-estrutura laboratorial do País, a Anatel incluiu mais três laboratórios na lista dos acreditados para a realização de ensaios de produtos para telecomunicações com fins de certificação. Ao todo, contava o País, ao final de 2006, com 33 laboratórios – 22 avaliados e 11 acreditados – capacitados para a realização de ensaios de produtos para telecomunicações.

Com a definição pela Anatel, em 2006, de mais um Organismo de Certificação Designado (OCD), elevou-se para treze o número de entidades integrantes da rede de organismos de certificação, designados para atuar no processo de certificação de produtos para telecomunicações. Tendo em conta que o processo de certificação e de homologação já dispõe de número expressivo de OCDs e considerada a dimensão e a realidade do mercado de telecomunicações do Brasil, a Agência suspendeu temporariamente, pelo ato nº 56.573, de 7 de março de 2006, a designação de novos organismos de certificação. A suspensão permanecerá até que os estudos em andamento sejam concluídos, de modo a permitir o estabelecimento de novos critérios para o aperfeiçoamento do sistema de designação de organismos certificadores.

Gestão do Espectro

Tiveram continuidade dinâmica e eficaz, em 2006, as atividades da Agência no âmbito da gestão do espectro radioelétrico. Por ser um bem finito, atuou a Anatel para garantir a otimização de seu uso, que exige permanente adequação da atribuição, da destinação e da distribuição de faixas de frequência, em conformidade com a evolução tecnológica do setor de telecomunicações. A atuação da Agência relacionada à gestão do espectro de radiofrequências visa regular a utilização deste recurso escasso, de modo a atender ao estabelecido no § 1º do artigo 158 da Lei Geral de Telecomunicações (LGT). Os registros seguintes destacam as atividades de maior relevância, desenvolvidas ao longo de 2006:

❶ aprovação de regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências nas Faixas de 2.170 a 2.182 MHz e de 2.500 MHz a 2.690 MHz, destinadas ao Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) e, adicionalmente, ao Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal (MMDS). As inovações inseridas neste regulamento são importantes para a prestação de serviços interativos e por permitirem a facilidade de mobilidade restrita, potencializando a infra-estrutura de MMDS voltada para o provimento de serviços de valor adicionado, particularmente os de acesso à internet;

❷ alteração dos regulamentos sobre canalização e condições de uso das faixas de 4 GHz (3.800 a 4.200 MHz), 6 GHz (5.925 a 6.425 MHz) e 8 GHz (7.725 a 7.925 MHz e 8.025 a 8.275 MHz), visando fixar prazo adequado e razoável para a efetivação de mudança de características técnicas de sistemas que façam uso dessas radiofrequências;

❸ elaboração do regulamento que estabelece a canalização e as condições de uso de radiofrequências nas faixas 381,025-381,750 MHz e 391,025-391,750 MHz, para aplicações voltadas às atividades de Segurança Pública, no âmbito do Grupo de Trabalho Anatel/Forças Armadas/Órgãos de Segurança (GT-AFAOS);

❹ atribuição de faixas de radiofrequências de 225,000 MHz a 235,000 MHz,

Radiofrequência e Fiscalização

de 267,000 MHz a 315,000 MHz, de 363,100 MHz a 363,275 MHz e de 378,700 MHz a 378,875 MHz, ao serviço móvel, em caráter primário, visando dar suporte à destinação de faixas para uso da Marinha do Brasil;

⑤ aprovação do regulamento sobre Canalização e Condições de Uso da Faixa de Radiofrequências de 27 MHz para uso do Serviço de Rádio do Cidadão, que também destinou a subfaixa de 26,960 MHz a 27,860 MHz para este Serviço, em caráter secundário e uso não exclusivo, e que teve como objetivo principal ampliar a canalização disponível, objeto de vários pleitos;

⑥ aprovação do regulamento que trata do estabelecimento das condições de uso de canais de radiofrequências da faixa de 450 MHz, aplicáveis a sistemas analógicos ou digitais do serviço móvel, para uso em aplicações do Serviço Limitado Privado executado por empresas dos setores de infra-estrutura aeroportuária e de transporte aéreo de passageiros e de cargas, também conhecido como “serviço de rampa”, no âmbito dos aeroportos nacionais;

⑦ aprovação dos regulamentos sobre condições de uso de radiofrequências pelo Serviço de Radioamador, condições de uso das subfaixas de radiofrequências de 1.880 MHz a 1.885 MHz, de 1.895 MHz a 1.920 MHz e de 1.975 MHz a 1.990 MHz, condições de uso de radiofrequências nas faixas de 800 MHz, 900 MHz, 1.800 MHz, 1.900 MHz e 2.100 MHz e canalização e condições de uso de radiofrequências nas faixas de 460 MHz, 800 MHz e 900 MHz para o Serviço Limitado Móvel Privativo (SLMP) e Serviço Móvel Especializado (SME);

⑧ edição anual do Plano de Atribuição, Destinação e Distribuição de Faixas de Frequências no Brasil, e seu respectivo Quadro, aprovados pelo Conselho Diretor da Anatel, além da atividade contínua para manter atualizadas essas informações no portal da Agência na internet, imediatamente após a edição das resoluções e dos regulamentos anexos.

Estudos

Com relação aos estudos desenvolvidos no âmbito da gestão do espectro, ao longo do exercício de 2006, são destacados os seguintes:

① **uso eficiente do espectro de radiofrequências** – estudo concluído, aguarda a apresentação ao Conselho Diretor para ser submetido a Consulta Interna e, posteriormente, a Consulta Pública;

② **estudo da faixa de radiofrequências 225-470 MHz** – realizado a par dos estudos desenvolvidos pela Universidade de Brasília (UnB), o assunto mereceu atenção especial e seus resultados devem ser disponibilizados em 2007;

③ **sistemas de acesso em banda larga utilizando redes de energia elétrica (PLC)** – prosseguimento dos testes em campo, em conjunto com empresas de energia elétrica e com outros segmentos correlatos, no sentido de aprofundar a obtenção de dados relevantes para subsidiar decisão quanto à elaboração de regulamento;

④ **sistemas de radiolocalização** – continuidade dos estudos das aplicações do sistema RADAR, com vistas a angariar subsídios para a elaboração de regulamentação específica;

⑤ **mobilidade restrita** – tema de grande complexidade, de aplicação estratégica, objeto de estudo continuado sobre seu impacto nos diversos serviços. Está em

fase de consolidação de proposta para apresentação ao Conselho Diretor;

② **radiação não-ionizante** – elaborada proposta de regulamento que trata de Organismo Avaliador Designado (OAD), com o objetivo de designar avaliadores das estações transmissoras de telecomunicação quanto aos níveis de campos eletromagnéticos de radiofrequência;

③ **requisitos e limites aplicáveis aos equipamentos industriais, científicos e médicos (ISM)** – elaborada proposta preliminar de regulamento, feita com base em norma editada pelo Ministério das Comunicações e em regulamentação internacional sobre o tema.

Uso temporário

Com relação ao uso temporário de radiofrequências, em 2006 foram emitidos 493 atos de autorização ou de alteração de uso de radiofrequência para 383 estações fixas e 5.731 para estações móveis, objetivando seu uso em feiras e em eventos – destaques para o Carnaval, para a Fórmula Truck, para o Stockcar e para a Fórmula 1, assim como para ministérios militares e por ocasião de visitas de autoridades estrangeiras. As receitas geradas com esta atividade foram de R\$ 473,6 mil, relativas a Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI), Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (PPDUR) e Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviços de Telecomunicações e pelo Direito de Exploração de Satélites (PPDESS).

Radiação

O tema relacionado a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos de radiofrequência ensejou a análise e pronunciamento da Anatel, com a finalidade de esclarecer acerca da regulamentação relacionada aos limites estabelecidos para radiação não-ionizante, bem como quanto aos estudos internacionais relacionados ao assunto. De outra parte, para se manter atualizada, a Anatel tem sustentado permanente sintonia, em âmbito internacional, para se inteirar das pesquisas científicas referentes ao tema, para, se necessário, adequar a regulamentação da Agência sobre a questão. Entre as instituições com as quais a Agência tem mantido permanente contato estão a Organização Mundial da Saúde, sobre o projeto internacional sobre campos eletromagnéticos, e os grupos de estudos da União Internacional de Telecomunicações (UIT).

Interação com a Sociedade

A Agência mantém em operação diversos mecanismos de interação pelos quais fornece informações relativas à regulamentação dos serviços de telecomunicações, acolhe reclamações, sugestões e denúncias, garantindo aos usuários o direito de peticionar contra as prestadoras



Destaque

Interação com a Sociedade

Interagir com os usuários é preocupação permanente na Anatel, atenta aos direitos da sociedade com relação aos serviços de telecomunicações. Com esse objetivo, a Agência mantém em operação diversos mecanismos de interação – Central de Atendimento, Sala do Cidadão, Fale Conosco, correspondência e fax –, pelos quais fornece informações relativas à regulamentação dos serviços de telecomunicações, acolhe reclamações, sugestões e denúncias, garantindo aos usuários o direito de petição contra as prestadoras. Nesse esforço de ouvir a sociedade, a Anatel colhe significativo material informativo que orienta diretrizes de atuação na defesa e na proteção dos direitos dos usuários, assim como fornece subsídios úteis para as ações de fiscalização, para a revisão de regulamentos, para o controle de obrigações e para orientações às prestadoras, entre outros aproveitamentos.

Central de Atendimento

A Central de Atendimento, que realiza a parte mais expressiva desse trabalho de interação com a sociedade, recebeu quatro milhões de manifestações, em 2006, contra 2,8 milhões em 2005, crescimento que superou em 17% a meta física de 3,4 milhões, projetada para o exercício sob enfoque. Tal crescimento se deu em decorrência das novas regras impostas aos prestadores de serviços de telefonia fixa, inseridas nos novos contratos de concessão, especialmente as relacionadas com os critérios de tarifação das chamadas locais, com o advento da conversão do pulso para minuto, que teve sua implementação adiada em virtude de pleito da sociedade.

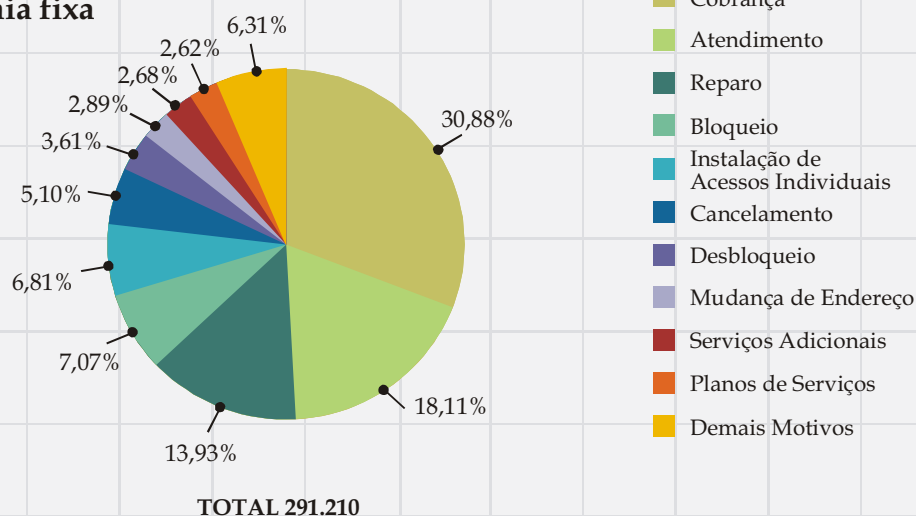
Do total de quatro milhões de manifestações registradas pela Central, em 2006, 80,8% corresponderam a pedidos de informações, respondidas no ato de atendimento, sinalizando evolução em torno de 3% com relação a 2005. Daquele total de manifestações, 751,2 mil (18%) foram reclamações; 33,7 mil (0,8%) pedidos de informação; 15.368 (0,3%), denúncias; 2.368 (0,05%), sugestões; e 2.298 (0,05%) elogios. A telefonia móvel, com 396,3 mil registros, foi responsável por 52,8% das reclamações; a telefonia fixa, com 291,2 mil registros, respondeu por 38,8% dessas manifestações.

Os itens cobrança e atendimento foram os motivos mais expressivos registrados pela Central de Atendimento da Agência tanto no serviço de telefonia fixa como no serviço móvel. Estes dois itens representaram, para os dois segmentos, praticamente a metade do total de reclamações. O gráfico 1 mostra o atendimento ao usuário, por motivo, em 2006, nas telefonias fixa e móvel.

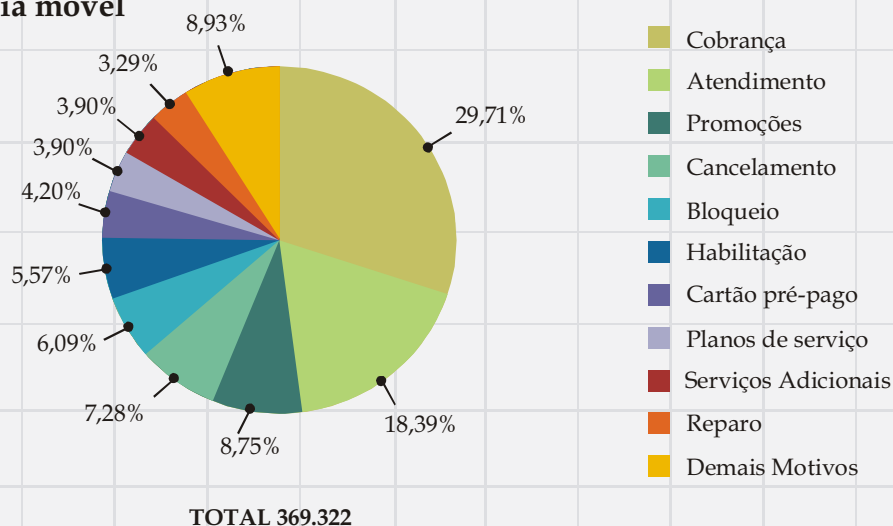
Atendimento aos Usuários – Reclamações por Motivo

Gráfico 1

Telefonia fixa



Telefonia móvel

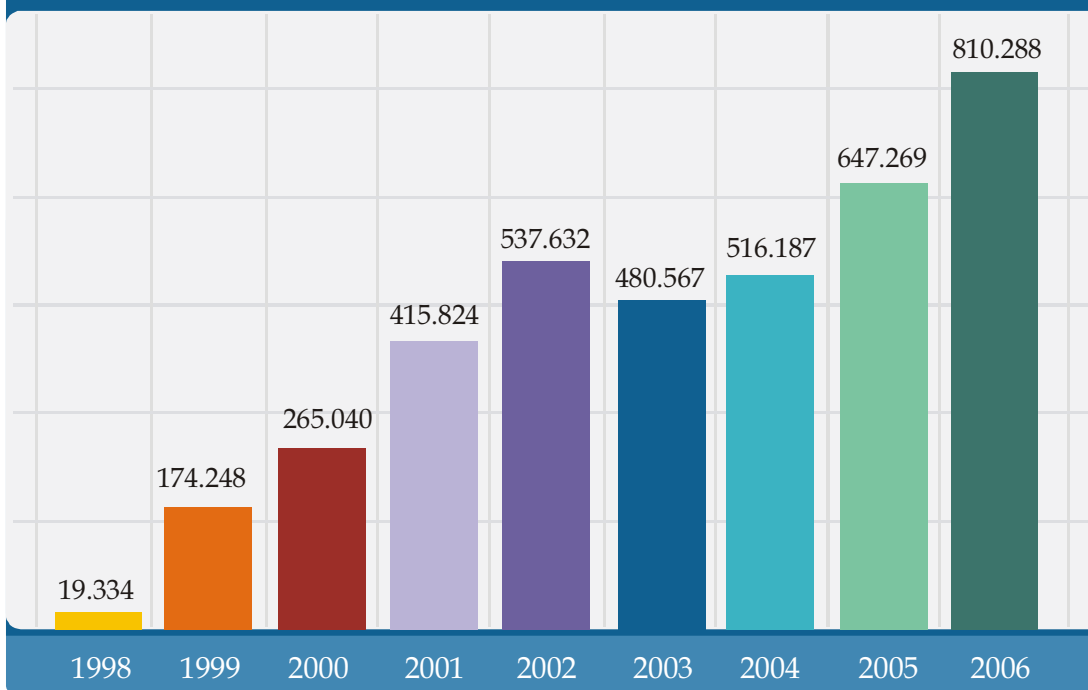


Situação em dezembro de 2006

A Agência estabelece que as prestadoras resolvam as solicitações apresentadas pelos usuários ou forneçam os devidos esclarecimentos no prazo de cinco dias úteis. Em 2006, houve aumento na taxa de solicitações resolvidas no prazo, que atingiu 72,08%, contra 61,45%, em 2005, como mostram os gráficos 2 e 3, que reúnem outras informações sobre o enfoque. Preocupada em reduzir a recorrência dos usuários ao órgão regulador, a Anatel manteve, no exercício, a prática de realizar reuniões para orientar as prestadoras no sentido de desenvolver ações efetivas na busca da melhoria do atendimento e da solução das questões apresentadas.

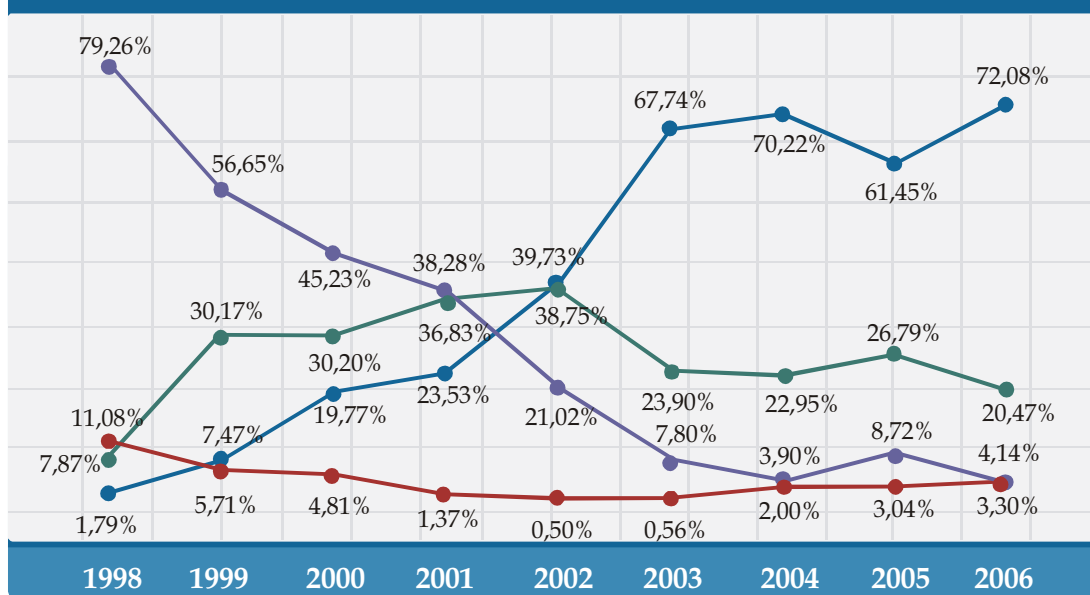
Solicitações Registradas

Gráfico 2



Evolução do Prazo de Tratamento

Gráfico 3



Até 5 dias
Não resolvidas
Acima de 30 dias
De 6 a 30 dias

* Baseado nos dados extraídos do Sistema Focus em 08/01/2007

Ressalta-se ainda que a Assessoria de Relações com os Usuários realiza, regularmente, diagnósticos dos registros efetuados, a partir dos quais produz relatórios e gráficos que são encaminhados aos demais órgãos da Agência. Esses relatórios fornecem subsídios para a instauração de Procedimento de Apuração de Descumprimento

de Obrigações (Pado), para celebração de Termos de Ajuste de Conduta e para a revisão da regulamentação.

Comitês

Os comitês estratégicos foram criados com as atribuições de realizar estudos e de formular proposições ao Conselho Diretor da Agência, relacionados com os objetivos, com os princípios fundamentais ou com assuntos de interesse estratégico no campo das telecomunicações. Localizados no âmbito do Conselho Diretor e dirigidos pelos membros desse colegiado, contam com a participação de especialistas da Agência e de representantes da sociedade, com a qual promovem importante interação. Estes são os cinco comitês em funcionamento:

- ❶ Comitê de Defesa da Ordem Econômica;
- ❷ Comitê sobre Infra-estrutura Nacional de Informações;
- ❸ Comitê de Uso do Espectro e de Órbita;
- ❹ Comitê para Universalização dos Serviços de Telecomunicações; e
- ❺ Comitê de Defesa dos Usuários de Serviços de Telecomunicações.

Conselho Consultivo

Este Conselho formaliza a participação institucionalizada da sociedade nas atividades e nas decisões da Agência. É formado por doze membros, originários de segmentos organizados da sociedade e designados pelo presidente da República mediante indicação das entidades/instituições a que representam. Seus integrantes têm mandato de três anos e não são remunerados. Têm assento neste Conselho:

- ❶ dois representantes do Senado Federal;
- ❷ dois representantes da Câmara dos Deputados;
- ❸ dois representantes do Poder Executivo;
- ❹ dois representantes de entidades de classe das prestadoras de serviços de telecomunicações;
- ❺ dois representantes de entidades representativas da sociedade civil.

Ao longo de 2006, o Conselho Consultivo realizou 22 reuniões, que trataram de diversos temas relacionados com o setor de telecomunicações e de interesse da sociedade, com o objetivo de reunir subsídios para avaliação do Conselho Diretor da Agência. Entre os temas apreciados, debatidos e estudados pelo Conselho Consultivo, no exercício, destacaram-se: Prorrogação dos Contratos de Concessão, Conversão pulso/minuto, projetos para utilização dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), encaminhado ao Núcleo de Assuntos Estratégicos (NAE) da Presidência da República; apresentação do relatório Desafios para o Brasil se beneficiar largamente da ampliação dos acessos aos serviços de telecomunicações; Lei do Cabo e Telefone Social.

Registra-se também que as atividades do Conselho Consultivo, em 2006, em momentos diversos contaram com a participação de entidades representativas de setores organizados da sociedade. Assim, interagiram com os membros desse colegia-

Interação com a Sociedade

do e aportaram importantes subsídios aos debates de temas relevantes, representantes de instituições e entidades relacionadas com a proteção e a defesa do consumidor, do Ministério Público e de associações das operadoras dos diversos segmentos das telecomunicações brasileiras.

Bibliotecas

Importantes instrumentos interativos com a sociedade, as bibliotecas da Anatel – virtual e convencional – vêm comprovando suas eficácias a cada ano, ao mesmo tempo em que cumprem tarefas como veículos auxiliares para que a Agência torne transparentes e públicos seus atos. Em 2006, a Biblioteca Virtual, suportada pelo portal da Agência na internet, recebeu 9,6 milhões de visitantes, volume que representou crescimento de 29% em relação ao ano anterior. No total, publicou 12,2 mil documentos; além disso, enviou 1,2 milhão de mensagens eletrônicas pelo Correio Anatel, contendo as publicações diárias da Agência no portal.

A Biblioteca convencional, localizada na sede da Agência, em Brasília, recebeu 2.755 visitantes, ao longo de 2006, representando acréscimo de 26% em relação a 2005. Não obstante a implementação do sistema de atendimento da Sala do Cidadão, que eliminou a necessidade da presença do usuário para pedir cópias ou vistas de processos e de documentos, tais pedidos aumentaram 9,2% e totalizaram, em 2006, 8.259 solicitações.

SIPT

Criado em 2000, o Sistema de Informações sobre Preços e Tarifas foi concebido para facultar aos usuários do serviço telefônico a consulta (via internet) no portal da Agência, com base na origem, no destino, no dia da semana e no horário, sobre qual operadora oferece o menor preço para chamadas de Longa Distância Nacional e de Longa Distância Internacional nos planos básicos. Recebeu, em 2006, 565,6 mil consultas, resultado que aponta para a média mensal de 47,1 mil acessos, ou 1,6 mil consultas por dia, sinalizando a aceitação e a utilidade do serviço para o consumidor.

Vale registrar que, atenta a esse interesse e com o objetivo de melhorar, sempre, o oferecimento de informações à sociedade sobre os serviços de telecomunicações, a Agência promoveu, recentemente, vários aprimoramentos no SIPT. Entre eles, o modo de cadastramento das informações, por parte das prestadoras, procedimento que ganhou em praticidade e passou a refletir, com mais fidelidade, os valores praticados pelas empresas operadoras.

A principal mudança, no entanto, ocorreu no modo de consulta pelo usuário. Agora, basta que ele informe os códigos de área e os prefixos dos números de origem e destino para obter o resultado buscado. Foram incluídos também dados de chamadas originadas e/ou terminadas em acessos móveis, evolução que vem permitindo melhor comparação por parte do usuário de telecomunicações. Os resultados até aqui obtidos confirmam que o aprimoramento do SIPT facilita a consulta e confere mais consistência e confiança aos dados que oferece, proporcionando benefícios de alcances econômicos e sociais para a sociedade, por permitir a cada usuário opção pela prestadora de sua conveniência.

Consultas e audiências

Prescritas na Lei Geral de Telecomunicações (LGT), a Consulta Pública e a Audiência Pública constituem dois significativos instrumentos favorecedores da interação da Agência com a sociedade, assim como da transparência com que a Anatel trata seus atos. Na Consulta ou nas sessões públicas de Audiência, os consumidores dos serviços de telecomunicações podem apresentar contribuições que auxiliem a Agência na elaboração e edição de regulamentos mais aderentes às demandas da sociedade.

Ao longo de 2006, a sociedade brasileira teve oportunidade de tomar conhecimento de dezenas de documentos em elaboração na Anatel, e de sobre eles se manifestar aportando críticas e sugestões referentes a regulamentos, propostas de alterações em regulamentos e normas que culminaram com a edição, pela Agência, de novas resoluções. Nesse período foram realizadas 98 consultas e seis audiências públicas.

Em decorrência dos vínculos diretos com outros enfoques deste Relatório, e com vistas a facilitar a compreensão dessas iniciativas, são as consultas públicas e as audiências públicas registradas e comentadas nos capítulos referentes às áreas responsáveis por suas realizações.

Atuação Institucional

Para o desenvolvimento de suas atividades, a Anatel manteve, ao longo do exercício, contato constante com órgãos reguladores de telecomunicações de outros países e, a fim de divulgar suas atividades e os direitos dos usuários, com órgãos de imprensa



Destaque

Relações Internacionais

Os resultados qualitativos e quantitativos alcançados em 2006 pela atuação internacional da Anatel corresponderam de modo pleno aos objetivos da Agência, dando seguimento à política da Administração brasileira para o setor de telecomunicações. Nesse esforço, os trabalhos desenvolvidos em âmbito internacional estreitaram relações com governos, resultaram em acordos de cooperação técnica com agências reguladoras congêneres de diversos países e sustentaram presença expressiva do Brasil tanto em eventos de alta relevância para o setor, como na atuação em órgãos internacionais, conforme a seguir se relata.

União Internacional de Telecomunicações

Como preceitua a Lei Geral de Telecomunicações, compete à Anatel representar o Brasil nos órgãos internacionais do setor, entre os quais se destaca a União Internacional de Telecomunicações (UIT), que, com 141 anos de existência, é o mais importante, expressivo e antigo entre eles. No exercício de 2006, na renovação dos 46 integrantes do Conselho daquele órgão, o Brasil foi o mais votado entre os 191 países-membros da UIT, superando nessa escolha até nações consideradas como de Primeiro Mundo. A expressiva votação recebida pelo Brasil foi um reconhecimento à importância e à seriedade do trabalho desenvolvido no campo das telecomunicações, que garantiu a permanência de nosso País naquele colegiado deliberativo, responsável pelas definições orçamentárias e pela condução da política da UIT no período que medeia a realização quadrienal da Conferência de Plenipotenciários.

A presença brasileira na UIT, em 2006, foi marcada pela atuação de nove especialistas da Anatel, que ocuparam posições como as de presidente, vice-presidente e de membros de diversos grupos de estudos, distribuídos pelos três setores daquele órgão: Radiocomunicações (UIT-R), Normalização das Telecomunicações (UIT-T) e Desenvolvimento das Telecomunicações (UIT-D).

Ademais, a par das atividades desenvolvidas pelas Comissões Brasileiras de Comunicações (CBCs) nas comissões de estudos da UIT e relatadas em outro enfoque deste Relatório, a Anatel participou dos trabalhos do *Council Group on the Financial Regulation and related Financial Management Issues* (FINREGS), do *New Council Oversight Group* (NCOG), do *Council Working Group on WSIS* (WG-WSIS) e do *Strategic and Financial Plans* (SFC).

Registra-se ainda a participação da Administração brasileira, formada também por conselheiros e especialistas da Anatel, na Conferência de Plenipotenciários da UIT de 2006, realizada em novembro, em Antalya (Turquia); na Conferência Mundial de Desenvolvimento das Telecomunicações (CMDT-06), realizada em março, em Doha (Catar), e a participação da Agência em mais 57 reuniões de comissões de estudos, de grupos de trabalho e de conferências da UIT, oportunidades em que foram apresentadas 59 contribuições e/ou posições brasileiras sobre temas de relevância para as telecomunicações em âmbito internacional e de interesse de nosso País.

Comissão Interamericana de Telecomunicações

A Comissão Interamericana de Telecomunicações (Citel), órgão especializado em telecomunicações da Organização dos Estados Americanos (OEA), cumpriu extensa agenda de reuniões em 2006, encontros que registraram expressiva e ativa presença da Administração brasileira. Dessas reuniões, a mais importante foi a IV Assembleia Ordinária da Citel, que tem entre seus propósitos a definição das políticas quatrienais, a eleição dos estados-membros que compõem o Comitê Executivo Permanente (Com/Citel), a definição e a eleição dos comitês executivos permanentes.

Registra-se, entre outros fatos relevantes da IV Assembleia, a reeleição do Brasil como representante do Com/Citel, comitê diretivo que zela para que os objetivos e metas da Citel sejam alcançados no período que permeia as assembleias. Ao longo de 2006, a presença brasileira foi marcante não apenas na presidência e na vice-presidência de comitês permanentes, de grupos de trabalho e de relatorias da Citel, como nas discussões em reuniões plenárias e nas negociações extra-reuniões. No exercício, foram apresentados 35 documentos com propostas brasileiras, sinalizadores da marcante presença na Anatel nos Comitês Consultivos Permanentes sobre Normalização (CCPI), Radiocomunicações (CCPII) e do Com/Citel, onde foi desenvolvida a preparação de conferências e aprovadas propostas interamericanas para a Conferência Mundial de Desenvolvimento das Telecomunicações e para a Conferência de Plenipotenciários, ambas realizadas em 2006. A presença da Anatel foi marcante em relatorias e como participante ativa de todos os comitês.

Foro Latino-americano de Entidades Reguladoras de Telecomunicações

O Foro Latino-americano de Entidades Reguladoras de Telecomunicações (Regulatel) tem como princípio fortalecer a iniciativa dos países latino-americanos para contarem com maior presença internacional, projetando os interesses comuns. O foro opera por meio de uma organização que aproveita a infra-estrutura do regulador de cada país-membro para realizar intercâmbios de informação e de experiências, buscando, ao mesmo tempo, fortalecer seus laços com importantes organizações internacionais, como UIT, CEPAL, Banco Mundial e ICA.

Assim como ocorreu nos anos recentes, também em 2006 a Anatel marcou atuação bastante expressiva nas atividades do Regulatel, entre as quais são destacadas as seguintes:

❶ **V Cúpula de Presidentes de Reguladores Europeus e Latino-americanos (IRG/REGULATEL)**, realizada em Buenos Aires (Argentina), em outubro, desdobrada em três sessões, duas delas com exposições de dirigentes da Anatel sobre temas relevantes para as telecomunicações, apoiados na experiência brasileira.

❷ **IX Plenária de Presidentes do Foro Latino-americano de Entidades Reguladoras de Telecomunicações**, realizada também em outubro, em Buenos Aires, após a reunião da Cúpula, quando foi apresentado, discutido e aprovado o Plano de Trabalho do Regulatel para 2007.

❸ **VI Encontro de co-responsáveis pelo Regulatel**, realizado de 20 a 24 de novembro, por teleconferência e discussão em fórum digital, quando, entre outros assuntos de interesse direto do Foro, foi criado novo grupo, voltado para assuntos relacionados com TV Digital, que será coordenado por representante da Anatel.

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

A Administração brasileira, representada por especialistas da Anatel, sustentou participação ativa, em 2006, nas atividades da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Entre elas, destaca-se a atuação da Agência na IV Reunião Técnica de Telecomunicações da CPLP, realizada em Maputo (Moçambique), em 19 e 20 de outubro, com a participação, além do Brasil, de representantes de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Timor Leste e Portugal. Uma ampla e consistente agenda pôs em discussão temas como a evolução do setor das telecomunicações em cada um dos países-membros, regulação do acesso local, redes de satélite, redes de terceira geração e utilização da banda larga. O encontro deu especial atenção ao Programa de Cooperação Técnica em Telecomunicações entre os membros da CPLP, que também elaboraram programa de trabalho para o triênio 2007-2009.

Eventos Internacionais

A Anatel participou, durante o exercício de 2006, de expressivos eventos internacionais de interesse das telecomunicações e de nosso País, tanto no Brasil como no exterior. Dos que foram realizados aqui, em cooperação com entidades internacionais do setor, são destacados os seguintes:

❶ **Reunião do Grupo de Tarifas da América Latina (Tal)**, de 2 a 5 de maio, no Rio de Janeiro. Vinculado à Comissão de Estudos III do Setor de Normalização da UIT, este encontro do Tal contou com a participação de 28 delegados de dez países da América Latina. Teve como objetivo principal a discussão do modelo de custos de serviços de telecomunicações, além de proporcionar um ambiente favorável para a divulgação de trabalhos e a troca de experiências entre os países participantes.

❷ **Simpósio Ibero-americano de Fiscalização de Serviços de Telecomunicações e Radiodifusão**, de 21 a 26 de agosto, em Brasília, com a presença de delegados de 11 países da América Latina, além de representantes de Portugal e da Espanha. Esse evento teve origem em uma iniciativa da Anatel, atenta à necessidade de se buscar maior integração entre os órgãos reguladores da América Latina. Destaca-se, entre outros resultados positivos, o fato de as discussões sobre problemas comuns, e a troca de experiências e de informações técnicas entre as diversas administrações, representadas no evento, carrearem subsídios valiosos para a solução dos problemas de fiscalização dos serviços de telecomunicações e de radiodifusão. Outro ponto alto do Simpósio foi a criação do Fórum Ibero-americano de Fiscalização de Serviços de Telecomunicações e de Radiodifusão, de caráter permanente.

No exterior, a participação ativa da Anatel em eventos internacionais relevantes é assim resumida:

❸ **Conferência Mundial de Desenvolvimento das Telecomunicações de 2006 (CMDT-06)**, realizada de 7 a 15 de março, em Doha (Catar), com 1.210 participantes, dos quais 969 delegados – destes, 820 representantes de 132 países-membros do Setor de Desenvolvimento da União Internacional de Telecomunicações (UIT-D), 93 membros setoriais, representantes do setor privado, e 53 de organizações regionais de telecomunicações ou de outras organizações internacionais. Realizada a cada quatro anos, as CMDTs têm como principal objetivo estabelecer toda a estrutura operacional que possibilitará a execução dos trabalhos do quadriênio seguinte.

O principal resultado da CMDT-06 foi a aprovação do Plano de Ação de Doha (PAD), o primeiro plano operacional no contexto das Nações Unidas para a implementação de diretrizes emanadas da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (CMSI), cujo foco principal é a inclusão digital. Da avaliação das atividades desenvolvidas pela Administração brasileira na CMDT-06, destacam-se também:

- a) atuação de representante brasileiro como vice-presidente do Grupo de Trabalho da Plenária sobre o Plano Estratégico e sobre a Declaração de Doha;
- b) coordenação brasileira do Grupo de Trabalho *ad-hoc* do Programa 3;
- c) participação ativa brasileira em todos os grupos de trabalhos *ad-hoc* relacionados com os programas, com os temas e com o setor privado;
- d) consultas prévias à Administração brasileira pela direção da CMDT-06 sobre todas as questões a serem discutidas nas reuniões Plenárias.

❶ **Conferência de Plenipotenciários da UIT (PP-06)**, realizada em Antalya (Turquia), como antes referido, no período entre 6 a 24 de novembro de 2006. Promovida a cada quatro anos, constitui o mais alto foro da UIT, que nesse evento reúne seus 191 estados-membros para estabelecer as políticas gerais, para aprovar o plano estratégico e financeiro do quadriênio seguinte, para definir tetos orçamentários, para promover alterações na Constituição e na Convenção do órgão e para eleger seus dirigentes e membros do Conselho.

Na apresentação de trabalhos e nos debates propiciados pela PP-06, a delegação brasileira teve a oportunidade de defender posicionamentos lastreados nas propostas/diretrizes estabelecidas e aprovadas pelo Conselho Diretor da Anatel, iniciativas que tiveram como propósito facultar condições para a UIT enfrentar os desafios do setor de telecomunicações. Outra participação expressiva do Brasil foi pontificada na revisão do papel da UIT em questões de política pública internacional relacionada com a internet. A Resolução que trata dessa matéria incorporou subsídios relevantes das propostas brasileiras levadas à PP-06.

Registra-se ainda o fato de membros da delegação brasileira terem atuado: um como vice-presidente do Grupo de Trabalho da Plenária responsável pelos assuntos relacionados com a internet e com a implementação das decisões da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação; outro como presidente do grupo *ad-hoc* que tratou da cooperação regional e como membro do Comitê de Direção da Conferência.

Ações Multilaterais

OMC – Na Organização Mundial do Comércio a Anatel, sob a coordenação do Ministério das Relações Exteriores (MRE), deu seqüência ao trabalho de elaboração e de negociação das posições brasileiras, atuando de maneira pró-ativa na chamada Rodada de Doha. Como se recorda, em maio de 2005 o Brasil apresentou oferta inicial da lista de compromissos do setor de telecomunicações, contribuindo para o bom andamento das negociações de serviços. Ao longo do primeiro semestre de 2006, um forte esforço buscou finalizar as negociações da Rodada de Doha, significativas para os países em desenvolvimento, pois a liberalização esperada estimularia o crescimento global e o crescimento do número de postos de trabalho. Contudo, após quatro anos de negociações, a falta de consenso das partes mais importantes levou à suspensão dessas negociações.

Mercosul – O Mercado Comum do Sul, criado pelo Tratado de Assunção, em 1991, e formado por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, tem como objetivo principal estimular a livre circulação de bens, serviços e fatores de produção entre seus membros. No tocante às telecomunicações, a lista inicial de compromissos do Brasil para o setor foi apresentada em 1999. Desde então, a Assessoria Internacional da Anatel, sob a coordenação do Ministério das Relações Exteriores, vem participando das rodadas negociadoras em segmentos que contemplam atividades como a eliminação de restrições, harmonização de marcos regulatórios, consolidação do *status quo* e aclaração das entradas “não-consolidado”, além da incorporação de normas Mercosul sobre serviços, entre outras.

Em 2006, o Grupo *Ad-Hoc* de Serviços aprofundou a troca de listas de pedidos, pelas quais cada país-membro respondeu às solicitações de liberalização. Dado o grau de maturação das negociações, no segundo semestre de 2006, sob a presidência pró-tempore brasileira, o Grupo *Ad Hoc* trabalhou na construção de relatório sobre os desafios para o avanço do processo de liberalização do comércio de serviços no âmbito do Mercosul, com propostas de cursos de ação, intentando conseguir apoio governamental para aprofundar a liberalização, em especial nos setores que necessitam de alteração legal. O documento foi finalizado e levado ao Grupo Mercado Comum (GMC) do Mercosul para avaliação.

Ainda no âmbito do Mercosul, no exercício de 2006 foram realizadas duas reuniões ordinárias do Subgrupo de Trabalho 1 – Comunicações (SGT1). A primeira, de 8 a 12 de maio, em Buenos Aires, e a segunda, de 25 a 29 de setembro, em Brasília. Entre os temas de relevância tratados, destaca-se a finalização das negociações sobre o texto base para o Acordo de Reconhecimento Mútuo (ARM), que possibilitará a elevação ao GMC, em 2007, de uma resolução sobre esse tema. Outro tema de importância, apresentado pela administração brasileira, foi a Consulta Pública nº 734 – sobre o Regulamento de Portabilidade.

Foram tomadas ainda, no exercício, as providências necessárias à internalização das resoluções GMC nº 05/06 – Manual de Procedimentos de Coordenação de Frequências na Faixa de 1.710 MHz a 1.990 MHz e de 2.100 MHz a 2.200 MHz; GMC nº 06/06 – Modificação da Resolução GMC 45/99 – Disposições Gerais para o Uso de Serviços de Telefonia Básica e de Dados nas Áreas de Controle Integrado; e GMC nº 38/06 – Manual de Procedimentos de Coordenação de Frequências para Estações de Serviço Fixo (ponto-a-ponto) em Frequências Superiores a 1.000 MHz.

Ações bilaterais

Memorandos – Com o objetivo de institucionalizar e de dar maior visibilidade aos esforços de cooperação técnica bilateral em matéria regulatória, a Anatel vem, desde 2002, negociando Memorandos de Entendimento (ME) com entidades reguladoras de países amigos. Ao todo já somam 29 memorandos, quatro deles firmados no decorrer de 2006: com o Ministério da Indústria da Informação (MII), da China, em 23/3, em Pequim (China); com a Comissão Nacional de Telecomunicações (Conatel), de Honduras, em 18/5, em Brasília; com o Instituto de Comunicações de Guiné-Bissau (ICGB), em 11/7, em Brasília; com o Conselho Nacional de Telecomunicações (Conatel), em Porto Príncipe (Haiti), em 13/7.

Anatel-Anacom – Realizada na cidade de Extremoz (Portugal), de 28 a 30 de dezembro, a décima reunião ordinária da Comissão de Coordenação Anatel-Anacom

(Autoridade Nacional de Comunicações de Portugal) teve por objetivo a análise e a discussão de mais de trinta temas de interesse brasileiro e português. Agrupados em oito mesas-redondas, as exposições e debates versaram sobre modelo de custos, revenda de serviços, banda larga, portabilidade, convergência, qualidade dos serviços, serviços prestados sobre internet e infra-estrutura de redes. Igualmente importante foi a troca de informações sobre as medidas regulamentares adotadas pelas duas agências desde a reunião anterior, realizada em Fortaleza (CE).

Missões técnicas – O reconhecimento internacional da excelência do trabalho regulatório desenvolvido pela Anatel tem estimulado pedidos de missões de cooperação técnica. Por iniciativa própria ou por orientação de órgãos como a União Internacional de Telecomunicações (UIT), tem sido crescente o número de entidades estrangeiras interessadas em compartilhar as experiências acumuladas pela Agência.

Ao longo de 2006, a Agência recebeu quatro delegações em missão de cooperação técnica: em maio, a delegação de representantes da *Botswana Telecommunications Corporation* (BTC), operadora de telefonia fixa de Botswana, país africano que se prepara para o processo de privatização das telecomunicações; em julho, recebeu o presidente do Instituto das Comunicações de Guiné-Bissau (ICGB), que assinou Memorando de Entendimento com a Anatel; em agosto, a delegação do Conselho Nacional de Telecomunicações (Conatel), do Haiti, concretizando a primeira atividade de implementação da cooperação no âmbito do Memorando assinado em julho; em novembro, recebeu da África do Sul a delegação da Telkom S.A., formada por um grupo de estudos sobre serviços universais, com vistas a viabilizar modelo de negócios para a inclusão de consumidores de baixa renda de seu País.

A participação da Anatel em missões de cooperação técnica também ocorreu em sentido inverso. Em agosto, uma delegação técnica da Agência esteve no Senegal, quando desenvolveu extenso programa de exposições, de debates e de troca de informações com a Agência de Regulação de Telecomunicações (ART), órgão regulador daquele país africano; em outubro, e com o mesmo propósito, uma delegação técnica da Anatel esteve em Cabo Verde, onde participou de modo contributivo relatando a experiência brasileira, do Simpósio Internacional sobre Regulação.

Comissões Brasileiras de Comunicações

As Comissões Brasileiras de Comunicações foram criadas pela Anatel com vistas a contribuir para que a Administração brasileira atue de modo coordenado e integrado, nos diversos foros de órgãos internacionais do setor de telecomunicações. Cabe às CBCs, por isso, estudar e debater questões, reunir sugestões, esclarecer dúvidas e consolidar propostas que norteiem as posições brasileiras. No ano de 2006, entre outras atividades desenvolvidas por essas comissões, cabe ressaltar que a Administração brasileira se fez representar, pelas CBCs, em cerca de 70 reuniões de comissões de estudos, de grupos de trabalho e em conferências promovidas por órgãos internacionais de telecomunicações. Com a participação de mais de 90 delegados da Anatel, foram apresentadas 76 contribuições e/ou posições brasileiras em 20 reuniões internacionais.

Assessoria Técnica

A Assessoria Técnica desenvolveu, ao longo de 2006, suas atribuições de coordenar o planejamento estratégico da utilização do espectro de radiofrequência e do uso de órbitas; de elaborar propostas de atribuição de faixas de frequências, em harmonia com a Tabela de Atribuição de Frequências da União Internacional de Telecomunicações; de coordenar o estabelecimento e a implementação de políticas setoriais relativas ao desenvolvimento industrial e tecnológico; de assessorar o Conselho Diretor nas atividades relacionadas com a gestão do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel), além de outras atribuições técnicas a ela conferidas no decorrer do exercício.

Com relação ao Funttel, registre-se que sua gestão é feita no âmbito do Ministério das Comunicações, por um Conselho Gestor, que tem a participação da Anatel nas atividades e nas decisões desse colegiado. Em 2006, na 18ª reunião do Fundo, o Ministro das Comunicações deu posse como conselheiro ao novo representante da Anatel, responsável pelo acompanhamento da gestão do Funttel, atribuição que executa por intermédio da Assessoria Técnica.

O objetivo do Funttel é estimular o processo de inovação tecnológica, incentivar a capacitação de recursos humanos, fomentar a geração de empregos e promover o acesso de pequenas e médias empresas a recursos de capital, de modo a ampliar a competitividade da indústria brasileira de telecomunicações. Sua fonte de financiamento é composta por 0,5% sobre o faturamento líquido das empresas prestadoras de serviços de telecomunicações e pela contribuição de 1% sobre a arrecadação bruta de eventos participativos realizados por meio de ligações telefônicas, além de um patrimônio inicial resultante da transferência de R\$ 100 milhões do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel).

Outro fato de destaque, no exercício, foi a reativação, pelo Conselho Diretor, do Comitê do Uso do Espectro e de Órbitas (C-EO), que estava com suas reuniões suspensas desde fevereiro de 2004. O C-EO retomou suas atividades em setembro, após a designação de seus integrantes. Criado para realizar estudos e para formular proposições ao Conselho Diretor da Anatel, o Comitê do Uso do Espectro e de Órbitas tem como sua principal atribuição subsidiar aquele colegiado na tomada de decisões relativas à tabela de atribuição de frequências, à utilização do espectro radioelétrico e ao uso de órbitas no Brasil.

Corregedoria

A Corregedoria da Anatel, criada pela Lei Geral de Telecomunicações, atua voltada para o acompanhamento permanente do desempenho dos servidores da Agência, avaliando a eficiência e o cumprimento dos deveres funcionais e realizando os processos disciplinares. Pelo Decreto 5.480, de 30 de junho de 2005, a Corregedoria passou a ser uma unidade seccional do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal. Em decorrência desse fato, a atividade de correição passou a utilizar como ferramentas de trabalho a investigação preliminar, a inspeção, a sindicância, o processo

administrativo geral e o processo administrativo disciplinar, que permitem à Corregedoria apuração mais célere, menos burocrática e mais econômica.

No exercício de 2006, a Corregedoria da Anatel instaurou 103 procedimentos correicionais. Desse total, 83 referentes a investigações preliminares, na forma definida pelo Decreto nº 5.480; 17 processos referentes a sindicâncias e três relacionados a processos administrativos disciplinares. Outro fato a destacar, no exercício, foi a implementação da metodologia de avaliação de desempenho de servidores em estágio probatório. Cumpriu-se, assim, a prescrição do Regimento Interno da Agência, que prevê como atribuição da Corregedoria a coordenação do estágio confirmatório dos integrantes das carreiras de servidores, emitindo parecer sobre o desempenho e opinando, fundamentalmente, quanto à confirmação ou à exoneração do servidor no cargo.

Outra iniciativa da unidade foi a realização de ações preventivas, especialmente de cunho educacional, sobre os processos de trabalho da Corregedoria. Realizou também, em parceria com a Corregedoria-Geral da União, treinamentos para servidores sobre a condução de Processo Administrativo Disciplinar.

Assessoria de Comunicação

Com o objetivo de dar transparência e ampliar a publicidade das ações da Anatel, a Agência mantém, desde sua instituição, estreita relação com os órgãos de imprensa. Em 2006, além do atendimento às demandas da mídia por meio de respostas a pedidos de informações, de entrevistas e da organização de entrevistas coletivas, realizado pela Assessoria de Imprensa, merecem destaque os seguintes eventos: a divulgação dos direitos dos usuários do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) e das novas regras do serviço, como o Índice de Serviços de Telecomunicações (IST); o planejamento e a execução de ações de divulgação de consultas, de audiências públicas e de regulamentos aprovados; a cobertura e divulgação da participação da Anatel em eventos, entre eles os internacionais Futurecom e Telexpo.

Publicidade

Com relação à Comunicação Institucional, a Anatel promoveu, em 2006, a XXXII Reunião Ordinária do Subgrupo de Trabalho 1 (SGT1) do Mercosul e a Reunião dos Presidentes dos Órgãos Reguladores do Mercosul, Chile e Bolívia. Com a cooperação da União Internacional de Telecomunicações (UIT) e de outras entidades externas, a Agência promoveu também outros eventos de caráter internacional, dos quais se destacam o Seminário e Reunião do Grupo de Tarifas para a América Latina e o Caribe (Grupo TAL) e o 1º Seminário Ibero Americano de Fiscalização em Telecomunicações.

No exercício, a Anatel recebeu 22 pedidos de apoio institucional e duas solicitações de entidades, que contaram com o Ponto Anatel nos eventos Telexpo 2006 e 1º Congresso de Direito das Telecomunicações. Em ação conjunta com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, a Anatel esteve presente na Feira Internacional de Tecnologias em Reabilitação e Inclusão (Reatech 2006). A

Atuação Institucional

Agência também participou de seminários e de congressos nacionais, oportunidades em que servidores da Anatel fizeram exposições, atuaram em debates, disseminaram a cultura da regulação e participaram das discussões sobre temas relevantes do setor de telecomunicações.

As ações de Publicidade Institucional e de Utilidade Pública, a exemplo do que ocorrera nos dois anos anteriores, também em 2006 não contaram com orçamento, limitando-se a Agência, por isso, à obrigatoriedade da publicidade legal em rádios e em jornais, principalmente para a divulgação de consultas e de audiências públicas, além de fatos importantes de interesse direto do usuário. Com recursos próprios, a área de Comunicação produziu cartilhas sobre os Direitos dos Usuários na Telefonia Fixa e sobre Acessibilidade. Também foi criado um *hot site*, inserido no portal da Agência na internet, com o objetivo de esclarecer a sociedade sobre a prorrogação dos contratos da telefonia fixa.

Assessoria Parlamentar

Ao longo de 2006, a Assessoria Parlamentar da Anatel atuou nas duas casas do Congresso Nacional, período em que acompanhou a tramitação de 630 proposições legislativas (projetos de lei, decretos legislativos e medidas provisórias) de interesse direto ou indireto do setor de telecomunicações e da Agência. Desse total, 92% das proposições tramitaram na Câmara dos Deputados. As Comissões Parlamentares de Inquéritos (CPIs) dominaram a cena política, e a que tratou do tráfico de armas foi incisiva na cobrança de uma postura das empresas prestadoras do Serviço Móvel Pessoal (SMP), quanto à eventual responsabilidade delas pela utilização de aparelhos celulares nos presídios. Nesse contexto, merece registro o relatório da Subcomissão de Comunicação em Presídios, que sugere novas atribuições à Anatel.

Em 2006, a Agência participou de audiências públicas no Congresso Nacional, em Brasília, e em assembleias estaduais. Nessas oportunidades e por seus representantes, a Anatel participou de debates sobre temas de relevância, como a conversão de pulso para minuto (nova forma de cobrança das tarifas telefônicas); a proposta de cobrança de ligações locais, extensiva às regiões metropolitanas; a escolha do padrão para implementação da TV Digital; sobre o sistema de faturamento das ligações telefônicas e sobre a universalização do acesso à internet, entre outros assuntos de interesse direto da sociedade. No período, integrou também a comissão de técnicos que subsidiaram os trabalhos da CPI que discutiu a implantação dos bloqueadores de celulares em presídios.

Esforço específico foi direcionado para o acompanhamento das discussões promovidas pelo Conselho de Comunicação Social (CCS), em especial aquelas relacionadas com o marco regulatório para o setor de comunicação de massa. Ademais, participou a Agência de todas as reuniões da Subcomissão de Radiodifusão, criada no âmbito da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) da Câmara dos Deputados, com o objetivo de propor aprimoramentos no processo de concessão e de renovação de outorgas de radiodifusão.

A Assessoria Parlamentar e de Comunicação Social atendeu, ao longo do ano, a variadas demandas de informações vindas de parlamentares e das comissões temáticas; assessorou órgãos internos da Agência na preparação de respostas a questões levantadas por representantes dos poderes legislativos federal, estadual e municipal; atuou, subsidiada pelas áreas técnicas da Anatel, na produção de pareceres e no

aporte de informações aos parlamentares, relacionados com matérias em apreciação na Câmara e no Senado; assessorou a direção da Agência nos contatos com parlamentares, principalmente na participação de audiências públicas realizadas pelas comissões temáticas, que tratam na Câmara dos Deputados e no Senado Federal de temas relacionados com o setor das telecomunicações. Em 2006, a Assessoria Parlamentar passou a acompanhar também a pauta de votações do Tribunal de Contas da União (TCU) por conta das matérias relacionadas com a Anatel, que tramitam naquele órgão.

Com o segundo concurso público, quase 400 novos servidores passaram a integrar o quadro da Anatel



Destaque

No exercício de 2006, a Anatel buscou o aprimoramento das atividades que envolvem as áreas de Recursos Humanos, Administrativa, Orçamentária, Financeira e de Gestão da Informação (Tecnologia da Informação e Biblioteca). Nesse esforço, e com vistas a modernizar e a dinamizar as referidas áreas, a Superintendência de Administração-Geral iniciou a elaboração de seu planejamento estratégico, a modelagem e a definição de indicadores de desempenho, a implementação da Gerência de Projetos, abrangendo o desenvolvimento do modelo de sistemas, assim como o treinamento de seu corpo gerencial e técnico, como a seguir se relata.

Compras

Foram iniciados, no exercício, projetos com foco na melhoria das atividades de compras no âmbito da Agência, com vistas a tornar os processos de aquisição mais céleres e de ampliar o foco de gestão corporativa de fornecedores. Neste caso, tendo como meta a gestão qualitativa, propósito que leva em conta a atuação dos fornecedores nas diversas unidades administrativas da Agência. Das licitações realizadas na modalidade de Pregão Amplo, obteve a Agência, em 2006, redução real entre o valor mínimo apresentado nas sessões públicas e o valor final contratado da ordem de 8,02%, perfazendo economia aproximada de R\$ 1,3 milhão.

Gestão de contratos

Foi iniciado, no exercício, o projeto que visa ao aprimoramento da gestão de contratos, iniciativa que tem como premissas melhorar o desempenho de seus gestores e de representantes da administração designados para acompanhar e fiscalizar os contratos administrativos; a revisão de responsabilidades, mediante a adequação dos instrumentos normativos; e a melhoria do nível dos sistemas de informações que dão suporte aos servidores e às áreas que atuam em gestão de contratos. Ademais, foram realizados eventos de capacitação para gestores e para representantes da administração. No final do exercício, estavam em desenvolvimento ações voltadas para a racionalização do processo e para a otimização dos sistemas que suportam a atividade.

Gestão por Processos

Teve início, em 2006, a implementação dos processos operacionais relativos à Gestão de Pessoas, Gestão de Tecnologia e da Informação, Administração-Geral, Gestão do Conhecimento e Gestão Financeira, trabalho que tem como base o modelo de processos concebido por ocasião do desenvolvimento do projeto Otimização de Métodos, Processos e Revisão da Estrutura Organizacional.

Na primeira fase desse esforço foram revistos, atualizados e implementados quatro processos; outros quinze estão sendo trabalhados na segunda fase da iniciativa e deverão ser implementados ainda no 1º semestre de 2007. O objetivo da ação foi, além de otimizar os procedimentos vinculados aos macroprocessos, reunir experiência para, em futuro próximo e em caso de demanda, expandir a gestão por processos para as demais áreas da Agência, incluídas as finalísticas.

Gestão da infra-estrutura

Com sede em Brasília, a Anatel conta em sua frente avançada com uma rede formada por onze escritórios regionais e dezesseis unidades operacionais, nos 26 estados e no Distrito Federal, a maior parte funcionando em instalações próprias. Em 2006, foram executadas obras de modernização e de manutenção predial nas sedes dos escritórios regionais no Pará, na Bahia e no Ceará, assim como no edifício-sede.

No segundo semestre, foi licitada e iniciada a obra de construção da sede própria da Unidade Operacional da Anatel na Paraíba, a primeira a utilizar projeto padrão elaborado pela Agência. Com relação às Estações Remotas de Radiomonitoragem (ERMs), foi licitada e iniciada a obra de infra-estrutura para implantação da estação de Niterói (RJ), que deverá ser concluída em fevereiro de 2007. Tinham sequência, no encerramento do exercício, as providências para aquisições de imóveis e/ou a compra de áreas para a construção e instalação das unidades de Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Piauí, Amapá, Acre e Roraima.

Gestão da informação

Precursora, no âmbito da administração pública, na utilização de Tecnologia da Informação no estado da arte, a Anatel manteve, no período sob enfoque, os avanços conquistados nesse segmento, não apenas com relação às necessidades internas, como também com vistas às demandas da sociedade. Por gerar e possuir volumoso acervo de informações, por entender a importância da agilidade e da confiabilidade na disponibilização das informações, em 2006 a Anatel sustentou a atualidade tecnológica e operacional de sua rede corporativa, desenvolveu sistemas e manteve atualizada sua Biblioteca virtual.

Ao longo do ano, este setor desenvolveu trabalhos com vistas a garantir o desempenho satisfatório do ambiente operacional e respostas a novas demandas. Esses esforços incluíram a construção de novos sistemas interativos, entre os quais são destacados o Controle de Processos Administrativos de Descumprimento de Obrigações (SPADO) e o Sistema de Indicadores (VETOR). A fim de propiciar visão única e de padronizar procedimentos administrativos e financeiros, deu-se início ao projeto de integração dos escritórios regionais, iniciativa que certamente trará celeridade aos trabalhos, e proporcionará fortes ganhos administrativos.

No âmbito da Gestão da Informação merecem destaque também as ações voltadas para a evolução da arquitetura da informação, que compreenderam desde a utilização das melhores linguagens de programação disponíveis, até a utilização e/ou consolidação de ferramentas e de metodologias de construção de sistemas; o processo de Certificação Digital, iniciativa que, como a primeira, tem conclusão prevista para o próximo exercício.

Outras ações são assim sintetizadas: a implementação de solução de segurança do ambiente, contemplando função de *firewall*, entre outras; a implementação e a disponibilização da funcionalidade de *Virtual Private Network* (VPN), para acesso remoto à rede corporativa; a aquisição e disponibilização de microcomputadores, *desktops* e *notebooks*, além de equipamentos e aplicativos de informática necessários às atividades da Agência; a aquisição de servidores para a rede corporativa; e a implementação, em todas as dependências de trabalho dos edifícios do complexo-sede da Agência, do serviço de impressão corporativa no ambiente da rede.

A adoção e o funcionamento dos novos sistemas geraram importantes melhorias e ganhos em processos de controle, de acompanhamento e gestão, pois trouxeram avanços substanciais para a fiscalização e para o relacionamento com as prestadoras de serviços de telecomunicações, além de facilidades de acesso às informações para os cidadãos. O acervo da Anatel conta com mais de uma centena de sistemas, responsáveis pela acentuada melhoria da qualidade dos recursos de automatização disponíveis na Agência. No exercício de 2006, foram implementadas várias dezenas de módulos novos em 45 sistemas, além das manutenções evolutivas e corretivas em todo o acervo.

Neste enfoque, vale citar ainda que as telecomunicações na Anatel têm como lastro uma das mais modernas redes corporativas de comunicação do País. Disponibiliza estação de trabalho – microcomputador ligado à rede e telefonia sobre *Internet Protocol* (VoIP) – para seus 1,8 mil servidores. Essa rede garante acessibilidade e tempestividade, fatores que vêm contribuindo para o aumento da eficácia das atividades desenvolvidas pela Agência.

O sistema de telefonia corporativa (VoIP), um dos avanços técnico-operacionais utilizados pela Anatel desde 2001, permitiu à Agência economizar, em 2006, cerca de R\$ 280 mil com ligações de Longa Distância Nacional (LDN). Esse sistema dispensa o uso da operadora e permite a realização de chamadas da sede para os escritórios regionais e vice-versa; entre os escritórios – nos dois casos, sem custo –, além de chamadas de Longa Distância Nacional para qualquer telefone das cidades onde estão instalados os escritórios e a sede, ao preço de uma chamada local.

Gestão orçamentária e financeira

Criado pela Lei nº 5.070/1966, o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel) é definido como fundo de natureza contábil, destinado a prover recursos para cobrir as despesas na execução da fiscalização dos serviços de telecomunicações, desenvolver os meios e aperfeiçoar a técnica necessária a essa execução. Os recursos do Fistel são, conforme determina a Lei Geral de Telecomunicações (LGT), administrados pela Agência Nacional de Telecomunicações.

A Lei Orçamentária Anual (LOA) – Lei nº 11.306/2006 – previu, para 2006, arrecadação total do Fistel no valor de R\$ 2,349 bilhões e foram arrecadados R\$ 2,421 bilhões, montante 3,1% superior ao previsto para o exercício. As receitas advindas de concessões somaram R\$ 264,2 milhões, (40,8% superior ao previsto na LOA), incremento decorrente da arrecadação de recursos oriundos de Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviços de Telecomunicações, pelo Direito de Exploração de Satélite (PPDUR) e, principalmente, da aplicação de multas previstas na LGT. As receitas oriundas das taxas de fiscalização somaram R\$ 1,753 bilhão, as receitas de aplicações financeiras R\$ 402,1 milhões e outras receitas R\$ 2,1 milhões.

Embora o orçamento proposto pela Anatel para o exercício somasse R\$ 507 milhões, a LOA/2006 definiu o valor de R\$ 235,2 milhões para a execução orçamentário-financeira da Agência em 2006. Posteriormente, esse valor foi acrescido de R\$ 13,5 milhões, perfazendo o total de R\$ 248,7 milhões. Deste montante, integralmente liberado no final do exercício, a Anatel executou 92,4%. Assim, do valor realizado – R\$ 229,8 milhões, foram pagos R\$ 211,9 milhões, correspondendo a 92,2%, e R\$ 17,7 milhões estão inscritos em Restos a Pagar. Em virtude de a liberação de recursos ter sido feita de modo escalonado e não previsível, ao longo do exercício, algumas ações

planejadas não puderam ser executadas por falta de tempo hábil para o cumprimento do processo licitatório.

Força de trabalho

Neste enfoque, o principal fato a ser destacado é a realização do segundo concurso público da Anatel, para preenchimento de 393 vagas, assim distribuídas: Especialista em Regulação de Serviços Públicos de Telecomunicações, 226; Analista Administrativo, 92; Técnico em Regulação de Serviços Públicos de Telecomunicações, 75.

O certame, que despertou grande interesse em todo o País, recebeu 53,4 mil inscrições e registrou abstenção de cerca de 30% na primeira etapa, que aprovou 1.189 candidatos. Desse total, 431 foram convocados para a segunda etapa – Curso de Formação –, com aprovação final de 374 candidatos. O ingresso dessa força de trabalho nos quadros da Agência está previsto para o início de 2007.

Com referência ao quadro de pessoal da Anatel, sua composição encerrou o ano de 2006 com redução de 7% em relação ao ano anterior, mas mantendo o predomínio do pessoal efetivo, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Evolução da Força de Trabalho em 2006				Quadro 1
Situação	Servidores em 1º/1/2006	Novos Servidores	Distratos Retornos Exonerações	Servidores em 31/12/2006
Quadro Efetivo	624	51	47	628
Quadro Específico	206	10	2	214
Telebrás	235	-	22	213
Outros requisitados	48	6	29	25
Temporários	381	-	79	302
Sem vínculo	77	15	9	83
Total	1.571	82	188	1.465
Nível superior	869			779
Nível médio	702			686

Registra-se que os desligamentos do quadro efetivo, no período, foram motivados principalmente pela aprovação desses 51 servidores em outros concursos públicos, com remunerações e/ou carreiras mais atraentes em termos profissionais. Como também se percebe pelo quadro, a maior redução ocorreu no segmento dos servidores com Contratos Temporários, 302 ao final de 2006, e que poderão permanecer na Agência até 31 de março de 2007, conforme estabelece a legislação em vigor.

Outro fato a ser mencionado veio pela Medida Provisória 269, convertida na Lei nº 11.292, de 26 de abril de 2006, que criou a Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa em Regulação para os Analistas Administrativos

(GDATR) e elevou os índices percentuais da Gratificação de Desempenho de Atividade de Regulação (GDAR), melhorando a remuneração final, embora ainda em níveis inferiores ao pleiteado conjuntamente pelas Agências.

Parcerias acadêmicas

Iniciado em 2003, o projeto Parcerias Acadêmicas – Excelência Regulatória é desenvolvido graças a um convênio firmado entre a Anatel, a Universidade de Brasília (UnB) e a União Internacional de Telecomunicações (UIT). Tem como proposta, além da realização de cursos, promover eventos e pesquisas que contribuam para a gestão ótima da regulação, produzindo massa crítica e envolvendo os corpos docente e discente do universo acadêmico no contexto regulatório do setor de telecomunicações.

Destaca-se, no exercício de 2006, a conclusão da 5ª turma do curso de Especialização em Regulação de Telecomunicações e o início da 6ª turma, que será concluída em 2007; a realização do I Simpósio Ibero-Americano de Fiscalização em Telecomunicações, com a participação, além do Brasil, de representantes de seis países da América Latina, mais Espanha e Portugal. Registra-se ainda como outro importante resultado da parceria Anatel/UIT e Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec), da UnB, a publicação da Coletânea Brasileira de Normas em Telecomunicações.

Gestão de Projetos

Como parte do processo de alinhamento de conhecimentos e de implementação de uma metodologia de gestão de projetos na Agência, foram capacitados 140 servidores no Curso de Nivelamento em Gerenciamento de Projetos no segundo semestre de 2006. A capacitação tem como objetivo familiarizar os servidores com os principais conceitos e fundamentos ligados ao gerenciamento de projetos e faz parte do plano de capacitação em gestão de projetos, que será implementado na Agência em 2007, dividido em quatro etapas (curso básico, curso avançado, apoio à certificação *Project Management Professional* (PMP) e elaboração de certificação em projetos internos da Anatel).

Menores aprendizes

Teve seqüência, em 2006, o programa Adolescente Aprendiz, desenvolvido pela Anatel, e fruto de convênio entre a Agência e a Associação Brasileira de Educadores Lassalistas – Instituto Assistencial La Salle. O esforço tem como objetivo estimular a formação de adolescentes em serviços administrativos, mediante a participação em cursos desenvolvidos e ministrados pela Agência em parceria com o La Salle, e a execução, pelos adolescentes, de atividades de apoio desempenhadas nas áreas internas de trabalho da Agência. Desse modo, a Anatel possibilita, anualmente, a formação de inúmeros jovens, capacitando-os para o mercado de trabalho. Em 2006, o programa contou com a participação de 98 adolescentes, divididos em dois turnos, com jornada de atuação/aprendizagem de quatro horas diárias. Os menores recebem uma bolsa-auxílio formada por um salário mínimo, auxílio-alimentação e vale-transporte.

A evolução das telecomunicações no Brasil
entre 1972 e 2006



Destaque

Dados retrospectivos																																					
Indicadores	Unidade	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	
Expansão do setor																																					
Total de telefones	Milhões	1,3	1,5	1,7	1,9	2,4	2,9	3,7	4,2	4,8	5,3	5,7	6,2	6,7	7,2	7,4	7,9	8,4	8,8	9,4	10,1	10,8	11,6	13,1	14,7	17,5	21,5	27,4	40,0	54,1	66,1	73,7	85,5	105,2	126,0	138,7	
Densidade total de telefones	Telefones total / 100 habitantes	1,3	1,5	1,6	1,8	2,2	2,6	3,2	3,5	4,0	4,4	4,6	4,9	5,2	5,5	5,5	5,8	6,0	6,2	6,5	6,9	7,2	7,5	8,5	9,4	11,0	13,4	16,8	24,2	32,4	39,0	42,9	48,3	58,7	68,1	73,9	
Serviço Telefônico Fixo Comutado																																					
Uso individual																																					
Acesso fixo instalado	Milhões	1,5	1,7	1,9	2,3	3,0	3,7	4,7	5,0	5,5	5,8	6,4	6,8	7,3	7,6	8,1	8,5	9,1	9,7	10,3	10,8	11,7	12,4	13,3	14,6	16,5	18,8	22,1	27,8	38,3	47,8	49,2	49,8	50,0	50,5	51,2	
Densidade telefônica instalada	Acesso instalado / 100 habitantes	1,5	1,7	1,8	2,1	2,7	3,3	4,0	4,2	4,6	4,8	5,2	5,4	5,6	5,8	6,0	6,2	6,5	6,8	7,1	7,3	7,8	8,2	8,6	9,3	10,4	11,7	13,6	16,8	23,1	28,2	28,7	28,2	27,9	27,3	27,3	
Acesso fixo em serviço	Milhões	1,3	1,5	1,7	1,9	2,4	2,9	3,7	4,2	4,8	5,3	5,7	6,2	6,7	7,2	7,4	7,9	8,4	8,8	9,4	10,1	10,8	11,5	12,3	13,3	14,8	17,0	20,0	25,0	30,9	37,4	38,8	39,2	39,6	39,8	38,8	
Densidade telefônica em serviço	Acesso serviço / 100 habitantes	1,3	1,5	1,6	1,8	2,2	2,6	3,2	3,5	4,0	4,4	4,6	4,9	5,2	5,5	5,5	5,8	6,0	6,2	6,5	6,9	7,2	7,6	8,0	8,5	9,4	10,6	12,4	15,1	18,6	22,1	22,6	22,2	22,1	21,5	20,7	
Taxa de digitalização da rede local	%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	27,9	35,5	45,8	56,1	67,8	73,2	84,6	92,5	97,2	98,3	98,7	99,4	99,9	99,9	
Serviço Telefônico Fixo Comutado																																					
Uso público																																					
Telefones de uso público	Mil	10,5	13,8	14,0	18,7	24,7	29,7	38,5	46,0	53,6	60,7	69,6	77,7	94,3	106,2	149,7	181,3	209,9	230,7	239,8	233,3	258,2	278,2	342,6	367,0	428,4	520,5	589,1	740,0	909,5	1.378,7	1.368,2	1.327,3	1.316,6	1.274,0	1.132,8	
Densidade telefones de uso público	Telefones / 1.000 habitantes	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,3	0,3	0,4	0,5	0,5	0,6	0,6	0,7	0,8	1,1	1,3	1,5	1,6	1,7	1,6	1,7	1,8	2,2	2,3	2,7	3,2	3,6	4,5	5,5	8,1	8,0	7,5	7,3	6,9	6,0	
Serviço móvel																																					
Acesso móvel celular	Mil	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,7	6,7	31,7	191,4	755,2	1.416,5	2.744,5	4.550,2	7.368,2	15.032,7	23.188,2	28.745,8	33.188,2	3.377,3	-	-	-	
Acesso móvel pessoal	Milhões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,7	43,0	65,6	86,2	99,9
Densidade telefônica	Acesso / 100 habitantes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,5	0,9	1,7	2,8	4,5	9,1	14,0	17,0	20,3	26,2	36,6	46,6	53,2	
Televisão por assinatura																																					
Serviço de televisão por assinatura	Mil assinaturas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	400,0	1.000,0	1.842,6	2.455,2	2.575,5	2.799,6	3.426,2	3.607,0	3.553,8	3.596,3	3.851,1	4.176,4	4.579,4	
Densidade do serviço tv por assinatura	Assinaturas / 100 domicílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,1	2,6	4,7	6,0	6,2	6,5	7,7	8,0	7,7	7,6	7,9	8,3	8,9	
Radiodifusão																																					
Geradores de TV	Estação	ND	ND	ND	ND	ND	ND	113	118	119	126	129	133	141	162	180	192	235	235	238	255	257	257	257	257	259	259	259	266	274	366	427	441	449	462	478	
Retransmissora de TV	Estação	ND	ND	ND	ND	ND	ND	300	369	1.640	1.670	1.773	4.656	4.964	5.177	5.434	5.530	5.590	5.760	5.797	5.997	6.142	6.216	6.462	6.755	7.749	7.945	7.986	8.427	8.677	8.841	9.638	9.787	9.878	9.816	9.897	
Rádios FM	Estação	ND	ND	ND	ND	ND	ND	225	266	320	369	413	459	511	591	675	816	1.144	1.135	1.140	1.235	1.247	1.247	1.247	1.265	1.285	1.290	1.291	1.297	1.345	1.622	2.025	2.149	2.223	2.320	2.600	
Rádios OM	Estação	ND	ND	ND	ND	ND	ND	970	1.009	1.040	1.089	1.160	1.187	1.214	1.274	1.312	1.362	1.528	1.529	1.532	1.563	1.571	1.571	1.573	1.575	1.576	1.576	1.578	1.588	1.632	1.682	1.697	1.707	1.708	1.711		
Rádios OC	Estação	ND	ND	ND	ND	ND	ND	35	39	39	39	37	37	35	33	30	30	33	33	33	33	33	33	32	32	35	64	64	65	64	64	62	66	66	66	66	
Rádios OT	Estação	ND	ND	ND	ND	ND	ND	105	105	104	99	98	94	90	88	85	82	84	85	83	83	83	83	82	82	80	80	80	80	80	78	76	75	75	75	75	
Rádios comunitárias	Estação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	980	1.625	1.932	2.207	2.443	2.734		